

I FÓRUM BRASILEIRO DE FILANTROPOS E INVESTIDORES SOCIAIS



O Papel da Filantropia no Desenvolvimento do Brasil

Marcos Kisil
Paula Jancso Fabiani
Editores



Instituto para o
Desenvolvimento do
Investimento Social

I FÓRUM BRASILEIRO DE
FILANTROPOS
&
INVESTIDORES
SOCIAIS
SÃO PAULO 2012

30 de novembro

**O Papel da Filantropia
no Desenvolvimento do Brasil**



Instituto para o
Desenvolvimento do
Investimento Social

índice

■ INTRODUÇÃO.....	7
■ APRESENTAÇÃO DO FÓRUM E BOAS-VINDAS	19
■ O PAPEL DO INVESTIDOR SOCIAL PRIVADO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	23
■ INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	43
■ DESENVOLVIMENTO E ESPORTE: O LEGADO DA COPA EM 2014 E DAS OLIMPIADAS EM 2016	57
■ FILANTROPIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO A IMPORTÂNCIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	77
■ EM CONVERSA COM ANA PAULA PADRÃO E VIVIANE SENNA.....	97
■ O PAPEL DA FILANTROPIA NA CIÊNCIA E NA PESQUISA.....	113
■ NOVOS MECANISMOS PARA O DESENVOLVIMENTO: INVESTIMENTO DE IMPACTO E VENTURE PHILANTHROPY.....	133
■ FILANTROPIA E DESENVOLVIMENTO	151
■ ENCERRAMENTO	173
■ PALESTRANTES	177
■ BANCO DE IMAGENS	186

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Autores diversos

**O Papel da Filantropia no Desenvolvimento Social do Brasil -
IDIS Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social:**
– Edição 1 (2013); 14x21 cm.

Publicada: São Paulo : IDIS, 2013-

ISBN 45-7654-012-3

1. Xptojh jhssjhs - 2. Aptotototot otototo - 3. Cararnoonon on
noononon noononon ooonon nono - 4. Xptono non onononono
nonono on nononon on oononon – Edição I. IDIS - Instituto para o
Desenvolvimento do Investimento Social - São Paulo.



Instituto para o
Desenvolvimento do
Investimento Social

INTRODUÇÃO

No Brasil, temos acumulada uma dívida socioambiental que vem, praticamente, da época da conquista e que, mais recentemente, foi ampliada pelo regime totalitário (1964-1985). Nossa sociedade, porém, demonstra cada vez mais seu apreço pela democracia, forçando mudanças tanto dos agentes públicos como dos econômicos.

Assim, vemos uma sociedade democrática e capitalista que se reforça de maneira progressiva nessas últimas duas décadas, ainda que com percalços - não conseguindo resolver questões estruturais que limitam os direitos da cidadania em ter acesso a serviços básicos de saúde, educação, saneamento, segurança - mas avançando em seu processo de desenvolvimento.

Parte integrante desse processo de "desenvolvimento cidadão" é a filantropia.

Inicialmente, em nossa sociedade, a filantropia se apresentou de forma assistencialista, oriunda de ações de origens religiosas ou resultando do altruísmo de indivíduos e famílias que buscam minorar os sofrimentos daqueles que necessitam de se alimentar, de um espaço para se recostar, de agasalhos no frio e de mimos em períodos natalinos. São questões reais que, atendidas, não alteram o status quo dos beneficiados e, de maneira importante, fazem com que a filantropia seja vista como um modelo cultural de atender aqueles que precisam de ajuda imediata, mas também de atender necessidades individuais de demonstração de altruísmo por parte dos doadores.

Porém, assistimos também, de maneira progressiva, ao surgimento de um grupo de doadores que querem ir além de resolver problemas sociais imediatos, mas efetivamente transformar as condições de vida daqueles menos favorecidos. Esses novos doadores passam a atuar como reais investidores sociais que buscam o desenvolvimento, acreditando em teorias de mudanças forjadas na ciência e na prática, para vencer as desigualdades, abolir as iniquidades de políticas públicas superadas e fazer valer a cidadania. Assim, tornam-se corresponsáveis por um novo tempo.

O I Fórum Brasileiro de Investidores Sociais foi concebido para ser um espaço de conhecimento das ações e dos atores que estão engajados nesse ideal da "nova filantropia", buscando articular propostas de participação do investidor social para fazer a sociedade brasileira se desenvolver de maneira mais justa e sustentável.

Para tanto, o IDIS, em parceria com o Global Philanthropy Forum, organizou o fórum para que os investidores sociais brasileiros pudessem ter um espaço para diálogo e aprendizagem mútua, para conhecer experiências e dialogar com convidados internacionais. Isto porque a filantropia brasileira ainda é pouco conhecida no cenário global, que, por sua vez, também é pouco conhecido dos investidores sociais brasileiros.

É isso em um contexto em que os países em desenvolvimento – como Brasil, China e Índia – registraram um acentuado crescimento econômico, que levou à criação de riquezas, à emergência de uma nova classe média e ao fortalecimento do Estado. O mundo desenvolvido, porém, fez caminho inverso e debate-se, há tempos, sobretudo na Europa, com uma estagnação econômica combinada com políticas de contração também econômica e altos índices de desemprego. Nesse contexto, qual seria o papel do investidor social privado?

Os participantes – reunidos em painéis, conferências, entrevistas e diálogos, tiveram oportunidade de conhecer posições de líderes em suas respectivas áreas, mas também de colocar suas próprias experiências. Como resultado, tivemos uma riqueza de conhecimentos que estão reunidos nesta publicação. Assim, alguns tópicos devem ser ressaltados, e podem orientar o leitor para um aprofundamento de suas leituras sobre os diferentes temas.

Para Eduardo Giannetti, economista e professor do Insper, "Há muitas coisas relevantes, socialmente demandadas, que nem um nem outro – mercado e política –, em um ambiente democrático, consegue, de fato, atender". Para Jane Wales, presidente e CEO do World Affairs Council e do Global Philanthropy Forum, e vice-presidente do Aspen Institute, governos e mercado de fato não podem resolver todos os problemas. Ela fez questão de ressaltar, no entanto, que é preciso haver parcerias entre esses setores. "Há oportunidade para filantropos privados e para as agências governamentais de colaborar e complementar as ações um do outro." Porém, para Giannetti, existe uma grande diferença entre filantropia, governos e mercado: a primeira não está sujeita às mesmas exigências que atuam sobre os outros dois, que

são cobrados, respectivamente, por eleitores e investidores. Por isso, a ação filantrópica pode correr riscos maiores. Para Jane Wales, "No financiamento da filantropia, o atributo-chave é ter apetite por risco, aguentar críticas e fazer investimentos de longo prazo em bens públicos".

É importante lembrar as motivações dos filantropos. Para Giannetti, haveria duas: transcendência e reconhecimento. "O investidor social tem muito forte essa aspiração de que os seus valores e a sua permanência se projetem para além da sua vida mortal e finita", explicou o economista, "tem ligado a si esse desejo forte de ocupar um lugar de honra na mente de seus semelhantes". Jane, ao constatar a emergência de novos filantropos impulsionada pelo rápido crescimento econômico dos países em desenvolvimento, comentou que eles têm "uma visão de que os benefícios dessa nova economia devem ser compartilhados de modo mais amplo – o desenvolvimento social, o desenvolvimento econômico, o crescimento, não devem ser apenas rápidos, mas também ter bases amplas, ser inclusivos".

Apesar dos vários pontos de concordância, houve divergência sobre a importância dos incentivos fiscais para a filantropia. Para Giannetti, "Eu não tenho a menor dúvida de que a questão tributária é um impedimento forte a uma prática mais intensa da doação e da ação do investidor social". O economista ressaltou, ainda, a necessidade de se criar uma legislação que "seja motivadora e que acolha, ao invés de assustar a doação". Jane, por sua vez, fez seu contraponto de maneira sutil: "Uma das coisas que eu achei mais surpreendentes é que, mesmo em sociedades que não têm incentivos em sua legislação tributária, a gente vê um crescimento na filantropia, o que é bastante extraordinário".

Ao longo da última década, a América Latina viveu um período de notável crescimento econômico e acentuada redução da pobreza. Essa é a boa notícia. A má é que todo esse progresso aprofundou os já graves problemas ambientais que existem na região. Daniela Carrera-Marquis, representante do Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), acredita que "o crescimento econômico precisa ser pensado de uma forma que não esgote nossos capitais naturais, e que permita usar os fluxos desse capital natural para produzir soluções que criem valor social que permita à sociedade ter um desenvolvimento sustentável ao longo do tempo". Para isso, é importante o incentivo a iniciativas de inclusão econômica de parcelas da população que estão fora do mercado: "Nós trabalhamos muito próximos de in-

intermediários financeiros na região, para fazê-los entender que a única maneira de eles realmente sustentarem seu papel na sociedade é trabalharem com a oferta de serviços financeiros e programas para aqueles que estão fora da economia formal, para, dessa forma, promover a inclusão dessas pessoas, não só como produtores e consumidores, mas também como cidadãos, com seus próprios direitos e com voz ativa perante o governo".

A Fundação Banco do Brasil também vem adotando essa abordagem. Segundo seu presidente, Jorge Streit: "Estamos trabalhando tecnologias sociais com um viés muito forte no que chamamos de inclusão socioprodutiva. Estamos muito envolvidos com aquela questão de abrir novas portas para as pessoas que estão nos programas de transferência de renda". O representante da instituição explicou que a fundação financia projetos desenvolvidos por pesquisadores em parceria com as populações locais com o objetivo de criar soluções produtivas inovadoras para as comunidades.

Uma tendência recente na área social está aproximando ainda mais o segundo e o terceiro setores. Trata-se do que vem sendo chamado de investimento de impacto, que mescla características de ambos os modelos e busca promover mudanças sociais por meio do empreendedorismo e de dispositivos de mercado.

Esse novo conceito foi discutido na plenária "Novos Mecanismos para o Desenvolvimento: Investimento de Impacto e Venture Philantropy".

Stephanie Poole, diretora de Investimento Social da Charities Aid Foundation (CAF), acredita que o investimento de impacto começou a ganhar força a partir do momento em que algumas organizações do setor social perceberam que tinham potencial para gerar renda. "Um pequeno edifício comunitário pode ganhar recursos com aluguéis, por exemplo. E nós também podemos emprestar para eles, tendo como garantia a renda que essas organizações do setor social irão criar. Nós assumimos o risco com elas", explicou.

Sob essa perspectiva, comentou José Guimarães Monforte, o auxílio deixa de ser caridade e passa a ser investimento. "Não é só dar; é saber receber de volta, permitir que o outro devolva aquilo que você propiciou", resumiu. Ou, como disse Antonio Moraes Neto, cofundador da Vox Capital, ao mostrar uma imagem de um bairro em que casas pobres são vizinhas de prédios de alto padrão, "Como eu posso tentar resolver o problema da parte de baixo dessa foto, sem piorar o lado de

cima? Buscar alguma forma que conseguisse também melhorar, em que você não precisasse abrir 100% do capital que você está investindo numa doação para fazer esse processo de doação."

Para Moraes Neto, existem dois grandes riscos no setor. O primeiro é causar um alto impacto social e não ter o retorno financeiro esperado, o que gera problemas de continuidade de projeto. O outro é ter um alto retorno financeiro, mas um baixo impacto social, gerando dificuldades para a reputação da organização investidora.

A diretora do CAF, que administra um fundo criado há dez anos e já emprestou US\$ 30 milhões a 300 organizações, destacou que o grande diferencial desse novo conceito é que ele requer que o investidor seja capaz de tomar uma atitude não usual em relação ao risco. "Em vez de só olhar para o retorno financeiro, nossos investidores olham para o retorno social. Pois, na medida em que o dinheiro é pago de volta para o fundo, ele pode ser usado de novo, e de novo, e de novo, em diferentes organizações."

Natalia Mouhapé, gerente sênior de Investimentos da Bamboo Finance, que administra dois fundos que totalizam US\$ 250 milhões e que fizeram 37 investimentos em 24 países, incluindo o Brasil, acredita que cada vez mais filantropos estão testando novos instrumentos para catalisar mudanças. "A filantropia tradicional e o investimento de impacto precisam coexistir. Há diferentes necessidades que demandam tipos diferentes de capital e respostas", disse.

Apesar de, nesse modelo, os lados econômico e social caminharem lado a lado, Stephanie acredita que o segundo deve prevalecer. "Nós tivemos uma perda de cerca de 10% do nosso capital. Isso é bem interessante, pois vai contra a moda do investimento de impacto no Reino Unido, onde há um pensamento de que você pode investir para criar um retorno financeiro e um retorno social. Eu vou ser um pouco controversa e dizer que eu não acredito que esse possa ser o caso."

Por fim, ficou claro que esse é um campo novo, ainda caracterizado por experimentações. Mas que tem, como essência, a mescla de empreendedorismo e ação social. Natalia frisou que não se trata de uma colaboração entre o social e o empresarial. É uma fusão. "Estamos investindo em empreendedores que são como quaisquer outros empreendedores, mas que tenham uma consciência social muito grande. Eles têm necessidade de ajudar outras pessoas, como quaisquer outros filantropos, mas eles criaram um negócio focado na necessidade social."

Outro ponto levantado pelos participantes foi a importância de buscar a colaboração entre diversos atores que agem em uma mesma região ou se dedicam a uma determinada área de ação. "Temos essa missão de trabalhar com setores públicos e privados, sociedade civil, ONGs, filantropos, todos que possam se juntar para produzir esse tipo de inovação de que precisamos para atingir a escala necessária e incluir a população que ainda não está incluída, buscando um desenvolvimento que respeite o capital natural", disse Daniela.

Durante a mesa "Filantropia e Desenvolvimento Humano", reuniram-se representantes de instituições que trabalham com o grupo social "crianças". Um dos tópicos discutidos foi como governo e iniciativas privadas podem interagir para melhorar o investimento e as ações voltadas para a primeira infância no Brasil. Segundo Ricardo Paes de Barros, investimentos feitos nessa faixa etária geram efeitos mais intensos, profundos e duradouros, pois terão muito mais tempo de maturação e pouparão gastos no futuro. "Uma criança adequadamente estimulada vai se alfabetizar de maneira mais fácil; não só esse investimento por si é mais eficaz, mas ele aumenta a eficácia de toda política social depois". Por causa dos grandes investimentos sociais do setor público nessa área, Paes de Barros defendeu que a iniciativa privada deve trabalhar em parceria com o Estado. "Para ajudar num país que gasta R\$ 3 bilhões por dia em política pública, você tem que ser complementar, você tem que ser estratégico", disse o representante do governo. De acordo com ele, há duas formas de o setor privado contribuir: desenvolvendo tecnologias sociais que possam ser implantadas de imediato e disseminando informações e conhecimentos para promover na sociedade uma discussão profunda e detalhada das políticas públicas.

Outra questão levantada por Paes de Barros foi a necessidade de articulação entre os diversos agentes que atuam em uma determinada região. "O Instituto Gerdau tem fortemente esse posicionamento de ter parceiros e apoiar grandes projetos, e dividir essas parcerias, compartilhar, e não tanto essa intenção de operar projetos", explicou Beatriz Johnnepeter.

Paes de Barros também falou sobre a possibilidade de a sociedade civil fornecer um modelo de administração para o Estado: "Eu acho que a questão da gestão é uma das áreas em que o setor privado pode ajudar muito no desenvolvimento da política da primeira infância; a dificuldade é como a gente adapta os conceitos de gestão privada para o setor público".

Essa relação entre o setor público e o setor privado foi também discutida, considerando a situação brasileira em sediar as próximas Copa do Mundo e Olimpíadas. A grande pergunta é: além da infraestrutura que vai ser construída por conta desses eventos, com o uso de uma significativa parcela de recursos públicos, quais serão as transformações e os benefícios que ficarão para a população?

De acordo com Fernando Rosseti, a nossa experiência não é boa. Os Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro, em 2007, não deixaram legado social relevante, nem uma estrutura física importante e, ao contrário, no caso do velódromo, para competições de ciclismo, terá de ser completamente reformado para as Olimpíadas de 2016. Para o BID, uma das saídas tem sido usar o esporte como "elemento convocante", para usar a expressão de Bendersky. Ou seja, um chamariz para que crianças e jovens frequentem centros sociais, implantados pelo banco em parceria com empresas, em que haja ações ligadas à saúde, educação, geração de renda e diversidade. "Você tem a criança nesse lugar e pode falar e trabalhar com ela, porque chegou motivada pelo esporte."

O foco do LiveWright, por outro lado, é o esporte de alto rendimento. A entidade acredita que o status brasileiro no esporte não é compatível com seu peso na economia mundial. Para mudar isso, busca estimular investimentos na base e trazer preceitos da iniciativa privada para o esporte, como desempenho e meritocracia. "Atualmente, o instituto trabalha com três projetos: um de ginástica artística feminina, em Curitiba; outro realizado junto com Gustavo Kuerten, em Balneário Camboriú (SC), para formar novos tenistas; e um terceiro de ciclismo, no Rio de Janeiro, em parceria com a Caloi", resumiu.

Assim, Musa, Presidente da Caloi, acredita que uma das grandes heranças que os megaeventos esportivos podem deixar é a formação de "heróis" que sirvam de exemplo e façam com que os jovens tenham vontade de tomar o caminho do esporte. "Muitas crianças passaram a jogar tênis e saíram da pobreza depois que o nosso Guga ganhou Roland Garros e virou o herói que ele é."

Em uma conversa com a jornalista Ana Paula Padrão, Viviane Senna comentou sobre sua experiência à frente do Instituto Ayrton Senna: "O grande problema do setor público é gestão", acrescentando que "há toda uma lógica que precisa ser instalada, uma cultura mesmo de gestão, que é presente no setor privado". Ela também apontou problemas políticos, como as constantes trocas de gestores e a sujeição das

agendas do setor público ao calendário eleitoral. "Esses processos acabam interferindo muito nos resultados, nos prazos."

Ainda assim, Viviane fez uma avaliação positiva dos rumos que o poder público tem tomado, destacando, principalmente, a busca por mais eficiência: "Isso já começa a ser uma requisição e uma busca do setor, você vê governadores muito jovens com esse tipo de visão".

Para Viviane, não há dúvida de que o setor filantrópico pode e deve se envolver na definição e na implantação de políticas públicas. Para ela, o papel do Instituto é criar "soluções educacionais que pudessem ser aplicadas em qualquer lugar que manifestasse um desafio". Para tanto, a organização necessita definir o escopo em que quer atuar: pequena e artesanalmente ou de impacto, atuando em larga escala. Hoje, a entidade tenta ser um grande laboratório de práticas educacionais, trabalhando principalmente com a capacitação das pessoas que estão nas salas de aula. "Mais do que uma organização de atendimento, a gente é uma organização de formação de pessoas", afirmou Viviane.

Essa questão da formação de profissionais como um campo de atuação do investidor social foi também discutida na mesa "O papel da filantropia na ciência e na pesquisa".

São muitos os indicadores sociais e econômicos que mostram os avanços do Brasil, como os listados pelo jornalista Hélio Campos Mello na abertura da plenária "O panorama é inegável: o país melhorou nos últimos 20 anos". Apesar disso, Mello precisou de apenas um indicador para mostrar o estado da produção científica nacional: sétima economia no mundo, o Brasil não está no ranking da revista inglesa *The Economist* dos 25 países que, em proporção ao PIB, mais investem em pesquisa e desenvolvimento.

Com a experiência de quem administra importantes entidades que canalizam capital privado para pesquisa e desenvolvimento, o português Antonio Coutinho, do Instituto Gulbenkian de Ciência, e o brasileiro Miguel Nicoletis, presidente da Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa, concordaram em dois pontos fundamentais: a filantropia é um importante instrumento de flexibilidade administrativa em um cenário acadêmico engessado, e é capaz, também, de multiplicar o capital investido. Coutinho contou, por exemplo, que a Fundação Gulbenkian periodicamente renova seu quadro de pesquisadores, para abrir espaço para novas

pessoas. "É a flexibilidade de uma instituição privada que permite fazer isso, que seria totalmente impossível em uma universidade", afirmou. "Riscos são para serem assumidos pelas fundações privadas, não pelo dinheiro público, e, portanto, risco é bom", continuou. O dinheiro privado trouxe retorno ao país, contou Coutinho ao falar sobre os estudantes que a Fundação mandou para os melhores centros de pesquisa do mundo. "Esses que voltaram ao país nos últimos anos atraíram já 5,2 vezes mais do que o dinheiro total utilizado para educá-los – não só de grants europeias e americanas, mas também investimento direto nas start ups que eles começaram". A situação é parecida na organização liderada por Nicoletis no Brasil – a AASDAP: "Começamos a criar cientistas dentro do nosso instituto e a competir com grants, acredite se quiser, do mercado europeu, do mercado americano", afirmou o brasileiro. "Para cada dólar público que o Brasil investiu no nosso instituto, estamos trazendo mais dois dólares privados para fazer pesquisa", disse.

Os elogios à flexibilidade da filantropia e os comentários sobre a suposta rigidez das instituições públicas provocaram polêmica. Nicoletis contou ter sofrido muita resistência da academia ao tentar canalizar dinheiro privado para a produção científica: "A grande novidade gerencial que nós trouxemos para o Brasil foi, no começo, muito mal recebida, houve uma resistência muito grande da comunidade acadêmica brasileira, que achava que trazer um modelo diferente do que existia no Brasil era um pecado mortal".

"Universidades públicas são como diamantes, vivem para sempre e não se reformam", criticou Coutinho. Coube ao representante da academia, o vice-reitor da Universidade de São Paulo (USP), Hélio Nogueira da Cruz, defender o sistema estatal, ainda que tenha reconhecido o papel do capital privado enquanto focalizador de recursos. "Eu não acredito tanto na inamovibilidade de uma instituição pública", declarou. Ele ainda rebateu as críticas sobre o isolamento das instituições públicas: "A sociedade, os professores, os alunos, as universidades dialogam constantemente." Nogueira da Cruz afirmou que a filantropia não é algo tão novo na ciência brasileira. Ele citou o caso de Luiz de Queiroz, cuja fazenda, doada ao poder público no final do século 19, deu origem a um dos principais centros brasileiros de pesquisa agropecuária, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP, em Piracicaba (SP). Mencionou ainda a família Mindlin, que doou para a USP os livros de José Mindlin (dono da maior biblioteca privada do Brasil). O vice-reitor, no entanto, lamentou a

ausência de incentivos legais para essas doações, e lembrou que o imposto sobre doação quase impossibilitou a cessão dos livros de Mindlin à USP.

Na plenária de encerramento, foi possível conhecer que "a nossa filantropia não está fazendo jus ao crescimento econômico do Brasil". Apesar do desenvolvimento acelerado dos últimos anos, o país continua convivendo com graves problemas sociais, e a filantropia ainda é pouco robusta e tem um caráter predominantemente religioso e paternalista. A sociedade brasileira ainda é pouco doadora. Por aqui, algo em torno de 0,4% do PIB é revertido para doação, enquanto no resto da América Latina, a média é de 0,8%.

O panorama traçado por Wiebe Boer, ao falar de seu trabalho à frente da Tony Elumelu Foundation, criada por um empresário nigeriano que enriqueceu no setor bancário, foi ainda mais alarmante. De acordo com ele, até há pouco tempo praticamente não existiam ações filantrópicas no continente fora da África do Sul. "Nos últimos dois anos, sou basicamente parte da invenção da filantropia na África", afirmou. O objetivo da fundação é apoiar os novos empreendedores africanos, atuando em áreas como criação de leis e capacitação de recursos humanos. Para tanto, é importante estabelecer parcerias entre diversos atores.

A necessidade de colaboração também foi ressaltada por Rob Garris, da Rockefeller Foundation. Ele contou que o programa que dirige na Rockefeller Foundation surgiu justamente de um esforço coletivo para pensar o futuro da filantropia: "Nós decidimos rapidamente que, se quiséssemos explorar como a filantropia e o desenvolvimento interagem, nós tínhamos que ter muito mais cabeças pensantes ao redor da mesa". Dessa constatação, nasceu a ideia da Bellagio Initiative, uma série de diálogos globais que culminou em um encontro de diversas organizações na cidade italiana de Bellagio para discutir a nova dinâmica entre filantropia e desenvolvimento.

Vários pontos emergiram dessas conversas, entre eles a importância das métricas para medir a eficiência das ações. Jacques Marcovitch traçou um paralelo com a palestra de Viviane Senna, que ressaltou a importância de se medir o impacto das ações: "No caso da filantropia, ela ganha quando nós temos indicadores de resultados e indicadores de impacto, que não devem só medir os insumos e o resultado do insumo, mas o quanto o impacto dessa ação filantrópica tem a ver com as métricas". Assim, o investimento social privado pode servir para R&D (Pesquisa e Desenvol-

vimento) de políticas públicas baseadas em projetos limitados, mas controlados e avaliados em seus impactos.

Esse ponto foi também comentado por Jane Wales ao falar sobre a diferença entre caridade, filantropia e filantropia estratégica, usando como exemplo a tragédia provocada pelo Furacão Katrina, que aconteceu em 2005 no sul dos Estados Unidos. Para ela, a caridade foi o que proveu comida, roupas e alojamento para os afetados. Filantropia serviu para a construção de diques ou para reconstruí-los, a fim de que não cedam da próxima vez. A filantropia estratégica atuou a entender as causas subjacentes da pobreza dessas comunidades. Por que elas são tão vulneráveis a esse tipo de acontecimento? Para ela, as três ações são necessárias. Cada um tem o seu lugar, depende do problema que você está encarando.

O IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, promotor do I Fórum, cumpre, com esta publicação, o seu dever de compartilhar com a sociedade o que foi apresentado, discutido, opinado durante o evento.

Esta publicação apresenta as contribuições dos palestrantes no Fórum e representa um conjunto importante de ideias e experiências sobre o atual estágio do investimento social privado e voluntário no Brasil, bem como em outras partes do mundo. Boa leitura!

Marcos Kisil

APRESENTAÇÃO DO FÓRUM E BOAS-VINDAS

Participantes:

Celso Varga, presidente do conselho deliberativo do IDIS

Jane Wales, presidente e CEO do World Affairs Council e do Global Philanthropy Forum; vice-presidente do Aspen Institute

Moderadora:

Paula Fabiani, diretora-executiva do IDIS

Paula Fabiani: É com grande honra e alegria que recebemos cada um de vocês para o **1º Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais**, que realizamos hoje em parceria com o Global Philanthropy Forum. Elaboramos uma agenda buscando provocar uma reflexão sobre o papel da filantropia no desenvolvimento do Brasil, e, para isso, contamos com a generosa participação de 37 palestrantes, de diversas

áreas do conhecimento. Gostaria de aproveitar a ocasião para transmitir nosso muito obrigado a todos os palestrantes. O encontro desses especialistas com vocês, filantropos e investidores sociais, vai fortalecer e ampliar a nossa rede de investidores sociais e também nos conectar com a rede do Global Philanthropy Forum e suas experiências internacionais.

A filantropia brasileira vive um momento especial, com o surgimento de propostas e projetos inovadores. Para apresentar algumas dessas propostas, convidamos dez líderes de iniciativas sociais, que compartilharão suas experiências com vocês durante o almoço temático. A ideia é criar um ambiente de conversa informal, em que cada líder fale sobre os desafios e inovações de seus projetos.

Celso Varga: As organizações dedicadas ao investimento social privado são instrumentos de mobilização de recursos intelectuais, humanos e financeiros em benefício da sociedade. Este Fórum é uma oportunidade para discutirmos vários aspectos dessas mobilizações, assim como novas ideias de como intensificá-las. É também uma oportunidade para estreitarmos as relações com a comunidade mundial dedicada ao investimento social, para conhecermos melhor suas formas de atuação, além de expormos as do Brasil neste campo.

O investimento social privado é de extrema importância para o desenvolvimento do país, e deve ser executado de forma sinérgica, envolvendo organizações sociais, setor privado lucrativo e governo, com o intuito de produzir uma sociedade mais justa e sustentável. Embora sejam praticadas desde a Antiguidade, e, em alguns países, há muito tempo sejam exercidas de maneira sistemática e profissional, as ações com o objetivo de ajudar o próximo ainda carecem de organização e recursos na maioria das nações. Legislação inibidora, carência de profissionais treinados, pouca disseminação da cultura da doação e falta de incentivos fiscais são exemplos de obstáculos para a maior utilização dos modelos de investimento social. A criação de entidades, como IDIS, GIFE, Ethos e muitas outras, vem fazendo com que o Brasil seja um dos países com maior aceleração no uso da filantropia como instrumento de solução de problemas sociais. O surgimento de profissionais bem preparados e motivados vem possibilitando o crescimento desse setor. Eventos como o de hoje colaboram de forma incontestável para a disseminação de novas ideias e trocas de experiências.

Jane Wales: É uma honra e um privilégio estar com vocês hoje. Quero começar agradecendo Carol Civita, que idealizou tudo isso, e agradecer Marcos e sua equipe, por transformar essa ideia em realidade. Eu já conheci muitos de vocês. Vim mais cedo para o Brasil, estava aqui ontem, em São Paulo, conheci alguns de vocês e fiquei impressionada com o fato de a filantropia já estar robusta no Brasil. Cada um de vocês tem algo a ensinar ao resto de nós, de outras partes do mundo.

Como muitos de vocês sabem, pela leitura do folheto, o Global Philanthropy Forum é uma comunidade – uma comunidade de aprendizado formada por filantropos que se reúnem para aprender uns com os outros, para ensinar, e para encontrar oportunidades para realizar ações de forma colaborativa. Mas, acima de tudo, como uma comunidade, seus integrantes sentem que podem perseverar. Mesmo quando a meta buscada não pode ser alcançada em um dia, uma semana, uma década ou mesmo um século, eles sabem que estão no caminho certo e que não estão sozinhos. Nós queremos muito trabalhar com vocês, ficar com vocês e aprender com vocês. E, hoje, para nós, é um grande presente. É um grande presente encontrar colegas que já atingiram um grande sucesso e que insistem em ter ainda mais sucesso no futuro. Então, bem-vindos, obrigada por me receberem tão bem, e eu espero ansiosamente pelas próximas atividades do dia.

PLENÁRIA DE ABERTURA

**O PAPEL DO INVESTIDOR SOCIAL PRIVADO
NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Participantes:

Eduardo Giannetti, professor e economista do Insper

Jane Wales, presidente e CEO do World Affairs Council e do Global Philanthropy Forum; vice-presidente do Aspen Institute

Moderadora:

Paula Fabiani, diretora-executiva do IDIS

Paula Fabiani: Nesta plenária, teremos duas perspectivas sobre o papel do investidor social privado na sociedade contemporânea. A primeira delas, com o ponto de vista brasileiro, será apresentada por Eduardo Giannetti; em seguida, Jane Wales nos trará uma visão global sobre a filantropia.

Eduardo Giannetti: É uma grande satisfação participar do 1º Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais, e fazer essa breve reflexão – que é quase um aquecimento para o que vem depois – sobre o papel do investidor social privado

na sociedade contemporânea. Eu queria, antes de mais nada, cumprimentar o IDIS pela iniciativa deste encontro que, eu tenho certeza, é o primeiro de uma série que permitirá o florescimento dessa atividade tão bem-vinda para a sociedade brasileira, que é o exercício da filantropia. Eu vou dividir a minha reflexão em duas etapas. Vou começar falando algumas coisas de caráter mais geral sobre o lugar da filantropia e do investimento social no mundo moderno – exatamente qual necessidade essa atividade preenche e por que ela existe. Depois, vou fazer uma reflexão, mais de caráter aplicado, sobre os desafios para o desenvolvimento da filantropia e do investimento social no atual momento brasileiro. Eu fiz uma espécie de checklist – que pode, evidentemente, ser complementada, não é exaustiva – de onde estão os problemas e os desafios maiores que nós enfrentamos, para que isso possa acontecer de uma maneira muito mais plena e muito mais eficaz no desenvolvimento e na vida brasileira.

Eu queria começar com uma reflexão mais geral, perguntando e compartilhando com vocês por que existem filantropia e investimento social. E a resposta que eu encontro para essa pergunta é que a filantropia e o investimento social existem por duas razões. A primeira delas é porque existem demandas que nem o mercado nem as políticas públicas estão aptos ou dispostos a satisfazer. O mercado e o processo político, as políticas públicas, atendem a muitas necessidades e a muitos desejos humanos. Mas há muitas coisas relevantes, socialmente demandadas, que nem um nem outro – mercado, economia e política –, em um ambiente democrático, consegue, de fato, atender. E a filantropia e o investimento social entram do lado da demanda por aí, porque existem coisas relevantes a serem feitas.

O outro lado, a segunda metade da resposta, é que a filantropia e o investimento social existem porque existem indivíduos motivados a dedicar recursos, tempo, talento, na provisão de demandas que nem o mercado nem o processo político consegue atender. Nós estamos falando aqui do lado da oferta. Existe um potencial, existem recursos latentes na sociedade que podem e devem ser mobilizados para esse fim. Eu não vou enveredar por esse assunto, mas é algo que intelectualmente me instiga muito: entender a motivação do filantropo, e o que o leva a fazer o que faz. Eu acho que existem duas forças relevantes no caminho da psicologia de alguém que dedica recursos, tempo e talento para satisfazer essas demandas que nem o mercado nem o processo político conseguem atender. A primeira delas é uma demanda de transcendência: o ser humano tem uma aspiração de projetar sua existência no tempo e para

além de si mesmo. Nós não nos resignamos à nossa mortalidade e à nossa finitude. A filantropia e o investidor social têm muito forte essa aspiração de que os seus valores e a sua permanência se projetem para além da sua vida mortal e finita. A outra força relevante na motivação, eu considero que é o reconhecimento. O filósofo francês do século 17, Malebranche, que Adam Smith admirava muito, dizia que talvez a principal aspiração do ser humano em sociedade seja ocupar um lugar de honra na mente de seus semelhantes. E não há nada de errado com isso, desde que o conteúdo dessa busca seja legítimo e tenha valor. A filantropia tem, ligada a si, e é perfeitamente legítimo que assim seja, esse desejo forte de ocupar um lugar de honra na mente dos semelhantes. Você ser reconhecido, ser socialmente apreciado por aquilo que você faz como algo benéfico, algo que busca atender algum valor importante e socialmente reconhecido. Não é a toa que a etimologia do termo "filantropia" é a que é. O termo "filantropia" deriva de duas palavras gregas: "filo" (amante) e "antropos" (homem, humanidade). O filantropo é o amante da humanidade, é alguém que tem uma disposição benevolente em relação ao ser humano, e a sua motivação de reconhecimento é por conta dessa disposição.

Qual é a especificidade, então, da filantropia e do investidor social, dado que não é nem mercado, nem política pública, nem alguma coisa que passou pelo processo político? A grande e importante diferença da filantropia e do investidor social em relação ao mercado e à política pública é que, diferentemente do mercado, a filantropia não sofre pressão disciplinadora de consumidores e de acionistas. Quem atua no mercado – indivíduo ou organização que compete no mercado, e que obtém o reconhecimento pelo que faz, a partir dessa lógica que preside a ordem de mercado – está sujeito a uma pressão disciplinadora forte, que é o fato de que ele precisa satisfazer consumidores que estarão dispostos ou não a voltar com seus recursos monetários àquilo que ele fornece, sejam bens ou serviços. E esse agente de mercado também precisa atender à pressão que vem do mercado de capitais, dos acionistas, que não ficarão nada contentes se o negócio não remunerar adequadamente o capital investido. Então, o agente de mercado tem a sua margem de atuação definida por balizas razoavelmente fortes que advêm dessa pressão disciplinadora tanto do lado do mercado de produtos quanto do lado do mercado de capitais.

No tocante ao processo político, os governantes sofrem também um outro tipo de pressão, embora nem sempre com a eficácia que nós gostaríamos que ela tivesse.

Os governantes sofrem pressão disciplinadora por parte dos eleitores: se não fizerem coisas que atendem às expectativas de quem os elegeu, eles não se mantêm no poder. Essa é uma pressão relevante. E eles sofrem pressão também dos contribuintes, aqueles que estão, afinal de contas, financiando, com o pagamento de impostos, as possibilidades abertas para as políticas públicas.

Apenas um rápido parêntese aqui. É muito curiosa a expressão "contribuinte" na língua portuguesa. Uma das poucas coisas que não são voluntárias na vida econômica é o pagamento de impostos. Por isso, a palavra "imposto": não é algo que você escolhe, é algo que você é obrigado a fazer. E, logo, essa atividade, na vida brasileira, recebe o nome de "contribuição" e "contribuinte", o que é realmente um paradoxo, é quase uma ironia. Uma das poucas coisas que não são voluntárias no ambiente econômico livre é exatamente o pagamento do que é imposto. E, no Brasil, por uma malícia talvez da nossa herança cultural, esse taxpayer é chamado de contribuinte. É realmente muito curioso que tenha havido essa inversão semântica na língua portuguesa.

Dado que o filantropo e o investidor social não estão sujeitos à disciplina do mercado, e não estão sujeitos à disciplina da democracia, que cabem ao eleitor e ao pagador de impostos, o que diferencia, então, a atuação do filantropo e do investidor social? Eu acho que é fundamentalmente o fato de que ele pode correr riscos que o governo evita no financiamento de atividades relevantes para a promoção de algum valor. Ao mesmo tempo, ele não precisa cobrir os custos necessariamente daquilo que fornece, e não está sujeito também a algum critério mais exigente de rentabilidade financeira na sua atividade, que no caso do mercado é imposto pelo mercado de capitais. Um exemplo notório, e talvez o mais conhecido, de risco com que o setor privado e a política não podem arcar e que o investidor privado e o filantropo podem, é a formação da Fundação Goethe, subsidiando a produção de remédios e fornecendo, às vezes gratuitamente, terapias e também políticas de prevenção de doenças no campo da saúde para populações muito pobres, e que não podem arcar com o custo daquilo que demandam.

Eu acho que outra diferença da filantropia e do investidor social relevante é o fato de que, se pode fazer muito com pouco, e muitas vezes direcionando o mercado e direcionando o processo de políticas públicas para coisas que não ocorreriam espontaneamente, mas às quais eles podem ser induzidos por uma ação inteligente de investimento social e de filantropia. Você, com pouco, faz muito, mais ainda in-

dicando um caminho e mostrando a possibilidade do que efetivamente ocupando integralmente. Alguns exemplos disso que me ocorrem são, por exemplo, essa bem-sucedida política pública das UPPs, as Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro. Não sei quantos sabem disso, mas ela surgiu a partir de seminários feitos numa instituição de pesquisa no Rio de Janeiro chamada Casa das Garças (a Casa das Garças é mantida por doadores privados). Foram realizados seminários sobre segurança pública. Nesses seminários, foi elaborada e concebida a possibilidade de uma unidade de polícia pacificadora. O governo do Rio de Janeiro, participando do seminário, achou a ideia interessante, levou à prática, e acabou se tornando uma política pública extremamente bem-sucedida. Então, com um pequeno investimento, no início, de pesquisa e de disseminação de conhecimento, alavancou-se. E essa é uma alavancagem bem-vinda, não é uma alavancagem especulativa que nos levou à encrenca financeira de 2008/2009, é uma alavancagem bem concebida, e conseguiu-se um tremendo e valioso resultado.

Outro exemplo que me ocorre é um programa, também aqui no Brasil, que busca encontrar jovens muito promissores e talentosos no ensino fundamental e no ensino médio, principalmente, da rede pública, e fornece a esses jovens os meios financeiros necessários para que eles possam obter a melhor educação que a nossa época pode oferecer. É uma política extremamente inteligente de mobilização de talentos e de recursos humanos que ficariam soterrados por falta de oportunidades e que, com essa ação, tornam-se extremamente relevantes, na medida em que, como dizia o economista inglês Alfred Marshall, não há nada mais terrível do que o Shakespeare analfabeto. O sujeito que teria sido Shakespeare se tivesse sido alfabetizado. Nós podemos, aqui no Brasil, imaginar o Bill Gates trombadinha, o sujeito que teria sido o Bill Gates se tivesse tido acesso a um curso superior ou a alguma formação que permitisse a ele, com o seu talento e o seu trabalho, criar a maior empresa de software do planeta e, depois, uma fundação como a Fundação Gates, que vem fazendo um trabalho tão relevante. Essa potencialização de talentos e de recursos a partir de um foco muito direcionado, eu acho que é extremamente interessante, e é uma das vantagens da ação filantrópica e do investimento social.

Por outro lado, não poderia deixar de dizer que riscos existem. Eu acho que as ações da filantropia e do investimento social têm que levar em conta possibilidades de descaminho, como muitas vezes acontece. Descaminho evitável, e não o erro, que

é parte do jogo de muitas vezes tentar alguma coisa que não vinga, não dá certo – mas há um aprendizado nisso, e é importante saber que a vida é assim. Mas há descaminhos principalmente ligados à falta de uma métrica de avaliação dos resultados. Tanto o mercado quanto a democracia têm métricas muito claras e muito rigorosas de avaliação, que são ligadas a esse escrutínio permanente, que se renova. A filantropia não dispõe desse feedback de informação. É muito complicada essa ideia de avaliar resultados, de medir resultados nesse tipo de atividade, saber se se está realmente alcançando aquilo que se pretende. Muitas vezes, há um problema de foco também, de definição, de encontrar a coisa certa a fazer e de fazê-la numa estratégia consequente. Já dizia São Bernardo que o caminho do inferno está pavimentado de boas intenções. Muitas vezes, o desejo de fazer o bem pode redundar no seu oposto – há alguns exemplos interessantes na vida brasileira, mas eu não vou entrar nisso agora, porque o meu tempo já se esgota rapidamente.

Então, tem problemas de definição, de foco, problemas de estratégia e, não menos, problemas de gestão. Como não há o efeito disciplinador que existe especialmente no caso do ambiente competitivo de mercado, é muito grande o risco da acomodação, do desperdício e de práticas de gestão que não fazem justiça a um padrão de eficiência um pouco mais exigente. Eu acho que a grande novidade da filantropia e do investimento social de 20, 30 anos para cá, e na última década mais intensamente, está exatamente na profissionalização e na busca de padrões de excelência de gestão muito mais exigentes.

Meu tempo está se esgotando. Eu queria pelo menos elencar os tópicos, talvez possamos voltar a eles na fase dos debates, mas, falando especificamente de Brasil, os tópicos nos quais eu acredito que nós precisamos avançar muito para termos uma filantropia e um investimento social muito mais presentes e frutíferos na vida brasileira.

O primeiro deles, que eu já mencionei, é a questão da avaliação de resultados. Monitorar e corrigir. Nós sempre fomos muito deficientes, na vida brasileira, no compromisso com o resultado auferido e o resultado aferido, principalmente. A aferição de resultados, eu acho que é algo fundamental, e ainda há uma deficiência nesse campo. Eu devo dizer, de passagem, que muitas vezes a pesquisa sobre resultados pode ser um instrumento valiosíssimo para o próprio setor público e suas políticas. Uma coisa que a filantropia e o investidor social podem fazer é

instrumentalizar os governantes em âmbito municipal, estadual e federal, com evidências que os ajudem a direcionar melhor e fazer melhor aquilo que eles se propõem a fazer. Há um trabalho pioneiro nessa direção, feito no México, avaliando, por exemplo, a eficácia de programas de condicionalidade na transferência de recursos para famílias carentes. Isso permitiu, ao governo mexicano, um foco muito mais interessante ao direcionar recursos.

Outro problema brasileiro que me chama atenção é a nossa ainda grande dependência de recursos públicos na atividade do terceiro setor. Eu acho que isso não é saudável. Tanto por criar, às vezes, um problema de falta de transparência, como também por criar problemas de descontinuidade, na medida em que essa atividade fica à mercê de mudanças, de alternância de poder, que são naturais em uma democracia, mas que muitas vezes levam também a revisões de compromissos que foram assumidos por gestões anteriores. Dentro ainda desse quesito, eu falaria da nossa necessidade de buscar, de desenvolver no Brasil, a cultura do endowment, e não da captação ou da mesada. É outro problema de permanência das instituições e das atividades ligadas a esse setor que precisa realmente mudar. Eu fui gestor de um fundo japonês, há muitos anos, de um filantropo japonês que fez negócios no Brasil. Naquela época, era mais compreensível isso, hoje menos, mas eu lembro que o fundo ficava depositado (era um dos poucos, talvez o único fundo de endowment para bolsas de estudo no Brasil) fora do Brasil, numa conta no exterior, porque não havia confiabilidade aqui – e realmente ele não tinha confiança nas instituições brasileiras para ter um endowment numa universidade brasileira. Então, nós tínhamos que lidar com essa situação de falta de endowment por um problema institucional de falta de confiabilidade nas nossas instituições. Conversando com milionários brasileiros, eu devo dizer que me espanta também a revelação que eles fazem de que muitas vezes têm dificuldades de encontrar canais confiáveis para a sua disposição de doar e de ceder recursos em caráter permanente, na constituição de um endowment, para a geração de um fluxo de renda que permita atender demandas que nem o mercado nem a política são capazes de atender.

Eu lembraria ainda, para completar a minha checklist, o problema da dispersão de esforços. Acho que há uma proliferação, muitas vezes desperdiçadora, esbanjadora de recursos – inclusive administrativos –, numa dispersão de organismos e organizações, e de programas que seriam muito mais eficazes, muito mais eficientes,

se pudessem se aproveitar de uma escala, de uma concentração e de uma união de esforços, e não de sobreposições. Eu ouvi uma vez, num debate (não sei se é verdade, mas me chamou muito a atenção), que, no Rio, existem mais pessoas trabalhando em ONGs para atender meninos de rua do que existem meninos de rua. O que me pareceu uma coisa realmente estranha, talvez seja verdade, não sei se é o caso. Mas, realmente, a proliferação de ONGs e de entidades do terceiro setor no Brasil parece um pouco estranha, e eu vejo uma sobreposição de esforços.

Jane Wales: Primeiro, professor Giannetti, obrigada, porque foi uma ótima exposição do contrato social que está emergindo. Eu vou parafrasear o filósofo Jean Jacques Rousseau, vocês também devem conhecê-lo: ele cunhou essa expressão, "contrato social", que quer dizer a forma como alocamos tanto responsabilidades quanto recursos para a gestão de problemas em comum. Eu levanto essa questão porque todos nós sabemos que o processo de governo e de gerenciamento diz respeito a todos nós. Governos não podem resolver todos os problemas, o mercado não pode resolver todos os problemas, nem as organizações mais engenhosas, que talvez vocês apoiem, podem resolver todos os problemas – para isso, todos somos necessários. E é nesse panorama de um contrato social de certa forma fluido, por vezes de um contrato social controverso, que a filantropia tem emergido, tem crescido e se redefinido. Não apenas aqui ou nos Estados Unidos, de onde eu venho, mas em todo o mundo. É nesse ambiente que o Global Philanthropy Forum (GPF) nasceu. Então, eu quero dizer uma palavra ou duas sobre o que esse movimento crescente de filantropia reflete, e o que a filantropia, ela própria, reflete.

A primeira coisa é que, assim como o GPF, a filantropia tem se tornado global. A filantropia tem crescido como uma força em todo país, que passou por rápido crescimento econômico, que privatizou suas empresas, construiu um tipo de infraestrutura física e jurídica, num processo de crescimento da riqueza. Nesse cenário, nós vemos emergir um extraordinário novo grupo de "solucionadores de problemas". São pessoas preparadas, bem treinadas, investidores que podem aplicar suas finanças, seus recursos, seus contatos e seu conhecimento, promovendo o bem social. Essas são pessoas que eu descreveria tanto como arquitetas quanto como beneficiárias da nova economia. E o que eles compartilham? É uma visão de que os benefícios dessa nova economia devem ser compartilhados de modo mais amplo: o desenvolvimento

social, o desenvolvimento econômico, o crescimento, não devem ser apenas rápidos, mas também em bases amplas, inclusivos.

A segunda questão, pelo que eu vejo, é que a filantropia tornou-se estratégica. Temos visto uma transição da caridade tradicional para a filantropia estratégica. E isso é algo que o professor comentou. Estamos vendo indivíduos com habilidades em tecnologia, muito conectados, muito focados em resultados. Diante da vontade de doar, de melhorar o mundo, estão se perguntando: "Como eu posso ter certeza de que vou alcançar o que eu quero alcançar?". Nesse processo, novos conhecimentos estão sendo gerados, e têm sido gerados em todos os lugares onde existe filantropia. Eu acho que, nos Estados Unidos, temos muito orgulho do papel que a filantropia tem na nossa sociedade – mas nós não somos os únicos responsáveis por isso. Nós vemos que novas ideias, novas formas de abordagem, de grande imaginação e grande sucesso, têm surgido mais frequentemente no hemisfério sul do que no norte. E nós temos oportunidade agora, os brasileiros têm oportunidade agora, de acessar esse conhecimento, assegurar que haja uma transferência desse conhecimento entre os países do sul, e também do sul para os países do norte, para que todos possamos nos beneficiar de sociedades bem-sucedidas, como o Brasil.

O terceiro ponto que eu quero levantar é o de que a filantropia tem se tornado digital. Com isso, eu não quero dizer apenas que nós agora temos a capacidade de adotar soluções crowdsourcing (embora tenhamos) ou de levantar fundos via crowdfunding (o que nós fazemos: há organizações que têm conseguido transformar pessoas normais, de classe média, não aquelas de grande riqueza, em filantropos estratégicos, porque suas pequenas doações, somadas, podem ser usadas numa estratégia clara). Mas também quero dizer, quando eu falo que a filantropia se tornou digital – e o ponto que o professor Giannetti abordou sobre mensuração e avaliação de resultados é muito importante – quero dizer que nós hoje somos capazes de criar um tipo de informação que não somente ajuda as decisões de quem recebe e de quem doa, mas também cria um novo tipo de responsabilidade no campo da filantropia como um todo. E também que nós nos tornamos fãs de grandes volumes de dados. Nesta era digital, uma quantidade extraordinária de dados está sendo criada. E esses dados – podem ser dados de desenvolvimento, dados de qualquer área em que vocês trabalham – nos dão a oportunidade, a cada um de nós nessa sala, de

assegurar que aquela intervenção filantrópica é precisa: onde, quando e como deve ser feita para produzir o máximo impacto.

Compartilhar esse grande volume de dados é uma oportunidade de identificar problemas e soluções, e a relação entre essas duas coisas é uma oportunidade de encontrar gaps de financiamento, é uma oportunidade de situar a filantropia num contexto maior. Então, ele pode tratar da situação e dos avanços da mulher; você, da situação da educação e da saúde; e outro, cuidar de assuntos políticos, como os direitos humanos – nós podemos ver o trabalho de cada um se encaixando em um conjunto maior.

Eu tenho certeza de que, neste mundo de grande volume de dados, nós tivemos casos maravilhosos. O Banco Mundial tem oferecido sua base de dados para todos nós. Temos o tipo de informação de que precisamos para saber o que funciona, o que não funciona e onde. A Bill e Melinda Gates Foundation tem trabalhado com grande volume de dados – é tanto geradora de dados quanto consumidora de dados. E participa de duas iniciativas. Uma iniciativa delas é a Glass Pockets, um acordo entre 15 das maiores fundações do mundo para coletar, categorizar, analisar e compartilhar dados da mesma maneira. Então, nós podemos comparar atividades de diferentes campos. A segunda iniciativa da Gates Foundation, que muitos filantropos veem como um verdadeiro boom, é algo que se chama "mercados para o bem". Trata-se de um compromisso ainda maior da Gates Foundation, não somente de promover essa ideia de dados open source, mas de ajudar cada um de nós, doadores individuais, pequenas fundações, qualquer ator social, a acessar o conhecimento de que precisa para ter uma atuação mais efetiva.

Eu sei que essa questão dos dados é algo sobre o qual podemos falar mais, mas a quarta tendência que eu mencionaria é a de que a filantropia, no esforço de se tornar mais estratégica, de se tornar forte, de ser sustentável, quebrou vários paradigmas. E é por isso que o contrato social se tornou mais "bagunçado", ou, melhor dizendo, está num processo de evolução. O que vemos os filantropos fazerem é investir em pequenas e emergentes empresas, promover atividades econômicas em todos os níveis, incluindo a base da pirâmide. Muitos desses negócios sociais oferecem bens, serviços e oportunidades de geração de renda para os pobres, ou serviços que ajudam na conservação de recursos naturais. Alguns filantropos que fazem esses investimentos, tanto para retorno financeiro quanto para retorno social, também promo-

vem ações para que essas pequenas e frágeis empresas estejam prontas para receber investimentos – eu acho que cometemos um erro quando supomos que todas serão um bom investimento. Nós temos, nesta sala e no Brasil, alguns dos melhores líderes nessa área. A Vox Capital, com Antonio Moraes Neto; a Fundação Avina, com Sean McKaughan, que também está aqui e é membro do Global Philanthropy Forum; o Bamboo Finance, e Natalia Mouhapé está aqui; Leonardo Letelier, da Sitawi; e temos aqui, claro, o BID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Quero mencioná-los porque o mandato deles, a missão deles, o foco deles, tem sido promover atividades econômicas em todos os níveis, e têm sido atores extraordinários nesse ambiente. Há oportunidade para filantropos privados e para as agências governamentais de colaborar e complementar um as ações do outro.

Eu diria, porém, que essa quebra de paradigmas não está acontecendo apenas no nível dos pequenos negócios ou no nível das microempresas. Há oportunidades e entusiasmo em colocar grandes corporações a serviço de objetivos sociais e filantrópicos. Estávamos falando da Gates Foundation, e a Rockefeller Foundation também está representada aqui. As duas trabalham com desenvolvimento de remédios e vacinas ligadas às necessidades dos pobres. Mas não têm incentivos de mercado para isso, porque os países pobres e os indivíduos pobres não têm como pagar por esses produtos. Então, o que a Rockefeller Foundation fez foi investir em empresas farmacêuticas que têm capacidade para pesquisa e desenvolvimento, mas que não têm capital para ou não têm incentivo de mercado disso. A Rockefeller Foundation investiu nessas farmacêuticas que concordaram em pesquisar doenças da população mais pobre. Do outro lado dessa cadeia de valor, o que a Gates Foundation fez foi um acordo de mercado, um compromisso, uma promessa de comprar os remédios e vacinas que forem desenvolvidos, numa escala que faça com que aquela produção tenha sentido.

O que nós temos aqui, no Brasil, é o compromisso de muitas empresas que decidiram alavancar sua cadeia de valores com seus fornecedores, seus produtores, seus distribuidores, seus clientes, para que, em cada nível dessa cadeia, haja avanços em um objetivo social. Então, existe uma postura de tentar alavancar possibilidades para fornecer ferramentas de que, por exemplo, milhões de professores precisam para fazer seu trabalho. Há outras empresas que buscaram fornecedores locais, instituíram a transparência e mudaram sua operação para diminuir sua pegada de carbono. Eu

adoro o exemplo da Natura. A razão disso é, em parte, porque, quando eu era mais nova, costumava participar de uma série de conferências sobre ciência e tecnologia, incluindo uma no Brasil. E o termo "leis de biodiversidade" era algo que você só ouvia de Ph.Ds em ciências naturais. Com a Natura, agora eu não conheço um consumidor que não conheça o conceito de conservação da biodiversidade ou leis de biodiversidade, e que não saiba sua responsabilidade individual nessa área. Então, vemos um avanço a partir do investimento de uma grande empresa.

Isso me faz chegar ao quinto ponto: o foco no consumidor gerou uma tendência muito interessante. Ao mesmo tempo em que a filantropia se tornou grande e ampla, está também ficando pequena e individualizada. Há um entendimento crescente de que muitos dos problemas que encaramos, e muitas das suas soluções, são resultados de milhões de escolhas individuais. Aperfeiçoar essas escolhas é outra forma de alavancar as soluções. São escolhas como reduzir o consumo de água, engajar-se em atividades saudáveis, derrubar ou não uma árvore, usar ou não armas, votar e insistir que seu voto seja contado. A decisão do Google de traduzir o conhecimento do mundo para muitas línguas é uma ferramenta poderosa, assim como o exemplo da Natura que eu mencionei.

Eu vou agora para o meu último ponto, retornando ao conceito de contrato social. Se vocês tomarem essas tendências gerais em filantropia que estamos vendo em todos os lugares, o que vão notar é que a filantropia está no processo de redefinir o contrato social. Está redefinindo a si mesma, como todos os meios privados de financiar o bem-estar social, mas está também reformulando o relacionamento entre o governo e os governados, entre os mercados e as atividades sociais. Está promovendo um tipo de convergência – não é bem convergência, é mais um reagrupamento do contrato social, e esse é um momento de mudança, uma oportunidade para todos nós.

Um ponto-chave sobre isso: o contrato social se assenta sobre algo essencial, a confiança. O professor Giannetti falou sobre risco, falou sobre oportunidade. Cada habilidade, as habilidades de cada um nesta sala, de fazer uma contribuição duradoura, requerem que a filantropia, as organizações e as empresas que as apoiam tenham uma posição de confiança na sociedade. Confiança é algo difícil de construir, e fácil de perder. Mas tenham isto em mente: com as extraordinárias intenções e habilidades que temos, precisamos manter o foco, todos nós, na noção de que a

confiança é a garantia na qual todos os contratos sociais se baseiam. Então, obrigada por construir essa confiança, obrigada por estarem aqui e por nos ouvirem.

Paula Fabiani: Bom, vamos às perguntas. Eu já tenho algumas que gostaria de fazer. Vou começar com uma para o professor Eduardo Giannetti. No caso do Brasil, a mais recente legislação favorável à participação da sociedade civil é a lei das OSCIPs [Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público], de 1999, de Ruth Cardoso. Desde então, os governos Lula e Dilma não demonstraram muito interesse em promover uma legislação favorável ao papel do doador privado. Seria possível visualizar alguma mudança nessa postura? Para que isso aconteça, o que seria necessário?

Eduardo Giannetti: É possível visualizar e é desejável que ela se materialize. Mas não acho, falando muito realisticamente, que ela esteja presente na agenda da atual administração do governo brasileiro. Que a questão tributária é um impedimento forte a uma prática mais intensa da doação e da ação do investidor social, eu não tenho a menor dúvida. Eu acompanhei, razoavelmente de perto, um caso que se tornou muito complicado, do ponto de vista tributário, que foi a doação da biblioteca do José Mindlin para o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Vocês não podem imaginar o labirinto e a complexidade da negociação de um gesto dessa grandeza (que deveria ser acolhido e recebido pela sociedade brasileira com grande alegria), que acabaram se tornando quase um impedimento à materialização dessa conquista, que é a criação da biblioteca. Então, realmente, falta muito ainda a avançar em termos de uma legislação que seja motivadora e que acolha ao invés de assustar, ou de hostilizar até, a doação.

Os governos Lula e Dilma têm uma preferência muito forte por programas sociais comandados pelo próprio governo. A ideia do setor privado fazendo e ocupando esse lugar que lhe cabe como complemento – ele não vai substituir em nenhum cenário, eu imagino, nem o mercado nem as políticas públicas –, mas a ideia de um setor privado forte e atuante em políticas que não são voltadas para o lucro e para o mercado, não é algo que esses governos levem muito em consideração, como deveriam, eu acredito.

Só para terminar, eu acho que, além de uma preferência por ações comandadas pelo Estado, também existe, lamentavelmente no Brasil, uma ideia de que é parte

da vida normal da sociedade o Estado fazer transferências permanentes de renda e de recursos para grupos sociais. Acho muito estranho no Brasil que comemorem quando 1 milhão de pessoas é integrado ao Bolsa Família e passa a receber o recurso. Deveríamos comemorar não isso, que seria até preocupante se acontecesse, mas quando 1 milhão de pessoas deixasse de precisar receber uma assistência social, uma transferência de renda, como é o Bolsa Família. Eu acho que seria muito mais saudável para a sociedade brasileira que nós pensássemos em, paulatinamente, reduzir o número de pessoas que, infelizmente, dependem desse tipo de assistência. Em qualquer contrato social de país civilizado, eu não tenho a menor dúvida de que é importantíssimo e muito relevante que pessoas que não têm, realmente, acesso a um nível de renda mínimo para atender as suas necessidades básicas sejam atendidas por transferências feitas pelo Estado. Os grandes economistas liberais sempre defenderam essa ideia: Milton Friedman, Frederick Hayek, todos eles não tinham a menor dúvida quanto a isso. O problema é saber se é bom que isso aumente ou se é bom que isso diminua ao longo do tempo, se devemos caminhar para uma sociedade em que o grau de dependência a um assistencialismo é crescente ou se devemos buscar caminhar para uma sociedade em que isso só seja necessário para uma minoria realmente pequena e que, numa situação emergencial, não pode contar com outro tipo de acesso a recursos que não esses. Então, eu acho que é um desvio de percepção, realmente, em relação ao papel do Estado no Brasil.

Jane Wales: Eu só quero fazer um pequeno comentário: uma das coisas que eu achei mais surpreendentes é que, mesmo em sociedades que não têm incentivos em sua legislação tributária, vemos um crescimento na filantropia, o que é bastante extraordinário – e provavelmente se deve aos impulsos e motivações que o professor Giannetti mencionou em seus tópicos.

Paula Fabiani: Uma vez, um economista me disse: “O capitalismo é o sistema econômico que mais produz riqueza, mas produz também muita desigualdade”. Gostaria que vocês comentassem essa frase e o papel da filantropia nesse contexto.

Jane Wales: A economia global que estamos vivenciando traz grande crescimento e grandes disparidades simultaneamente em muitas sociedades. Essa é uma preo-

cupação real. O processo de globalização está criando uma riqueza tremenda, está tirando mais gente da pobreza do que qualquer outro programa poderia fazer, ao mesmo tempo em que está exacerbando disparidades, particularmente na educação. A diferença de capacidade de aprendizado entre alguém com ensino médio e alguém com faculdade cresceu. Olhamos para uma situação em que os mercados provêm o que os economistas chamam de distribuição racional da riqueza. Mas os mercados não produzem equidade – esse é o papel da política, e esse é o papel da filantropia.

Eduardo Giannetti: Complementando um pouco o que a Jane falou, acho que é sempre bom lembrar que, se a riqueza não for gerada, não existe filantropia e não existe programa social. Ambos, para existirem, dependem de criação de valor, dependem de geração de riqueza. O filantropo não vai ter excedente para aplicar em projetos sociais se ele não tiver sucesso na criação de riqueza, e o Estado não vai ter de onde tirar recursos para investir em programas sociais se não houver geração de riqueza que ele possa tributar e transferir para grupos sociais específicos. Então, tudo depende da criação de riqueza.

Em relação à questão da desigualdade, eu queria dizer o seguinte: desigualdade do quê? Nem toda desigualdade é ruim. Eu gosto muito de uma historinha simples que acho que põe o dedo no nervo da questão. É a seguinte: dois meninos estão caminhando pela rua, e um deles encontra duas maçãs, uma grande e uma pequena. O menino que apanha as duas maçãs fica com a grande para ele e dá a pequena para o amigo. O amigo, ao receber a maçã pequenininha, começa a se queixar. “Você é egoísta, você só pensa em você, eu achei que você era meu amigo, como é que você ficou com a grande e me deu a pequena?”. Depois de certo tempo de queixa e de reclamação, o menino que apanhou as maçãs olha para o seu amigo e pergunta o seguinte: “Mas, espera aí, se você tivesse apanhado as maçãs, o que teria feito?”. Aí, o outro que recebeu a maçã pequena, responde: “É lógico que eu teria dado a grande para você e ficado com a pequena”. Então, o primeiro diz: “Mas foi exatamente o que eu fiz. Do que você está reclamando?”. E, no entanto, tem razão de reclamar, e é aí que está o interessante dessa história. Porque uma coisa é a distribuição resultar de uma imposição de alguém que apanhou as duas maçãs, e impôs uma distribuição ao outro. Outra coisa é essa mesma distribuição resultar de um gesto de alguém que, voluntariamente, cedeu a grande para o outro e ficou com a pequena. O que importa

é o caminho da distribuição, não é tanto o resultado final. O caminho tem que ser legítimo, a trajetória dessa distribuição é o que importa. Assim, as políticas públicas e a filantropia têm um papel fundamental: nós precisamos equalizar oportunidades, até para que as desigualdades naturais possam aparecer e serem legítimas. Mesmo porque nem todo mundo preza o sucesso financeiro da mesma maneira. Felizmente, as pessoas têm diferentes valores, algumas pessoas vão se expressar pela criação artística, outras pelo esporte, outras pela ciência, outras pelo mercado. E é importante para a sociedade que haja muitas métricas de sucesso na vida. Você impor um resultado final igualitário não é, sequer, desejável.

Agora, temos que pensar com muito cuidado se as pessoas tiveram as condições e as capacidades para que possam expressar na sua vida os seus valores. Uma coisa é o resultado desigual imposto e no qual alguns já venceram e outros perderam. Outra coisa é o resultado desigual que reflete os valores diferentes, os talentos diferentes, as preferências, que tem toda a legitimidade e que é bom que aconteça, é bom que exista. Eu acho que, sempre que se pensar em desigualdade, essa história dos dois meninos é bem interessante, porque mostra duas concepções diferentes do que é igualdade. Igualdade de chegada ou igualdade de partida? Eu, filosoficamente, não tenho dúvida de que o que importa é a igualdade de partida. A igualdade de depois é outra questão. Não é sequer justa e eticamente legítima, se for imposta, essa igualdade na chegada – independentemente do esforço, do mérito, do empenho e do valor que a pessoa dedicou àquela atividade.

Jane Wales: Um comentário rápido sobre isso. É a importância da palavra legitimidade, que o professor Giannetti usou várias vezes em sua resposta. Cada sociedade determina o que considera legítimo. O Brasil é uma sociedade que escolheu rejeitar a noção de que iniquidades são inevitáveis, escolheu diminuir a lacuna entre ricos e pobres. Expressou sua visão sobre o que constitui a legitimidade em sua sociedade. O que é importante nisso é que, no fim, o que importa é a iniquidade. O Brasil é uma sociedade que aceita a iniquidade? Nós aprendemos que não. Aceita desigualdade? Essa é uma questão muito diferente: ele é mais alto do que eu, ela é mais esperta do que eu. Há desigualdades na vida. Mas se tivermos a oportunidade partilhada para eu ficar de salto alto, de parecer tão esperta quanto ela, então teremos um bom resultado.

Paula Fabiani: No Brasil, nossos filantropos preferem implantar seus próprios projetos ao invés de apoiar a sociedade civil – há muita desconfiança no grantmaking. Qual o desafio de transformar nossos filantropos em grantmakers, ou seja, doadores, ao invés de implementadores de projetos?

Eduardo Giannetti: Acho que essa pergunta é muito relevante, e eu disse muito rapidamente alguma coisa sobre ela no meu checklist de desafios. Eu acho que nós temos, de fato, um problema de dispersão de esforços e de falta de coordenação na filantropia e no investimento social do Brasil. Um caminho para melhorar isso é construção de confiança, transparência... Transparência é muito importante. Eu noto que potenciais doadores no Brasil têm dificuldade em encontrar canais que eles considerem confiáveis, eficientes e permanentes para essa transferência real de recursos para serem geridos por terceiros. Acho que a questão está realmente com aqueles que se candidatam, que se apresentam socialmente como aptos a administrar adequadamente esses recursos latentes que precisam ser e devem ser mobilizados no Brasil. Temos um déficit de confiabilidade, de reputação, no terceiro setor brasileiro. É um problema perfeitamente administrável no tempo, mas, como a Jane colocou muito bem, reputação e confiança são coisas de construção lenta e demolição rápida – há uma assimetria muito grande nessa construção e destruição de reputação e de confiança. Toca-se aí num problema real. Eu conheço, de primeira mão, o caso de um bem-sucedido empresário brasileiro, banqueiro, que preferiu abrir uma cadeira de pesquisa em Harvard do que no Brasil, porque não se sentiu seguro o suficiente para fazer isso aqui.

Jane Wales: Eu acho que é o tema mais importante para todos nós. A construção de capacidades e a construção de confiança no setor social. As pessoas querem fazer o investimento porque acreditam que vão atingir os resultados que desejam.

Paula Fabiani: Um dos problemas para o fomento do investimento social privado é a míope visão do poder público nessa questão, que não viabiliza benefícios fiscais atrativos para as doações. Nesse contexto, pode-se afirmar a existência de uma cultura no Brasil de não doar, que permite ao governo uma posição confortável? A cultura de resistência à doação é ficção ou realidade?

Eduardo Giannetti: Eu gostei do uso do termo "miopia" na referência ao governo. Mencionei na minha fala que o governo está sujeito a uma pressão disciplinadora, que é a eleição. A eleição impõe um horizonte de tempo para a materialização de resultados que encurta – e aí a palavra "miopia" – o horizonte das ações. Uma das coisas às quais o terceiro setor, o filantropo e o investidor social não estão sujeitos é exatamente a esse encurtamento de horizonte que a pressão disciplinadora da eleição, lamentavelmente, muitas vezes impõe ao governante. O problema é que, se a organização do terceiro setor depende de recursos públicos, ela é pega, também, por outro tipo de miopia, que é a predominância de partidarismo em relação às decisões de alocação de recursos. A outra miopia, essa grave, é a ideia do uso político dos programas sociais. E, sem dúvida existe, é um fato da vida, é uma realidade: você criar um mercado de eleitores cativo, pelo fato de que eles dependem de transferências de recursos que se materializam por meio dos políticos e dos governantes. Numa estimativa feita pelo Raul Velloso, que é um grande especialista em políticas públicas, se considerarmos funcionários públicos, beneficiários da previdência pública e beneficiários de programas sociais do governo, o Estado brasileiro emite cerca de 40 milhões de contracheques todos os meses. Cada contracheque vai para um domicílio no qual residem, conservadoramente, três pessoas. Nós estamos falando de 120 milhões de brasileiros que dependem total ou parcialmente, no seu rendimento, de uma transferência que é intermediada pelo Estado brasileiro. Nós estamos falando de 60% da população brasileira. O poder político que isso confere ao governante é extraordinário. E é usado. Se vocês quiserem completar o quadro: para os que estão no chamado andar de cima, que é a elite empresarial do país, há um outro tipo de bolsa, chamada BNDES. Você junta o Bolsa Família com a "bolsa-BNDES" e realmente faz um sistema que é muito difícil de deslocar. E essa é a miopia da preferência ideológica por recursos comandados pelo Estado, e não pelo setor privado.

Paula Fabiani: Com relação ao ambiente de doação, nas questões ligadas à legislação, como atua em fomentar a doação?

Jane Wales: Nós temos muita sorte nos Estados Unidos em relação a isso. Tocqueville, um filósofo francês, duzentos anos atrás, observou que a sociedade civil era muito robusta nos Estados Unidos, fazia parte do núcleo do nosso sistema. Tivemos

muita sorte em relação a isso. Há legitimidade em doar, há legitimidade em receber, há legitimidade dos atores privados em contribuir para o bem público. É um ponto-chave nos Estados Unidos. Claro, as leis sobre doação refletem o papel central da filantropia e da sociedade civil. Dito isso, eu voltaria à questão do contrato social estar em inflexão – de modo muito controverso, nós vimos isso na recente eleição presidencial do Presidente Obama. Ao nos aprofundarmos nessa questão do novo arranjo que teremos, será realmente importante ver qual é o papel apropriado para o governo, para o setor privado, para o setor social. E quais serão os atributos-chave que levarão aos melhores resultados? Quando eu penso em governo, penso que os atributos de um governo democrático são transparência e accountability. Qualquer arranjo que queiramos ter para resolver problemas devem ter esses atributos. Quando penso no setor privado, penso em eficiência e escala. Qualquer novo arranjo terá de aproveitar esse atributo. Quando penso em organizações da sociedade civil, penso em agilidade, capacidade de responder rapidamente. Queremos esse atributo em qualquer solução. No financiamento da filantropia, o atributo-chave é apetite por risco (algo a que o professor Giannetti se referiu em sua fala inicial). A capacidade de assumir riscos, aguentar críticas e fazer investimentos de longo prazo em bens públicos e permanecer nesse investimento. Esse é um privilégio que existe nesta área, e, infelizmente, outros setores não têm esse privilégio. Então, quando penso no papel de cada setor e no momento de inflexão, qualquer que seja o novo arranjo, desejo que não percamos esses atributos.

Paula Fabiani: Estamos chegando ao final desta plenária. Eu gostaria de solicitar a ambos que fizessem breves considerações para encerrarmos a sessão.

Eduardo Giannetti: Fico muito feliz de ver esse fórum acontecendo. É o primeiro. Tenho certeza de que será o pontapé inicial de uma série de eventos que vão permitir a troca de informações, a troca de experiências e a mobilização de um recurso – eu tenho certeza, um recurso latente formidável da sociedade brasileira, que ainda não foi plenamente mobilizado para tantas e tantas coisas que nosso país demanda, e que nem o mercado nem o Estado conseguem satisfazer adequadamente. Acho que saúde, educação, meio ambiente são realmente questões fundamentais ainda a serem devidamente consideradas e contempladas na sociedade brasileira. O Brasil,

que agora recuperou, depois de muito tempo, uma capacidade de pensar no seu futuro de uma maneira generosa e com autoconfiança – coisa que, eu confesso a vocês, não esperava ver em minha vida, e que aconteceu – o Brasil deu uma virada muito importante de recuperar um horizonte de futuro com o qual ele pode sonhar. Vocês que estão aqui nesta sala podem contribuir enormemente para transformar essa oportunidade que conquistamos, e que também o mundo nos oferece, numa realidade de um país próspero, em bases duradouras. Um país menos desigual nas oportunidades que oferece a seus cidadãos e um país que possa dizer alguma coisa original ao mundo. Eu acho que nós podemos fazer isso. Obrigado.

Jane Wales: Carol Civita falou uma coisa interessante ontem à noite: o momento é agora. E eu acho que ela está absolutamente correta. A filantropia brasileira tem uma oportunidade extraordinária não apenas de dar forma às escolhas feitas em sua própria sociedade, mas de dar forma às escolhas feitas para o mundo todo. Este é o momento, e eu agradeço por vocês se reunirem. A única coisa que eu acrescentaria é que vocês foram muito pacientes e muito adoráveis ao ouvir nossa conversa. Vocês submeteram excelentes questões que, definitivamente, elevaram o nível. Em cada coffee break, em cada momento livre, olhem à sua esquerda, olhem à sua direita, e reconhecerão que o verdadeiro especialista está do seu lado, e que vocês também são especialistas. Estamos todos aqui para aprender uns com os outros. Estou muito esperançosa para fazer tudo isso aqui, no dia de hoje. Obrigada.

PLENÁRIA

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Participantes:

Jorge Alfredo Streit, presidente da Fundação Banco do Brasil

Luiz Villares, superintendente administrativo-financeiro da Fundação Amazonas Sustentável (FAS)

Sean McKaughan, diretor executivo da Fundação Avina

Moderadora:

Daniela Carrera-Marquis, representante no Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Daniela Carrera-Marquis: Estou muito feliz de estar aqui, para apresentar o que o BID faz no Brasil e na região, e também, o mais importante, por estar ao lado de distintos palestrantes, que são todos especialistas no assunto. Vou abrir a plenária apresentando por alguns minutos a visão do BID sobre o papel da inovação no de-

envolvimento sustentável, e então vamos passar a palavra para cada um dos palestrantes, para que eles possam compartilhar seus pontos de vista, suas experiências e suas visões sobre o tema, além de explicar o que fazem no Brasil. Por fim, vamos abrir para perguntas.

Pensando em como abordar esse tema, há alguns dias, eu pensei que um ponto de partida muito importante seria explicar como nós vemos a questão da inovação no desenvolvimento sustentável na América Latina e por que a consideramos tão importante. Esse tema se refere ao crescimento econômico, mas é preciso tratar do crescimento inclusivo. Ainda hoje, na América Latina, há muitas populações que estão fora da economia formal e dos acordos formais de suas sociedades. Ao mesmo tempo, o crescimento econômico precisa ser pensado de uma forma que não esgote nossos capitais naturais, e que permita usar os fluxos desse capital natural para produzir soluções que criem valor social. E, quando falamos em valor social, não queremos dizer somente valor econômico, mas também valor que permita à sociedade ter um desenvolvimento sustentável ao longo do tempo. O Banco Interamericano de Desenvolvimento é uma organização que persegue esse objetivo, trabalhando na maioria dos países da América Latina e do Caribe. Temos essa missão de trabalhar com setores políticos, sociedade civil, setores privados, ONGs, filantropos, todos que possam se juntar para produzir esse tipo de inovação, esse tipo de tecnologia sustentável de que precisamos para, em primeiro lugar, atingir a escala necessária para incluir a população que ainda não está incluída; e, em segundo lugar, buscar um desenvolvimento que respeite o capital natural.

Eu gostaria de mostrar alguns números para mostrar por que isso é tão importante. Hoje, nós vemos as economias emergentes ganhando importância em termos do PIB global. Não importa se o PIB é um número confiável no que diz respeito à sustentabilidade, mas o PIB realmente representa o crescimento. As economias emergentes representam algo em torno de 50% do crescimento global hoje em dia, depois da crise financeira. Na última década, fomos capazes de reduzir a pobreza na América Latina em 70% graças a diferentes políticas e atividades dos setores público e privado. Isso significa que muitas pessoas passaram a desempenhar um papel diferente na sociedade. Isso também significa que essas pessoas mudaram seu padrão de consumo. Elas não só passaram a demandar outros tipos de bens e serviços, mas também estão aprendendo a ser mais assertivas para saber quais são

seus direitos como novos cidadãos, como membros de sociedades das quais antes estavam marginalizadas.

Nós temos, na região, cerca de 40% da biodiversidade do mundo. E isso inclui seis dos países mais ricos em biodiversidade, com o Brasil no topo da lista. Isso significa que essa região é vital, não só para ela mesma, mas para o mundo inteiro. Por isso, é fundamental saber como usar a biodiversidade para criar valores sociais. E essa questão também é extremamente relevante para a região, porque esta é uma das áreas mais urbanizadas nos mercados em desenvolvimento. Espera-se que 90% da população latino-americana esteja vivendo em cidades em 2050. Não só nas megacidades, como São Paulo ou Cidade do México, mas também em cidades menores e emergentes. Isso significa que qualquer mecanismo que estejamos buscando como solução para o desenvolvimento sustentável precisa levar em conta que as cidades emergentes na América Latina são motores de crescimento que podem ser bem usados para o desenvolvimento sustentável ou tomar o triste caminho de algumas cidades que não seguiram nenhum plano urbano ou de sustentabilidade como parte da política pública que guia esse crescimento.

Eu gostaria de comentar dois dados, que eu acho muito interessantes e que estão relacionados com o que ouvimos na primeira plenária. Ontem, o Boston Consulting Group divulgou os resultados de uma pesquisa em que o Brasil aparece no topo de uma lista do que eles chamam de Índice de Desenvolvimento Econômico Sustentável. Segundo o levantamento, o crescimento médio de 5,1% do PIB brasileiro nos últimos cinco anos se traduziu em ganhos sociais equivalentes a uma expansão econômica média de 13% ao ano no mesmo período. O índice leva em consideração 51 indicadores, que mostram que a principal razão de o Brasil aparecer em primeiro lugar entre os 150 países que fizeram parte do estudo foi a adoção de políticas públicas, como Bolsa Família e Brasil Carinhoso, que tiraram grande parte da população da pobreza e trouxeram essas pessoas para a chamada nova classe média no Brasil. A pesquisa reconhece que a distribuição de renda é o fator isolado mais importante para a colocação do Brasil no ranking.

Outro aspecto muito importante para a sustentabilidade do desenvolvimento ao longo do tempo é o impacto das mudanças climáticas, e o Brasil é um país chave nessa discussão. O Brasil recebeu a Rio+20, e nós sabemos da importância de trazer a biodiversidade para o crescimento econômico. Dessa forma, a inclusão

social passa a fazer parte da fórmula. Esse contexto é o que deve guiar nossa inovação em sustentabilidade, porque as soluções que nós ouvimos na primeira plenária não virão somente do setor privado e dos mercados, nem só do setor público. Elas virão de diferentes setores trabalhando juntos, sendo capazes de realmente agregar recursos, estimular a inovação e encontrar as soluções que são úteis para essa ou outra região parecida.

Eu vou mencionar três breves exemplos. Em primeiro lugar, o banco tem uma iniciativa muito importante para cidades emergentes, cidades sustentáveis. Goiânia é a primeira do gênero no Brasil. Temos 15 cidades no mundo inteiro em que o setor privado, a sociedade civil e o governo trabalham juntos para planejar o crescimento de cidades menores que estão crescendo rápido. Em segundo lugar, há três ou quatro anos, o banco incluiu, entre seus mandatos, a tarefa de trabalhar com investimento social e filantropia. Nós criamos, com a Fundação Avina, o índice de doadores da América Latina para, basicamente, acompanhar quem está investindo onde e em que tipo de projetos. Temos um projeto muito importante no Brasil de trabalhar com as pessoas que coletam o lixo, reciclam-no e criam um valor nisso. O projeto, que tem funcionado muito bem para transformar a vida das pessoas que trabalham em cooperativas pelo país, é realizado em parceria com a Fundação Avina, a Coca-Cola, o setor público e organizações internacionais. Por último, mas não menos importante, e provavelmente menos claro para algumas pessoas, nós trabalhamos muito, muito próximos de intermediários financeiros na região, para fazê-los entender que a única maneira de eles realmente sustentarem seu papel na sociedade e garantirem que são parte do contrato social, de uma forma legítima, é trabalharem em seus programas, combinando políticas muito fortes para mitigar os riscos sociais e ambientais de seus projetos com a oferta de serviços financeiros e programas para aqueles que estão fora da economia formal, para, dessa forma, promover a inclusão dessas pessoas, não só como produtores e consumidores, mas também como cidadãos, com seus próprios direitos e com voz ativa perante o governo.

Essa é uma breve descrição da nossa visão de como a sustentabilidade e a inovação funcionam. Nós trabalhamos com esses diferentes setores e queremos muito ouvir as diferentes experiências dos palestrantes, sua visão sobre a inovação e a sustentabilidade, e como nós podemos aprender com essas experiências.

Luiz Villares: Eu participo de uma experiência fascinante na Amazônia brasileira. Estamos fazendo uma gestão sobre geração de capital social; estamos falando em incluir as populações locais em processos; estamos falando de combinar a biodiversidade com valoração do capital social e com a inclusão social. A nossa Fundação, a Amazonas Sustentável, existe para isso. Estamos falando da Amazônia brasileira, principalmente do Estado do Amazonas. A Amazônia ocupa basicamente metade do Brasil. Pelo aprendizado com todo esse trabalho com a Amazônia, nós podemos dizer que é fundamental ter uma inclusão social para ter a permanência da floresta em pé. Quando falamos de desmatamento, existem os fatores típicos de desmatamentos, que são aberturas de estradas iniciadas pelos governos militares para ocupar a Amazônia. Aí, tivemos toda a migração de novas pessoas ocupando áreas. Tudo isso é basicamente o passado, e ainda temos uma pressão muito grande no presente para evitar o desmatamento. O nosso trabalho é mais orientado para a permanência da floresta em pé. Nós não estamos falando em recuperar aquilo que foi degradado, estamos falando em melhorar a qualidade de vida das populações ribeirinhas que estão morando na chamada Amazônia profunda. Quando falamos de Amazônia profunda, são os rios das calhas que servem o Amazonas e o Solimões, lá no alto da Amazônia. Estamos falando de uma população pobre que imigrou para a Amazônia ainda advinda dos tempos da exploração da borracha. Tivemos a primeira experiência que conhecemos na Amazônia do boom e do colapso. São típicas da Amazônia experiências de boom e colapso. Depois, veio a questão do desmatamento, quando você tem uma frente de madeiras que desmatam e destroem toda a comunidade local. Os insucessos que temos na Amazônia nos últimos 20, 30 anos são insucessos desses ciclos econômicos de boom e colapso.

Quando nós partimos para a valoração da floresta em pé, nós estamos falando em trazer, para a economia, os produtos da floresta, como a castanha, o açaí, a pesca do pirarucu manejado, o mel de abelha sem ferrão, o artesanato de qualidade, com inclusão social. E trazer isso para a cadeia produtiva na entrega de um produto final com comercialização nas grandes cidades. Então, quando você vão ao supermercado Pão de Açúcar comprar um pirarucu, esse pirarucu é um peixe que veio lá da Amazônia, das comunidades da região de Tefé, no Instituto Mamirauá, onde temos trabalhos apoiando a geração de renda desse pescado. É um exemplo de 540 comunidades com as quais trabalhamos. Então, como é que

organizamos esse trabalho? São populações que residem em áreas de conservação, que são áreas protegidas. São populações pobres, que são resultado daquela formação social que eu expliquei anteriormente. Para dar assistência a essas pessoas, nós criamos um programa chamado Bolsa Floresta. O Bolsa Floresta atende às necessidades de melhoria de qualidade de vida dessas populações, na área social, na área de geração de renda, também na área de associativismo e, finalmente, ele é uma recompensa pelo pagamento por serviços ambientais.

A Amazônia é uma coisa fascinante. A chuva que temos aqui no Sudeste, que alimenta o agronegócio, é basicamente gerada a partir das diferentes condições climáticas que temos na Amazônia, recebendo correntes do oceano, transpirando a floresta com essas correntes e trazendo essa água toda aqui para o sul. Isso é provado, são os famosos "rios voadores". Então, isso é um grande serviço ambiental que só existe com a floresta em pé. As populações locais que moram na floresta e não a destroem, estão prestando um serviço ambiental. Por isso, nós damos uma recompensa para elas, que é a partir do pagamento simbólico de R\$50, por meio de um cartão de débito. Isso representa o reconhecimento deles pelo serviço ambiental. A partir desse pagamento, fazemos a inclusão deles em vários processos comunitários de programas sociais, educação, saúde, e também na parte de geração de renda, de inclui-los nas cadeias produtivas desses produtos que têm potencial de comercialização aqui em São Paulo, em todas as cidades grandes e também no exterior.

Então, o nosso programa trabalha com mais de 30 mil pessoas, 540 comunidades, são 8 mil famílias incluídas nisso. Temos foco e continuidade no sentido de que não é um projeto piloto, que começou e vai acabar, é um projeto contínuo. Aliás, muitos dos insucessos do passado na Amazônia se devem, na minha análise, a projetos que têm começo, meio e fim. Depois que eles acabam, não tem mais o que fazer. Há também toda a questão de transparência, de auditorias. Nossos resultados são auditados pela PWC, nós temos essas métricas de que o professor Gianetti também estava falando. Estamos agora estabelecendo todos os indicadores de melhoria de qualidade de vida, de renda, de inclusão social, de educação. Isso na atividade-fim, que é aquilo que prestamos serviço, mas na atividade-meio, que é a nossa gestão também. Assim como uma empresa baixa custos, uma empresa controla seu número de pessoas, sua eficiência, nós também fazemos isso, sendo que temos indicadores e, inclusive, benchmarks. Eu, como sou do financeiro

da Fundação, sempre estou olhando os balanços de outras entidades parecidas para ver como é que nós estamos nos comparando, em relação aos nossos custos de pessoal, nossos custos administrativos. Tudo isso faz parte da gestão da nossa Fundação, e o melhor resultado possível é transformar a qualidade de vida dessas populações, tirando-os da pobreza e colocando-os em uma condição de cidadãos. Isso inclui também a questão de "bancarização", de trazê-los para dentro desse projeto de participar da economia local. Todas essas questões de biodiversidade, valoração do capital social são importantíssimas.

Finalmente, nós temos uma grande atividade articuladora também, porque, na Amazônia, estão presentes centenas de organizações. Em todos os lugares em que nós trabalhamos, existe alguma entidade local, alguma ONG, um sindicato, uma pre-lazia, sempre tem gente trabalhando com isso. E lideranças. É importantíssima essa articulação. Ninguém consegue fazer nada sozinho, e ninguém será bem-vindo em nenhum lugar se fizer sozinho. É importantíssima essa articulação, por isso estar presente, seguir presente, é fundamental.

Jorge Alfredo Streit: Para falar de inovação e desenvolvimento sustentável temos que falar de uma coisa que tem sido muito forte na Fundação nestes anos todos – muito mais especialmente depois de 2001 –, que é o trabalho com as tecnologias sociais. A Fundação tem se consolidado no Brasil como uma instituição que dissemina e reaplica as chamadas tecnologias sociais, que são artefatos e metodologias que institutos de pesquisas e universidades desenvolvem na interação com as comunidades. Nesse trabalho de ação junto às comunidades, de muitos e muitos pesquisadores brasileiros, são desenvolvidas soluções, e a Fundação recolhe todas essas ideias que vão surgindo e, de dois em dois anos, faz um processo de reconhecimento e premiação. Nós temos nosso Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologias Sociais, que já vai para a 7ª edição em 2013, e fomos formando, ao longo desses anos, um grande banco de dados dessas tecnologias sociais. São mais de 500 hoje, todas revisitadas, atualizadas, etc. São ideias que ficam disponíveis, com as informações todas, para quem quiser reaplicá-las em sua comunidade.

Embora muito importante a identificação dessas tecnologias sociais, fomos além, ao propor a criação de uma determinada quantidade de protótipos por Estados, por regiões, para que as populações pudessem ter essas tecnologias acontecendo perto

dos locais onde elas estão, onde elas vivem. Então, esse foi um trabalho longo também desses últimos anos que, na verdade, é um trabalho que a Fundação pode dizer que lidera, mas que tem vários parceiros envolvidos. O SEBRAE é um parceiro muito forte; o BNDES, agora com o fundo social e também com o fundo Amazônia, é outro parceiro que tem sido muito forte. Além do recurso que a Fundação tem da parte do seu instituidor, que é o Banco do Brasil, nós também estamos operando recursos do BNDES nesses últimos cinco anos, particularmente. Estamos conseguindo fazer uma escala nessa reaplicação. Claro que não é a escala de que a realidade brasileira necessita, mas é, pelo menos, para criar modelos em todas as regiões do Brasil, para fazermos com que prefeitos e governadores se apropriem dessas ideias e coloquem-nas para dentro das políticas públicas.

Quería só enfatizar que hoje nós estamos trabalhando essas tecnologias sociais com um viés muito forte no que chamamos de inclusão socioprodutiva. Isso porque a nossa Fundação está muito associada ao esforço do governo de redução da miséria e da eliminação da pobreza extrema no Brasil. É um grande esforço com o qual todas as instituições que têm algum tipo de vínculo com o Governo Federal estão muito envolvidas. E isso implica em abrir novas portas para as pessoas que estão nos programas de transferência de renda. Pessoas beneficiadas por programas de renda são procuradas pelas instituições que trabalham conosco nos estados para que, gradativamente, apropriem-se dessas tecnologias sociais e se liberem dos processos de vinculação com programas como o Bolsa Família, principalmente, que é o carro-chefe do governo. Por exemplo, nós, agora, estamos associados a um grande esforço para levar água para beber às populações do Nordeste brasileiro. Nos últimos anos, foram feitas 500 mil cisternas de placa para resolver o problema da água para beber nas comunidades do semiárido. Agora, há um esforço para fazer mais um milhão até 2014, e nós assumimos a responsabilidade de fazer 60 mil dessas cisternas de placa, e estamos trabalhando: credenciamos 40 entidades da região toda.

Além do exemplo das cisternas, podemos também falar de solução agroecológica, que nós chamamos de Pais – Programa Agroecológico Integrado Sustentável. Nós já fizemos isso com aproximadamente 15 mil famílias no Brasil, convertendo populações e famílias que trabalham com agricultura convencional para agricultura ecológica. São ideias que nós temos procurado levar a campo. Para isso, criamos

uma rede de instituições reaplicadoras que atuam conosco no Brasil e temos agora vários desafios. Um deles é fazer com que as escolas, principalmente as escolas técnicas, os institutos federais, comecem a colocar nos seus currículos a ideia de que é possível desenvolver tecnologias em interação com as comunidades que sejam apropriadas por elas e que consigam resolver problemas de saneamento, de saúde, de educação. Estamos fazendo agora um concurso para premiar professores de escolas comunitárias, de escolas da rede pública do Brasil inteiro, que apresentem os melhores planos de aula para colocar o tema da tecnologia social no seu currículo, nas suas aulas. Nós estamos agora com 4.500 professores inscritos e vamos ter vencedores por região. É uma forma que encontramos de fazer com que os professores nos ajudem a multiplicar a ideia da tecnologia social para esses novos técnicos, essa nova geração de pessoas que estão saindo dos bancos escolares para atuar junto a comunidades pobres do Brasil todo.

Além disso, a Fundação tem desenvolvido um trabalho grande no sentido de fazer com que as políticas públicas incorporem mais as tecnologias sociais. Estamos em diálogo agora com a Secretaria de Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia, e com vários municípios e governos de estados para que, nas políticas dos estados, comecem a entrar recursos para tecnologia social. Por exemplo, que a produção que sai de todas as hortas agroecológicas do Brasil entre na política de compras públicas do Governo Federal para colocar nas creches, nos asilos, nas instituições que cuidam de pessoas pobres no Brasil todo. Estamos com esse grande esforço: fazer com que as compras públicas sejam prioritariamente dessas hortas, dessas associações e cooperativas que trabalham com tais tecnologias.

Então são várias coisas. Com os recicladores, como a colega do BID colocou, nós temos um grande trabalho no Brasil também. Ontem mesmo, aconteceu a Expo Catadores aqui em São Paulo, uma grande exposição de fabricantes e fornecedores de equipamentos para reciclagem, junto com o Movimento Nacional de Catadores, mostrando a tecnologia que estas cooperativas podem utilizar para aprimorar os processos produtivos e ter uma vida mais digna, apesar de trabalhar com resíduos que vêm das famílias e das pessoas. Dar mais dignidade a esse trabalho e fazer uma agregação de valor maior para as pessoas envolvidas com reciclagem no Brasil, com uma grande rede de parceiros, inclusive com Avina, BID, em alguns esforços, em algumas regiões do Brasil.

Sean McKaughan: A Fundação Avina é uma Fundação latino-americana, com sede no Panamá, e trabalhamos em 15 países da América Latina.

A nossa missão é somente desenvolvimento sustentável da América Latina. Obviamente, com uma missão como essa, é preciso ter muita humildade, em termos do que você pode realmente contribuir, com uma organização de cem pessoas em um continente como a América Latina, e com um orçamento limitado, habilidades limitadas. Eu acho que o que nos ajudou muito a contribuir, sim, no tema do desenvolvimento sustentável nesses 15 países e na região, foi focar desde o começo no tema da aprendizagem contínua. A Avina vive em uma evolução, em uma reflexão sobre qual o papel da filantropia, sobre qual o papel da Fundação Avina nesse processo de desenvolvimento na região. Como usar a inovação, como está evoluindo o próprio conceito de desenvolvimento sustentável, o moving target, como dizemos em inglês? São as organizações que sabem aprender e adaptar-se, integrando essa aprendizagem à sua estratégia, que vão continuar dando a sua contribuição nesse contexto global.

Deveria dizer também que o fundador da Avina, um suíço chamado Stephan Schmidheiny, foi um dos principais organizadores da mesa do setor privado na Rio 92. Acabamos de completar 20 anos desde esse momento, em que o desenvolvimento sustentável apareceu como uma nova ideia. A promessa para o futuro. Frente a esse contexto, eu tenho que dizer que, como um estrangeiro que mora no Brasil há 12 anos já, e acompanha o Brasil desde bem antes disso, é impressionante a evolução, não só da filantropia, mas do país, nesse tempo.

Eu me lembro de que a primeira vez que eu vim ao Brasil foi em 1994, trabalhando no projeto Áridas, um projeto que, pela primeira vez, usava o tema desenvolvimento sustentável no planejamento no nordeste do país. E, naquela época, dois anos depois da Rio 92, ninguém sabia o que era sustentabilidade, desenvolvimento sustentável. Todas as conversas eram longas, para explicar o conceito. Você agora vai para Belém, para Manaus, para o Amapá e eu, que viajo muito pela América Latina, para Cochabamba, para Cusco, e todo mundo, pelo menos, sabe o que é isso, entende o conceito. Tem diferenças de opinião sobre como implementar e o papel de cada um, mas é um conceito que já está instalado. Voltei com a Avina ao Brasil em 1998, já representando a Fundação aqui, e a Avina estava apoiando o início do movimento de responsabilidade social empresarial em toda a América Latina. Eu acompanhei esse

movimento no Brasil desde o começo e, de novo, eu me lembro de viajar a Goiânia, a Cuiabá, a Belém, falando sobre a responsabilidade social das empresas e, de novo, os empresários perguntavam: "O que é isso? Nunca ouvi falar disso, responsabilidade social é pagar imposto, pagar salário, eu já fiz a minha parte". E, agora, você vai para essas mesmas cidades, e encontra empresários liderando revoluções no setor, há grupos de empresários em todo o país, em toda a América Latina, que estão falando da responsabilidade social das empresas, da importância das empresas pensarem em longo prazo, em contribuir com a comunidade para o bem estar dos filhos, dos netos. Então, eu acho que, se bem que se pode dizer que em alguns setores não houve muitos avanços no desenvolvimento sustentável, eu acho que o Brasil é prova de que, em pouco tempo, a evolução pode ser dramática. A Avina acompanhou isso, e para mim, tem sido toda uma viagem de aprendizado.

Falando especificamente de inovação e desenvolvimento sustentável, queria então falar sobre diferentes tipos de inovação. Quando falamos em inovação, pensamos muito em inovação tecnológica, e isso é importante. Falando da Amazônia, por exemplo, tivemos a redução do desmatamento nos últimos anos, que, para mim, é uma história de sucesso que deve ser contada. O Brasil conseguiu reduzir, em poucos anos, dramaticamente a taxa de desmatamento. E parte importante disso foi programa de governo. Obviamente, programa de governo, formado pela pressão de muitas organizações do setor privado, da sociedade civil, das fundações. Mas você pode dizer que essa redução não seria possível sem a tecnologia de monitoramento por satélite, que foi toda uma inovação tecnológica que permitiu ao governo acompanhar o desmatamento e vincular esses resultados a quem era responsável. Mas também existe a inovação social no sentido de, para responsabilizar quem desmata, é preciso haver uma arquitetura social de trabalhar com o governo, de trabalhar com a ONG local, de trabalhar com os produtores locais para dar opções para eles optarem por não desmatar. Por um lado, a tecnologia e a inovação nesse nível são importantes, mas eu acho que o papel da filantropia também é, e talvez seja mais importante na inovação das arquiteturas sociais necessárias para realmente dar uma resposta a esses problemas, de articular esses atores, de ajudar o ator local no município perdido do Amazonas, de encontrar alternativas ao desmatamento. Como a filantropia pode estar com ele, com o governo local, com o governo social, articulando soluções em um trabalho mais de formiga, mas também é inovação e também é parte do papel da filantropia.

Daniela Carrera-Marquis: Suas instituições estão provendo dinheiro ou recursos para as comunidades?

Luiz Villares: Nós temos um programa muito dirigido à capacidade de geração de renda dessas populações, estamos falando de pessoas em níveis de pobreza, os mais baixos que temos nesse país. Precisamos delas para manter a floresta em pé, e elas são cidadãs. No processo de distribuição de renda, nós temos, por exemplo, a economia local na floresta, que é muito interessante. Muitas vezes, é mais interessante você fazer trocas, então o produtor traz aquele produto, seja a borracha, seja o pescado, e, em vez de vender isso, ele pode trocar por produtos de um supermercado local. Em vez de comprar produtos daquele barco que vai passar no rio, e vai vender muito mais caro o produto, o chamado regatão. O que nós estamos fazendo são cantinas, as cantinas são supermercados locais da associação dos moradores, e nós estamos providenciando o aporte inicial, o capital de giro inicial, para eles fazerem a compra dos produtos que vão servir como base de troca para aquela produção. Isso é um trabalho ocorrendo em diversas associações, em diversas comunidades. É um fomento financeiro, e tem prestação de contas disso. Acompanhamos a forma como eles estão comprando, como eles estão usando o recurso. Até porque a fonte desse recurso, o doador, exige que seja assim.

A outra forma como trabalhamos com a inclusão financeira é na bancarização. Nós temos uma parceria com o Banco Bradesco, e estamos levando, por exemplo, o Banco Bradesco Expresso para essas comunidades. Porque quando você precisa transacionar dinheiro, você está em uma comunidade às vezes a centenas de quilômetros de uma localidade urbana onde, por sua vez, o meio bancário local é muito deficiente. São cidades pequenas, então é muito mais fácil você ter um pequeno banco expresso em uma localidade, funcionando dentro de um entreposto comercial, operado por uma pessoa que tem um contrato com o banco. Isso está funcionando maravilhosamente bem. Um dos requisitos para que exista isso é a conectividade. Temos parcerias com o Estado também, no âmbito de ter antenas de telecomunicação e sinal de internet.

Eu dei dois exemplos, existe toda uma parte de educação financeira, nós queremos bancarizar essas pessoas. Temos clareza de que a cidadania passa pela bancarização, e isso é um projeto nosso em curso.

Jorge Alfredo Streit: Nós também não temos, na nossa atuação, a transferência de recursos para o indivíduo, para a pessoa. Só em algumas situações muito específicas como, por exemplo, com catadores de materiais recicláveis. Se você quiser que ele fique três dias dentro de um curso de cidadania ou de logística para o trabalho com os recicláveis naquela cidade, você precisa dar alguma coisa que substitua o ganho diário na reciclagem. Porque senão ele não vai sair de onde está para ir a um curso que não tem o que dar para comer para a família dele. Então, em algumas situações, tem uma pequena remuneração ou a cada três dias de curso ele tem direito a uma cesta de alimentação, alguma coisa desse tipo.

O recurso, essa transferência monetária para as pessoas, é muito raro. Nós temos uma situação de pagamento por serviço ambiental também em que, na verdade, o recurso não sai do nosso cofre, no entorno de Brasília. É um trabalho com produtores rurais que estão fazendo a conservação de nascentes ali, em alguns afluentes do rio São Bartolomeu e no entorno do abastecimento de água de Brasília. Mas não é um recurso nosso, é um recurso de parceiros que administramos. No geral, nós aportamos tecnologia para cooperativas, associações, grupos, e eles, a partir desse conhecimento, dessa tecnologia, dessa apropriação e dessa utilização, conseguem ter ganhos. Com produtores de mandioca, específica em Vitória da Conquista, nós temos três mil famílias agregadas em uma grande cooperativa que atinge 18 municípios, que estão produzindo fécula de farinha de mandioca, que é um insumo industrial. Em nenhum lugar do Nordeste brasileiro se produzia fécula, que é um produto da agricultura familiar.

Sean McKaughan: A Avina não faz transferência diretamente a pessoas físicas. Ao longo de 18 anos, estamos chegando perto de meio bilhão de doações a organizações da sociedade civil, principalmente. Metade do orçamento da Avina atualmente é para doação. A outra metade é para as nossas ações de convocar, etc. Entendemos que isso é muito importante para assegurar que quem sabe encontrar melhores soluções no local é quem está administrando os recursos. A Avina articula processos, mas, no final, entendemos que essas organizações locais são os experts para implantá-los, e a Avina sempre apoia essas organizações por isso.

SESSÕES PARALELAS

DESENVOLVIMENTO E ESPORTE: O LEGADO DA COPA EM 2014 E DAS OLIMPIADAS EM 2016

Palestrantes:

Eduardo Musa, presidente da Caloi

Matias Bendersky, especialista-líder da área de Operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Mauro Bergstein, membro do conselho executivo do LiveWright

Moderador:

Fernando Rossetti, diretor-executivo do GIFE

Fernando Rossetti: Essa sessão é particularmente importante para o Brasil e para o investimento social. Tivemos, este ano, no Brasil, a Rio+20, focada em desenvolvimento sustentável. Teremos, em 2014, a Copa, e em 2016, os Jogos Olímpicos.

picos. E nós acabamos de lançar, na quarta-feira, dois dias atrás, uma pesquisa sobre o que os associados ao GIFE fazem no campo do investimento social, quais as áreas em que eles atuam, onde colocam os recursos. O que a pesquisa mostra muito claramente é que, quando você tem uma efeméride, um evento, uma ocorrência, como a Rio+20, a Copa ou as Olimpíadas – ou mesmo uma grande política pública, como um fundo de desenvolvimento da educação básica – o investimento social tende a se alinhar a esses grandes movimentos da sociedade. A nossa pesquisa mostrou que houve um crescimento enorme de investimento nos últimos três ou quatro anos em meio ambiente, por exemplo, no contexto da Rio+20. E que mais ou menos 41 das 144 organizações associadas ao GIFE pretendem não continuar desenvolvendo os projetos em meio ambiente que estavam desenvolvendo nos últimos anos, porque passou a Rio+20.

Nós podemos, então, prever, a partir do histórico de dados, que vai ocorrer um aporte muito significativo de recursos e um número de organizações muito significativo envolvidos em questões de esporte nesses quatro ou cinco anos. Por isso, reforço a importância desta mesa, que coloca em pauta um movimento que começará neste momento, inclusive com uma lei de incentivo fiscal razoavelmente jovem no país, de incentivo ao esporte.

Outro dia, eu fui ao Ministério do Esporte para discutir um pouco essa lei de incentivo ao esporte – como é que isso está sendo montado, para os investidores sociais, para qualificar o investimento social. Um dos técnicos falou: "As empresas, as pessoas, só estão pensando em visibilidade, elas não estão pensando em legado, não estão pensando na contribuição propriamente dita. Como que a gente faz?". E, no fundo, há vários fatores que influenciam como é que o investimento social, o dinheiro privado para essa causa pública, vai ser usado. Uma das coisas que mais influenciam historicamente, pelo que temos percebido, é a própria política pública. Se o governo tem uma proposta de fato e instrumentos para fazer com que o dinheiro seja alocado com mais qualidade a partir do incentivo fiscal que é dado, você consegue fazer com que esse incentivo deixe um legado. Quando falta uma política, ou tem uma política pouco estruturada, evidentemente você acaba tendo um pouco aquela imagem do desenvolvimento, que é jogar dinheiro de helicóptero. Os dinheiros não se alinham, não têm impacto. O GIFE, por exemplo, a organização que eu dirijo, tem 144 associados. São R\$ 2 bilhões – e R\$ 2 bilhões é dinheiro em qualquer lugar do

mundo. Agora, R\$ 2 bilhões pode ser um monte de projetinhos que não dialogam um com o outro, ou pode ter um alinhamento ente si e com políticas públicas que acaba gerando uma transformação muito importante. Esse, eu diria, é o contexto, o desafio no momento, para pensarmos o investimento social estratégico.

Em esporte, há duas grandessíssimas oportunidades, de enorme visibilidade para o país, oportunidades inclusive econômicas: a Copa e as Olimpíadas. Mas há ainda um contexto político em torno disso que está pouco claro, e todo mundo no Brasil sabe que o esporte não é vinculado às melhores práticas de governança, às melhores práticas de gestão no país. Muito pelo contrário: o esporte brasileiro tem desafios de governança muito sérios. E, aí, qual é o desafio do investimento social? Ele vai ajudar o Estado, vai cobrar do Estado, vai fazer seus próprios projetos, vai fazer fundos coletivos para que se tenha legado, para que se tenha uma transformação... Enfim, um mundo de possibilidades se abre para nós nesses próximos quatro ou cinco anos, que vai aportar recursos públicos, recursos internacionais, recursos privados, inclusive recursos de investimento social de filantropia para essa área de esporte – uma área que, como todos sabem, é um instrumento importantíssimo de inclusão social, de cidadania, de construção de cidadãos mais participativos, mais comunitários. Enfim, um potencial enorme que deverá ser aproveitado pelo Brasil.

Mauro Bergstein: LiveWright é um movimento privado sem fins lucrativos que almeja tornar o Brasil uma potência olímpica. Acho que, claramente, o nosso status dentro da economia mundial não se traduz para o nosso status de esporte, de esporte olímpico, no mundo, hoje. Vou contar rapidamente um pouco da história, de como começou, do que nós já fizemos. Lançamos oficialmente o movimento em maio do ano passado. Então, tem um ano e meio que o LiveWright existe, mas a semente para ele vem de alguns anos atrás, em 2008, quando um grupo de empresários se juntou para ajudar o COB no bid Olímpico da Rio 2016. A junção desse grupo de pessoas criou quase como um grupo de trabalho, sobre como que é que dava para melhorar a gestão do esporte no Brasil. Como é que dava para ter mais resultados, para tentar levar preceitos e valores da iniciativa privada para essa gestão esportiva? O movimento é em homenagem ao Roger Wright, que era um grande empresário e um amante dos esportes. Ele, infelizmente, faleceu em maio de 2009 em um desastre aéreo, ele e toda a sua família. Após esse desastre, um segundo grupo, do qual eu

faço parte, começou a se juntar para tentar levar adiante algumas das iniciativas que o Roger tocava. Um pouquinho depois, esse segundo grupo se conectou com o primeiro grupo de empresários e resolvemos criar o Instituto LiveWright para promover o esporte de alto rendimento no Brasil – pensando na base também, na inclusão social que está diretamente ligada ao esporte quase que o tempo inteiro. Passamos um ano e meio nessa discussão de como fazer de fato esse instituto, de como é que deveria ser a estrutura de governança corporativa. Tivemos uma ajuda incrível da McKinsey, Brunoro, da BSB, atletas amigos do Roger, atletas amigos desse grupo de empresários. Hoje temos um comitê executivo de 12 pessoas, um conselho estratégico que também nos ajuda a pensar para frente, um corpo executivo de fato, que toca o instituto junto com o conselho executivo, um conselho fiscal. E temos a Ernst & Young auditando nossas contas.

Neste um ano e meio de trabalho e pré-lançamento, nós definimos também as modalidades e como poderíamos fazer uma diferença – onde, com mais profissionalização, com recursos, com pessoas capazes ajudando, poderíamos tornar o Brasil, quem sabe, um competidor de fato, de cunho olímpico. Queremos levar o Brasil para um nível de 50 medalhas, só para ter um pouquinho de número na cabeça, sair desse intervalo de 13 a 17 em que nós estamos há anos. Queremos trazer os preceitos da iniciativa privada para o esporte, em desempenho, meritocracia, ética, transparência. Queremos trabalhar com as Confederações, com as Federações. Nesse um ano e meio de existência, desde maio do ano passado, estamos trabalhando com três projetos. Um de ginástica artística feminina, em Curitiba. Nós bancamos, trouxemos o Oleg Ostapenko, aquele ucraniano que foi responsável pela era de ouro da ginástica artística brasileira. Ele, com a equipe dele, está treinando 19 atletas, 19 meninas em Curitiba, com o apoio do governo do Paraná, com o apoio da Federação de Ginástica Artística do Paraná, e da Secretaria de Esporte também. Além das 19 atletas, no alto rendimento, no pico da pirâmide, nós já criamos oito escolas de talentos no Estado. Cada escola de talentos conta com 200 meninas. Então, não só estamos olhando aqui em cima, mas estamos tentando criar uma base também, para que o Oleg e a equipe consigam pensar em meninas para serem nossas campeãs olímpicas, nossas heroínas olímpicas aí para frente.

Outro projeto é o de ciclismo, no Rio de Janeiro, junto aqui com o Musa, a Caloi, nossa grande parceira nesse projeto. Estamos passando por algumas dificuldades,

dada a decisão de destruir o velódromo do Rio, onde nós estamos treinando há um pouco mais de ano. Então está todo mundo trabalhando em alternativas, já que vamos manter tudo que vem se fazendo, mas talvez de uma maneira um pouco diferente, olhando para frente.

Temos também, junto com o Guga e com o Larry Passos, lá em Camboriú, um projeto excepcional de desenvolvimento de jovens para o tênis. O Guga é parte do nosso conselho executivo (nós temos empresários, esportistas, todos amantes do esporte). Temos aprovado também outro projeto, de lutas olímpicas, mas para esse ainda não conseguimos captar tudo de que precisamos. O dinheiro vem de empresas e pessoas físicas. Temos visitado, mostrado o que nós queremos, o que já fizemos com as empresas através da lei de incentivo ao esporte – ganhamos, inclusive, há três meses, do próprio Ministério do Esporte, uma placa, um prêmio de Amigos do Esporte, pelo uso que já fizemos da lei nesse um ano e meio de existência.

É um desafio constante. Desafio, inclusive, de estar trazendo as empresas com pensamento de médio e longo prazo – porque é isso a que nos propomos, estamos olhando para 2016, é claro, mas estamos olhando de fato é para 2020, 2024. É criar algo aqui que comece a andar sozinho de uma maneira muito mais profissional, com gestão eficiente, com cobrança de resultados, com responsabilidade, com divisão de afazeres e objetivos muito claros. Para dar um exemplo: trouxemos o Oleg com um salário fixo e um salário variável, um bônus variável de acordo com medalhas que ele vier a trazer para a nossa equipe. Bronze vale x, prata vale 2x e ouro vale 3x. E um valor para Olimpíada, para Copa do Mundo e para campeonato mundial.

Tem sido uma experiência incrível, esse LiveWright, com um passo para frente, alguns passos para trás. Temos conversado inclusive com Brasília, tentando discutir melhorar a própria lei, questões da estrutura. Nós estamos com o Atletas da Cidadania, também, em uma discussão de fato, um brainstorming de como melhoramos essa estrutura conjuntamente, pensando e deixando essa estrutura boa e atuante, eficiente, no longo prazo.

Eduardo Musa: Obrigado. Acho que muito da filantropia vem de famílias, de indivíduos de grandes fortunas. O papel da empresa às vezes é um papel diferente, porque temos que ligar o nosso papel social, muitas vezes, com o retorno para o acionista, e entender qual é o nosso papel dentro do negócio em que nós estamos.

Nós temos o privilégio de estar ligados a um negócio que é sustentável. Fabricamos a bicicleta, uma solução de sustentabilidade também ligada ao esporte. Desde que compramos o controle da Caloi, há uns 13 anos, vimos pensando como é que deve ser o papel social da empresa. Optamos por alguns vetores de atuação. Destes, os principais são: esporte e mobilidade urbana. E optamos porque sempre tem uma demanda muito forte em cima da empresa para fazer uma série de coisas. A primeira coisa que precisamos definir e escolher era: o que faríamos, o que não faríamos. Muitas vezes, é mais importante escolher o que não fazer mais do que escolher o que fazer.

Eu vou dar o exemplo da mobilidade urbana para voltar para o esporte rapidamente. Na mobilidade urbana, sempre fomos muito cobrados para fazer ciclovias, ciclofaixas, infraestrutura cicloviária. Como o governo não atua nisso (não atuava, isso é uma onda recente que está acontecendo aqui no país, nas principais cidades), a Caloi sempre foi cobrada. É a maior empresa de bicicletas do Brasil, a mais antiga (a Caloi tem 115 anos, e uma das maiores empresas de bicicletas do mundo). Éramos muito cobrados para que fizéssemos ciclovias, montasse a infraestrutura cicloviária. E sempre colocamos que isso não era papel da empresa, isso é claramente um papel do governo. Da mesma forma que fazer velódromo não é papel da Caloi. Como eu digo que não é papel da Volkswagen ou da Ford fazer estrada e fazer rua. Isso é claramente uma função do governo e das organizações públicas. Então nós escolhemos claramente que o nosso papel seria atuar no fomento, na disponibilidade de informação, no treinamento de órgãos públicos e, evidentemente, fomentando algumas ações de grande retorno, de visibilidade, como a ciclofaixa de São Paulo que nós montamos.

No esporte, a Caloi sempre investiu muito. Não sei se todos já ouviram falar do Lance Armstrong, ele está um pouco famoso hoje. Ele começou correndo de Caloi. Aliás, os únicos títulos dele que não foram tomados são os títulos que ele ganhou com a Caloi. Não sei se vocês sabem: no primeiro título, na primeira etapa do Tour de France que o Lance Armstrong ganhou, ele estava correndo de Caloi, em 1998, etapa de Limonge, etapa 18 do Tour de France. Ele ganhou vários tours como juvenil, quando a Caloi descobriu o Lance. Ele correu na nossa equipe, na Motorola-Caloi. Todos os títulos que foram tirados dele foram depois dessa época.

O fato é que nós temos um histórico muito longo de investimento no esporte. Ganhamos todas as grandes corridas mundiais de ciclismo, e há uns 10, 15 anos, nós nos afastamos um pouco do incentivo ao esporte. Muito pelo que foi colocado aqui. Por um lado, há uma questão triste no nosso esporte que é o doping. Isso pode, se não agirmos corretamente, se não entrarmos corretamente, manchar de alguma forma a imagem da empresa. Então temos que escolher corretamente como agir. E também pela dificuldade de fazer alguma coisa no Brasil devido à desorganização do sistema, das Confederações e tudo. É muito difícil nos associarmos e termos um impacto de alguma forma em nossa imagem, por algum tipo de ação. Com isso sofremos muito, na verdade, com isso e a falta de investimento do governo na infraestrutura. Como eu disse, não há velódromo no Brasil. Caso vocês não saibam, não tem um velódromo no Brasil dentro das regras da UCI, que é a União Ciclista Internacional, que regula os velódromos olímpicos. Nem mesmo o velódromo do Rio – esse, que vai ser demolido, precisaria ser demolido, ajustado, porque não serve para as Olimpíadas. Ele foi construído para o Pan-americano, e foi construído de forma errada. Não serve para as Olimpíadas, não está dentro das regras da UCI, há duas colunas no meio dele, duas intervenções, teria que ser demolido de qualquer forma. Então, não tem um velódromo no Brasil que esteja dentro das regras possíveis para participar de uma Olimpíada.

Com a vinda das Olimpíadas para o Brasil, vimos oportunidade muito grande de voltar para o esporte. Não só como benefício para a marca, mas também como uma função social e quase que um dever da Caloi como sendo uma das poucas e talvez únicas fabricantes de equipamento esportivo brasileiro. Então, seria quase um dever nosso participar de alguma forma no incentivo ao esporte, buscando alguma coisa para as Olimpíadas.

Vínhamos buscando a forma de agir quando o LiveWright se aproximou de nós. Evidentemente, nós decidimos rapidamente apoiá-los, apoiar a iniciativa LiveWright para o projeto de ciclismo de pista, que é o projeto de velódromo. O ciclismo é um dos esportes que mais dão medalhas na Olimpíada. Não sei se vocês sabem, são mais de 50 medalhas. São quatro modalidades olímpicas de ciclismo: o mountain bike, o ciclismo de pista (que é o de velódromo), o ciclismo de estrada e o BMX, aquelas bicicletinhas que pulam. Apoiamos o projeto do LiveWright, que nos pareceu absolutamente tudo que buscávamos, que é a transparência, a me-

ritocracia, os conceitos da iniciativa privada. Deu-nos um conforto muito grande para investir o dinheiro com o LiveWright.

E aí eu quero fazer um parêntese: nós talvez sejamos os únicos patrocinadores do LiveWright que dá dinheiro não incentivado. Nós não usamos a lei do esporte para doar. Por quê? Por duas questões. Primeiro, pela nossa lógica de produção em Manaus, que é uma Zona Franca, onde a questão do imposto é um pouco diferente. E porque o meu Diretor Financeiro, sempre que eu chego para ele para pedir dinheiro incentivado, vem para mim e fala: "Eduardo, quanto que você quer? Melhor eu te fazer um cheque". Isso por causa da burocracia envolvida. Muitas vezes, o meu Diretor Financeiro dá um cheque, que sai mais barato. Isso é um problema também, que tem que ser levado a debate. O segundo projeto que montamos, em outro modelo, é bem interessante também. É o projeto de mountain bike, que envolve garotos muito jovens. Optamos por montar uma equipe dentro da própria empresa. Eu percebi que, para esses garotos, realmente falta uma estrutura, então nós montamos a equipe com eles, colocamos como funcionários da empresa, dentro da CLT, dando salário, dando toda a estrutura. E eu estou obrigando os garotos que vão se preparar para a Olimpíada de 2016 ou 2020 a ficarem na escola, a terem uma formação. Além de eles treinarem, estão trabalhando no Departamento de Marketing da Caloi, testando o produto, ajudando no desenvolvimento de produto. A ideia é que, durante o período até as Olimpíadas, eles treinem. Carreira de atleta é curta. Quando eles acabarem, nós vamos ter formado, talvez, os melhores desenvolvedores de produtos de bicicletas do Brasil, que já vão ser nossos funcionários. Então, estamos encarando muito como um legado social, até para depois trazer esses atletas para dentro da empresa e colocá-los como funcionários nossos – pensando no futuro deles, também, depois que eles ganharem a medalha (assim esperamos).

Fernando Rossetti: Interessante o que você coloca. Deixa claro aqui, nesse fórum, que temos uma mistura bem interessante e até uma representação importante do investimento social de famílias e de indivíduos (que é o que está em boom no país, o crescimento do investimento social familiar) e o empresarial. O Brasil tem certa tradição nisso, inclusive é bastante avançado nos modelos de investimento empresarial. E sua fala situa muito bem a questão empresarial. Porque, para a empresa, hoje, o investimento social é uma questão de reputação. Como é que a empresa se relaciona

com a comunidade? E, para construir essa reputação, como você alinha o investimento social à natureza do próprio negócio? Como você foge de potenciais conflitos e de questões controversas na sociedade – e a nossa área de esporte é muito controversa, na nossa sociedade. É um desafio, na verdade, que temos como investidor social. Família é diferente, o indivíduo é diferente. Normalmente, o investimento social por um indivíduo, para a família, tem mais a ver com o legado do que com a própria reputação. Para a empresa, é mais a reputação; para o indivíduo, é mais o legado, a contribuição que ele dá para a sociedade. Ele consegue até se envolver de maneira diferente, às vezes, em temas bastante controversos, publicidade para crianças, ou questões de direitos humanos, em que, ocasionalmente, as empresas não conseguem se envolver. Talvez possamos pensar papéis diferentes para organizações familiares e investidores, e organizações empresariais investidoras nessa questão dos jogos.

Matias Bendersky: Acho que o Brasil tem uma oportunidade muito grande de associar a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos a um legado de inclusão social. Se você for um pouco para trás, aos Jogos Olímpicos da China (que é mais comparável que o Reino Unido com o Brasil), você lembra pontualmente do quê? Do estádio, do aeroporto com o maior telhado do mundo. Você se lembra de grandes obras de infraestrutura. Mas não lembra absolutamente nada, e foi muito publicitado, na área social. Eu acho que o Brasil, com o panorama condizente dos últimos 30 anos de inclusão social, pode dar uma mensagem para o mundo inteiro de que esses são os jogos da inclusão social. Eu começo pelo final, porque eu acho que temos uma tarefa importante, coisas que deveríamos fazer para que isso suceda. Mas a mensagem realmente associando os Jogos Olímpicos com o tema de legado social não foi feita ainda, pelo menos na mídia.

O banco começou, em 2005, a trabalhar com o Fomin, Multilateral Investment Fund, em um projeto que se chama "A Ganhar". Tem vários nomes, na verdade, mas é o mesmo projeto de geração de renda para jovens. Esse projeto, em 2005, começou em três países, um deles foi o Brasil, um projeto no Rio. Hoje, treinou 3.200 jovens e colocou 70% destes no mercado de trabalho. Estamos falando de um mercado de trabalho que, para os jovens até 24 anos, tem três vezes mais desemprego do que a média. Estamos falando de um número significativo de jovens que passaram pelo projeto, ficaram graduados e depois conseguiram emprego. Depois desses projetos

de sucesso na área de geração de renda, começamos a ver a possibilidade de fazer coisas de inovação social com centros esportivos, tipo os centros que a Fifa colocou na África, aprendendo as lições desses centros na África, Football for Hope. Vocês devem todos lembrar que, quando aparecia a Copa do Mundo, aparecia o logo do Grupo Hope. São centros multimodais de atendimento de crianças e de jovens. Esses centros, mais que nada, na África, são para prevenção de AIDS.

Nós, na região, focamos em temas de saúde, mas também em outros, tipo educação, promoção de valores, vida saudável, geração de renda, higiene e diversidade, e colocamos outros temas na agenda. Colocamos tudo junto no mesmo centro e medimos todos os indicadores juntos, no mesmo momento, inter-relacionando uns com os outros. Então, não é nenhum mistério que 53% das pessoas entre 3 e 23 anos não estejam matriculadas na escola, na América Latina. Nós ajudamos a criança a ficar motivada, indo a esses centros para promover a escolaridade delas – uma das coisas que esses centros fazem. São centros comunitários, onde o esporte é o elemento convocador. Você tem a criança nesse lugar, e pode falar e trabalhar com ela, porque chegou motivada pelo esporte. Então, em muitos desses centros, estamos associados com grandes marcas, grandes parceiros. Porque, claramente, para uma criança, é muito mais importante e mais interessante chegar a esses centros, que se chamam Centro Esportivo Vila Olímpica, Barcelona Futebol Clube, do que falar Centro BID. Claramente, fica muito mais motivado pensando que, um dia, provavelmente seja uma estrela do Futebol Clube Barcelona. A nossa ideia é fazer essa intervenção com a criança em diferentes níveis. E medir tudo isso. Mas, agora, a próxima pergunta para mim vai ser: "E aí, está funcionando?". E eu falo: realmente, esses centros são muito novos, começamos com esses centros comunitários esportivos, dessa maneira, com essas metodologias específicas, faz muito pouco tempo, foi em 2008. Estamos começando, estamos investindo muito dinheiro em monitoramento e avaliação. Muito. Estamos associados com as grandes escolas, as grandes universidades, para trabalhar, primeiro definir esses indicadores, e depois medi-los.

Estamos vendo os resultados. Se você vai a esses centros e vê as crianças, já sabe que funciona. Não precisa de muito mais. Mas nós precisamos, porque é uma obrigação do banco saber quais são o efeito e o impacto das nossas intervenções. Estamos, realmente, tomando muito a sério isso. Nós não somos os únicos que estamos fazendo isso. Mas é muito difícil encontrar pessoas que estejam fazendo isso,

ou instituições, ou organizações, que estão medindo empiricamente o impacto delas.

Para tomarmos poucos exemplos. No Haiti, fizemos um campo de futebol em um bairro pobre de Porto Príncipe. Colocamos luz no campo, desde as 19h até 0h. Isso, só a luz, reduziu 70% dos crimes sexuais que ocorrem no bairro. Só colocar a luz.

Outra coisa. Não sei se tem alguém da Eletrobrás aqui. Ano passado, eu estava falando com a Eletrobrás, que tem projetos semelhantes, programas parecidos com os que fazemos – de geração de renda, de healthy lifestyles, e, na verdade, de ensinar as pessoas. Tem um programa especial com os encanadores. Ensinava não a fazer melhor sua profissão, ensinava a se apresentarem melhor, a chegar pontualmente, a falar: "Oi, senhora, tudo bem? Bom dia". Coisas básicas. O salário dos encanadores triplicou imediatamente.

Um tema que para o banco também é importante é a promoção de vida saudável. Tem um dado da Nike bem interessante que fala que, numa geração e meia, nos Estados Unidos, as pessoas fizeram 32% menos exercício físico que a geração e meia anterior. Está projetado que, em duas gerações, nossos netos vão fazer 44% menos de atividade física do que fazemos hoje. Então, com esse tipo de indicador, pretendemos fazer alguma coisa e, em nossas operações, fazer um mainstreaming dos projetos de esporte. Não são só projetos-piloto: colocar essa ideia, esses conceitos, nos projetos de prevenção de violência, de educação, de saúde, de proteção social.

Fernando Rossetti: Evidentemente, esses jogos no Brasil, respondem bastante a interesses políticos. O governo e alguns políticos se projetam em torno do que está acontecendo, em torno dos investimentos, inclusive de infraestrutura, que favorecem o campo político. E você tem toda uma atividade econômica mesmo em torno dessas questões, envolvimento as empresas, todo um trabalho gigante de marketing. É uma indústria inteira em torno desses Jogos, como todo mundo sabe. Agora, sobre o legado social, vemos as falas do que isso deveria deixar, mas são falas um pouco dispersas. Vocês trouxeram agora perspectivas do projeto em que vocês estão envolvidos, cada um a partir da sua organização. O Mauro, com essa perspectiva mais de sociedade civil, de uma organização que capta recursos para desenvolver um certo projeto. O Musa, a partir de uma questão de empresa que se envolve nessa questão. E o BID, a partir dos trabalhos

do BID. Mas eu até enfocaria mais o trabalho do BID com governos – o parceiro principal do BID é o governo, com uma perspectiva até de Estado, uma perspectiva mais sistêmica da questão.

A pergunta é: Qual seria o nosso papel? Qual seria o papel das organizações da sociedade civil, das ONGs, qual seria o papel das empresas, qual seria o papel do governo nesse legado social, na construção? É um papel ou são vários papéis? O que cada um tem que fazer? E talvez vocês possam traduzir um pouco mais da visão específica – como organização da sociedade civil, como empresa, como uma agência multilateral que trabalha com governos – sobre qual é o papel de cada um.

Mauro Bergstein: E esporte e desenvolvimento social estão intrinsicamente ligados. Eu dei o exemplo do que estamos fazendo no projeto de ginástica artística em Curitiba, onde estamos trazendo para uma aula de educação física quase 200 crianças em cada uma das escolas de talento. Começa com quatro anos, vai até oito. Só para todo mundo ter uma noção: a campeã olímpica de 2020 hoje tem que estar com 6, 8 anos, para já ir começando. Estamos fazendo no ciclismo, no Rio, ao trazer os atletas, dando educação, dando moradia, dando a infraestrutura necessária para se desenvolverem... Não é só o esporte, é o desenvolvimento social de cada um deles também. Acho que isso está junto do que é o nosso objetivo, do que é a nossa função. Cada vez em que conseguimos aumentar o número de projetos e aumentar parte da base, trazendo mais crianças para perto do esporte, estaremos diminuindo cada um dos índices que o Matias estava mencionando que ocorrem no Haiti, e que ocorrem no Brasil, sabemos disso. Isso está na cabeça de nós todos, e faz parte dos projetos que estamos desenvolvendo. Quando estamos pensando em um projeto, estamos pensando em um projeto sempre de longo prazo – pelo menos, de maturação olímpica, quatro, cinco anos. Tem toda uma escadinha daquela criança, daquele jovem, tudo correndo bem, estando conosco nesse período todo. É um desafio constante e muito grande.

Pensando o lado privado junto com o público, é preciso melhorar as leis, a estrutura, a infraestrutura, para podermos, cada vez, fazer mais do nosso lado. Tem uma série de travamentos e dificuldades. Tem muita gente que já tentou algo parecido e acabou desistindo no meio do caminho, porque tem horas que fala: "Chega, não consigo andar aqui". Eu acho que tem essa conscientização, sem dúvida nenhuma, até mais trazida pelos dois supereventos, 2014 e 2016. Mas um dos desafios é não

deixar isso morrer em agosto de 2016. Isso tem que ir para frente. E, se tudo correr bem com o LiveWright, não vai precisar mais de LiveWright em 2020, porque tudo vai estar andando da maneira "Wright".

Fernando Rossetti: Essa, aliás, é uma expressão muito comum no mundo das organizações sociais: você coloca uma missão, como garantir os direitos da criança e do adolescente, e você gostaria de cumprir essa missão e poder fechar a sua organização. Espero que dê certo mesmo e que sua organização possa ser fechada em 2020.

Eduardo Musa: Acho que não tem dúvida sobre a importância do esporte para a inclusão social. O esporte é um grande elemento de inclusão social. Eu acho que a pergunta que está por trás é como é que fazemos essas crianças terem vontade de ir para o esporte. E aí eu vou tomar a licença de dizer uma coisa que eu ouvi do LiveWright quando eles vieram me procurar, que foi o que me deu o clique para investir e para participar profundamente. Que é "Nós precisamos criar heróis". Tem gente na plateia que pode até me corrigir, mas parece que muitas crianças passaram a jogar tênis e saíram da pobreza depois que o nosso Guga ganhou Roland Garros e se desenvolveu, virou o herói que ele é. Então, de fato, se conseguirmos, esse é o maior legado – e por isso é que estamos participando.

Se conseguirmos criar heróis e trazer medalhas, vamos ter exemplos positivos que vão fazer essas crianças seguirem. E que não seja só no futebol, porque no futebol todo mundo já tem os exemplos do Ronaldinho, do Neymar, que todas as crianças querem ser. Mas tem muito mais que isso, e não tem espaço para todos chegarem lá. Imagina o impacto que teríamos de trazer uma medalha olímpica de ginástica, de ciclismo: quantas pessoas não iam buscar esses esportes como alternativa? Uma alternativa às drogas, uma alternativa a várias outras coisas. Eu acho que é o principal legado. Quando o LiveWright chegou, caiu a ficha e eu falei: "Nossa, que privilégio que estão me dando como empresário, que é ajudar o país a ganhar uma medalha olímpica". Eu dei o exemplo da medalha olímpica, ou o que isso pode representar para a minha marca, porque eu tenho certeza de que isso vai criar um exemplo muito positivo, uma referência extremamente bonita que vai fazer essas crianças buscarem isso e buscarem a inclusão social.

Eu ouvia da minha avó que, para ter sucesso na vida, tinha que ter um filho, plantar uma árvore e escrever um livro. E eu descobri que tem a possibilidade de uma quarta coisa, que é ajudar o país a ter uma medalha olímpica. Isso é um grande privilégio. Se eu conseguir ajudar a minha empresa e alguém a criar um herói, eu tenho certeza de que nós vamos colocar várias crianças em outro caminho, buscando esse exemplo em vez de irem para as drogas, para o crime, para vários lugares. Eu acho que esse é o grande legado, mais do que qualquer outra coisa. E o legado da infraestrutura, porque jogar futebol é fácil, é barato. É pegar uma meia, enrolar a bola de meia, pegar dois pedaços de madeira, fazer o gol e jogar – mesmo na favela. Mas para se desenvolver em ciclismo precisa do velódromo, que custa alguns milhões de dólares, precisa de um equipamento – uma bicicleta boa de velódromo custa R\$ 50 mil. Então, esse é outro legado que precisa ser deixado, de infraestrutura.

Matias Bendersky: Do ponto de vista das agências multilaterais, nós já temos uma base interessante, com um número de projetos interessantes na região inteira. Falava antes dos exemplos de fomento, mas temos outros exemplos desse tipo de atividades integrais. Aqui no Brasil, no Morro do Alemão, na Vila Olímpica Carlos Castilho. Temos um projeto também em Minas Gerais; na Colômbia são dois projetos; na Bolívia; em vários países. Nós temos uma base sólida para poder medir, estudar o que foi bem feito e não tanto. Estudar exatamente quais são as métricas que deveríamos estar medindo e, a partir disso, encontrar com os governos, como encontramos, em um diálogo fluido, e contar das nossas experiências. Sem o setor público, não vai decolar, não vai ter legado social. Vai haver grandes projetos-piloto ou não tão piloto, isolados. Precisamos dos governos para o tema do legado social.

Agora, nós temos que trabalhar junto com o setor privado, junto com as organizações sem fins lucrativos. No nosso banco, nós todos trabalhamos com os líderes comunitários. Essa é uma coisa de que eu não falei antes: temos como lição aprendida que, de nenhuma maneira, esses projetos podem funcionar se não tiverem um líder comunitário por trás. Uma organização de base, pessoas que conheçam a comunidade. As pessoas não entram em nenhum lugar em que eles não tenham confiança de que seja positivo para eles. Nós temos que levar isso em consideração e, depois, trabalhar todos juntos na sustentabilidade.

O esporte para nós é o elemento convocante. Ou seja, o esporte é o gancho para as crianças chegarem ao nosso centro. Agora, o esporte tem um monte de valores intrínsecos que estudamos e damos para as crianças. Por exemplo, o curso que o Barcelona está dando no nosso projeto do Rio de Janeiro chama-se "Football Net". Ensina valores para as crianças. Os valores do esporte: trabalho em equipe, honestidade, tudo que faz o esporte de conjunto. E nós temos um curso específico de promoção de valores nos centros, como existem cursos promovendo escolaridade, cursos de prevenção de violência também. Uma coisa que eu não falei antes é que a percepção na América Latina inteira, menos no Brasil, é que o problema número um é a violência. Por isso, os nossos centros têm mais um foco em prevenção de violência. Essa é a percepção geral da América Latina indicada no Latinobarómetro – no Brasil, o problema número um era saúde. Focamos em temas de prevenção de violência, mas há um conjunto de coisas embutidas.

Fernando Rossetti: No congresso do GIFE deste ano, em março e abril, foram abordadas novas fronteiras nessa área dos indicadores, dos índices, das medidas para a área social. Se você pega o negócio, você tem poucos indicadores, ou poucas variáveis, que influem. É mais fácil você medir o sucesso ou não – digamos, o sucesso básico do negócio é o capital que você tem ao longo do tempo, e se ele está aumentando ou diminuindo, enfim, satisfação de clientes, coisas assim. Na área social, só na sua fala, eu precisaria de umas dez variáveis para formar um indicador. Então, a minha pergunta é: que indicadores vocês estão usando para medir, e se vocês visualizam a possibilidade de ter um pequeno conjunto de indicadores para aferir, a parte do legado social pelo esporte?

Eduardo Musa: A única coisa que eu digo, da minha experiência empresarial, é que nada evolui, nada melhora se você não gerencia. E o que eu aprendi na escola é que você não consegue gerenciar o que você não consegue medir. Ter indicadores é absolutamente fundamental para poder medir, poder atuar, gerenciar, para mudar. Eu digo que sim, pela minha experiência empresarial. Indicadores são completamente fundamentais. Quais indicadores, eu deixo para os especialistas.

Matias Bendersky: Eu não sou especialista em indicadores, mas eu posso responder. Temos regras claras, transparentes e internacionais de medição de impacto. Levamos muito a sério a questão da medição de impacto dos nossos projetos. Temos toda uma série de sistemas com nomes estranhos que temos que processar cada vez que se aprova uma operação do banco. Uma doação ou um empréstimo passa pelos controles mais estritos em termos de medição de indicadores, com questionários de várias páginas. Qual é a diferença aqui? Por que são projetos de inovação social, se o banco faz todo dia projeto de educação? Porque tomamos a integralidade do projeto em várias disciplinas, que são para nós vários departamentos diferentes do banco. Eu já falei que o banco trabalha interdepartamentalmente, porque os projetos são integrais. Então, cruza os indicadores de saúde com os indicadores de educação, com os indicadores de prevenção de violência, com os indicadores de gênero e diversidade, com os indicadores de geração de renda. Cruza tudo isso – o que nem sempre é feito, porque às vezes o banco só tem o projeto de geração de renda, então só tem que medir a geração de renda. Então, essa é a parte mais inovadora para nós. Quem está desenvolvendo não é o banco, sozinho, mas toda a rede de universidades e de pesquisadores que está trabalhando nesse tema agora, nesse momento. É avaliar se uma coisa afeta a outra, basicamente, se um indicador que achávamos que não tinha relevância na métrica, tem. Estamos nesse processo para depois avaliar os indicadores cruzados e poder determinar, em cada caso, qual o resultado. Como eu falei, alguns projetos são bem novos, estamos nesse processo agora.

Eduardo Musa: Uma coisa que eu estava pensando aqui é que o indicador tem que ser simples, tem que ser compreensível e tem que ser fácil de medir. Talvez seja o que o Mauro falou: é o número de medalhas olímpicas – quanto mais medalhas olímpicas formos conseguindo, mais o esporte será desenvolvido. Esse é fácil de o país inteiro se mobilizar, entender esse indicador. Então, quanto mais medalhas conquistarmos, é um sinal de investimento no esporte, que por definição é inclusão social.

Fernando Rossetti: É muito interessante isso que você falou, é exatamente essa a discussão que está acontecendo na sociedade brasileira neste momento. O número de medalhas de fato mostra o esporte dando um legado social. Ou não,

porque você pode mostrar o alto desempenho de uma elite. Em vários países, você tem o processo mais de uma elite muito bem treinada, mas o esporte não se espalha pela sociedade. Mas há esta discussão: você foca no esporte de alto desempenho, com uma elite que vai se colocar e vai trazer o resto da população, ou você precisa de outros indicadores e de outras abordagens que permitam que o esporte leve a cidadania e, de fato, a inclusão social? Como é que você mede isso? Porque você tem um indicador absolutamente claro e isso o estrutura muito, o número de medalhas na Olimpíada.

Mauro Bergstein: Medalhas lá na frente. Daqui até lá, em todos os nossos projetos, cada um dos atletas tem suas metas. Estamos lá com indicadores de performance. Nós somos um instituto novo, jovem, e a ideia de tentar acoplar, juntar indicadores sociais, acho que faz todo o sentido. Estudamos bastante, até junto com a McKinsey, experiências do setor privado e público em Olimpíadas passadas – quais foram os legados e onde estão esses países depois dos investimentos feitos. Tem um exemplo ótimo: não está no momento ideal, mas a própria Espanha de 1992, que foi um movimento muito grande do público e do privado. E a Espanha se tornou uma potência olímpica em uma série de esportes (não preciso nem falar do futebol). Teve uma melhora de fato social em cima da participação significativamente maior das pessoas, da população, das crianças praticando esporte.

Tem iniciativas que estudamos que foram muito focadas nas medalhas. Você pega um movimento que aconteceu no Canadá, para as Olimpíadas de Inverno de 2010. Pegaram 13 atletas, falaram "Vamos focar nesses caras". E o Canadá nunca ganhou tantas medalhas como em 2010. Mas, se você perguntar qual foi o legado social que isso tenha deixado, talvez tenha sido mínimo. Nós estamos preocupados em tentar desenvolver o esporte pensando nas modalidades, criando os heróis olímpicos, puxando mais crianças, mais jovens para a prática do esporte da maneira e da gestão correta e profissional. Isso não quer dizer que no ginásio lá de Curitiba não estejamos preocupados, não só com o comportamento das meninas, como elas estão indo na escola, se estão fazendo as coisas da maneira correta, para que isso não seja prejudicado pelos treinos, que são muito duros na própria ginástica artística. Essa combinação é intrínseca. Como medir o lado social é algo pra pensar.

Matias Bendersky: Eu só queria colocar um ponto a mais. Estamos focados para a inclusão social. Não se está focado no desenvolvimento de atletas mesmo. Claramente, o desenvolvimento do atleta tem um grande componente social, e a prática do esporte também. Mas, pontualmente, o banco trabalha em temas de inclusão social. Nossa meta não é o desenvolvimento do atleta, o jogador de futebol. Nós queremos medir outro tipo de coisas. Mas queremos usar o esporte e muitas dessas figuras do esporte para motivar essas crianças. Faz duas semanas, o Michael Phelps foi à nossa Vila Olímpica, o Carlos Castilho, com o nosso projeto na mão, do nosso parceiro Visa. Ele foi nadar com as crianças. Então, imagina para uma criança ter o maior ganhador de medalha da história das Olimpíadas com ela na piscina do bairro.

Fernando Rossetti: Tivemos os Jogos Pan-americanos alguns anos atrás. Eu participei de mesas em que fizemos mais ou menos esta discussão e este debate. Não sei se vocês concordam comigo, mas não deu certo. Dos Jogos Pan-americanos que aconteceram no Rio de Janeiro, a avaliação é que não houve legado social importante, nem de estruturas físicas – infraestruturas que estão tendo que reformar ou demolir para construir novas. O que deu errado no Pan-americano, na visão de vocês? Onde foi o problema, como é que daria para a gente melhorar? Eu imagino que vocês tenham acompanhado. Por que tivemos uma percepção negativa do legado do Pan-americano?

Mauro Bergstein: Acho que em parte foi falta de planejamento, falta de projetos críveis. Aquela coisa um pouco de Brasil: tudo em cima da hora. Acho que faltou profissionalismo, faltou gestão, faltou uma visão de longo prazo de tudo o que estamos discutindo aqui, para que não acabasse logo em seguida. E, infelizmente, foi o que aconteceu. Isso é parte do que nós estamos discutindo para tentar fazer as coisas melhor.

Eduardo Musa: Eu acho que foi bem o que você colocou no começo: uma visão política muito focada no curto prazo e sem nenhum planejamento de longo prazo, sem nenhum trabalho de base. Realmente, ações como essa, como a do Canadá, deixam pouco legado. E é isso o que temos que evitar aqui.

Fernando Rossetti: Incomoda-me, porque tivemos esse caso prático no Brasil, e não tivemos uma mudança significativa nas estruturas e na gestão do esporte.

Mauro Bergstein: Acho que não estamos focados em medalhas. Medalhas são uma maneira de conseguirmos quantificar também o sucesso do processo da gestão do que nos propomos aqui. Só para deixar claro. E vamos ter sucesso se o Brasil de fato virar uma potência olímpica, que é o que gostaríamos de ver.

Matias Bendersky: Nós começamos um projeto que tem princípio e tem final, pretendendo sempre que seja sustentável. Nos nossos projetos podem tranquilamente existir componentes de desenvolvimento do atleta com programa formal e sério.

Mauro Bergstein: Tem um instituto que talvez a maioria conheça, o Instituto Reação (nem sei se o BID está junto ou não), para a prática do judô, em cinco centros no Rio de Janeiro. O principal é na favela da Rocinha. De nível internacional, top, mundial. Está com 1.200, 1.300 crianças estudando, estando na favela, mas olhando o esporte e se desenvolvendo. A conexão é total. Temos oito escolas de talento no Paraná de ginástica artística. Dá para fazer muito mais. Cada vez que se faz uma escola dessas, são 200 crianças que estão ali tendo uma esperança diferente para a vida.

Matias Bendersky: Faz pouco tempo, começamos a ver o tema de desenvolvimento de atletas mais ligado à imagem do país, ao orgulho nacional. Estamos vendo algumas alternativas na região. Estamos vendo algumas coisas que estão sendo feitas na Índia, um exemplo de país enorme, com um monte de habitantes, que também não tem medalhas de acordo com a população. Deveria ter. Estamos começando a ver o tema, e acho que é um tema que rende muito mais dentro da perspectiva do banco.

Fernando Rossetti: Tento fazer uma síntese. O que parece muito interessante é que, evidentemente, se você pensa o esporte como um todo, a inclusão como um todo, isso tem a ver com o Estado, isso tem a ver com políticas públicas grandes. 30% das escolas brasileiras não têm professor de educação física. Você tem um problema sério de política pública, e nossa capacidade como empresa, como organização da

sociedade civil, é pequena diante da escala (são 200 mil escolas no Brasil). Você consegue inspirar, formar grandes lideranças. Mas, se você não tem uma gestão pública de qualidade, é difícil também. E acaba tendo coisas como o Pan-americano, em que evidentemente poderia ter mais pressão da sociedade civil, das empresas, por uma gestão mais transparente. Mas é o Estado ali que está entregando e está gerindo esse processo.

Não falamos aqui das Paralimpíadas, ou Paraolimpíadas, do papel que elas têm nessa questão do esporte. Então, vou convidar vocês no último minuto de cada um a falar sobre isso. Se vocês estão olhando para essa questão de inclusão de pessoas com deficiência, qual é o papel desses jogos em dar visibilidade para essa questão?

Mauro Bergstein: Acho que Londres agora trouxe mais visibilidade ainda. Foi sensacional o que ocorreu lá – não só a Olimpíada, como a própria participação brasileira. Nós estamos, sim, discutindo isso com dois potenciais parceiros, duas empresas que querem que venhamos trabalhar no projeto paraolímpico. Faz todo o sentido, só tem a crescer, mas precisa de infraestrutura, precisa de apoio, tem muito coisa aí para ser feita.

Eduardo Musa: Sem dúvida nenhuma, acho que é um ponto importantíssimo de um legado, é sempre importante usar eventos como esse para poder ajudar os menos providos. Acho que, sim, é um tema importante.

Fernando Rossetti: Vocês têm algum foco nisso?

Matias Bendersky: Temos. O banco está trabalhando agora, um dos nossos parceiros é o COI. Obviamente, eles têm os Jogos Paralímpicos, e trabalhamos com isso. Os nossos projetos, e o projeto do Rio pontualmente, vão ter atendimento para pessoas com dificuldades.

SESSÃO PARALELA

FILANTROPIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A IMPORTÂNCIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Participantes:

Beatriz Gerdau Johannpeter, vice-presidente do Instituto Gerdau

Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, presidente do conselho da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Marcos Nisti, vice-presidente do Instituto Alana

Moderador:

Ricardo Paes de Barros, secretário de Ações Estratégicas da Presidência da República do Brasil

Ricardo Paes de Barros: Nesta sessão, nós vamos discutir a importância do investimento na primeira infância e as possibilidades concretas e reais, exemplos con-

cretos de investimento na primeira infância. Eu quero começar falando aqui, rapidamente, do ponto de vista mais científico, o que a ciência nos diz sobre a importância da primeira infância. Eu queria falar sobre cinco resultados científicos importantes que chamam nossa atenção e mostram por que a atenção à primeira infância é tão importante. E, portanto, por que os investimentos na promoção da atenção à primeira infância são tão importantes. Em segundo lugar, eu queria colocar uma maneira de como o setor privado pode ajudar nesse problema.

Quais são os cinco principais fatos que a ciência tem mostrado que fazem com que a atenção à primeira infância seja tão importante? O primeiro deles é que, toda vez que fazemos um investimento, devemos saber qual a reação que ele provoca. Se eu faço uma ação, e essa ação não resulta em nada, esse não vai ser um bom investimento. Um investimento, no fundo, é um estímulo, que tem que ter uma reação a ele. Como todos nós já percebemos, a reação de uma criança de dois anos é muito mais intensa, muito mais profunda e muito mais fácil de ser alcançada do que a reação de um jovem de 20 anos ou de um adulto de 40 anos. Todos nós já tentamos arrancar um sorriso de uma criança de dois anos, e parece até muito fácil. De um jovem de 20 anos é quase impossível, e de um adulto de 40 anos, é um pouco mais fácil. Mas a reação da criança de dois anos é muito rápida. Se isso fosse perdido no tempo, se dois segundos depois ela tivesse esquecido daquilo, isso não teria importância nenhuma. A grande história nisso é o que a neurociência mostra: uma criança, nessa faixa de dois anos, cria 700 sinapses por segundo. E mais importante do que os neurônios é a conexão entre eles, as sinapses. É isso que dá capacidade de processamento, memória, etc. Então, o que os neurocientistas mostram é o seguinte: eles radiografam, conseguem ver o cérebro funcionando quando a criança está dando um sorriso, e eles percebem o número de sinapses aumentando. Então você pode perceber que o sorriso dessa criança não tem um efeito temporário, mas absolutamente permanente. Você tem resposta rápida e persistente, que é o que você quer para um bom investimento. Mas aí entra o professor Gary Becker, que é Prêmio Nobel, e mostra que, além disso, como a vida, infelizmente, é finita, você fazer um investimento aos dois anos é muito melhor do que fazer um investimento aos 20 anos, porque você tem 20 anos a mais de retorno para o seu investimento. Então, mesmo que a resposta fosse igual e tivesse a mesma permanência, está fazendo 20 anos antes, e você vai ter 20 anos a mais

de retorno. Então, além de ser um investimento com mais reação e com mais persistência, tem 20 anos a mais de benefícios.

Aí entra outro Prêmio Nobel, o professor James Heckman, para mostrar que não só esse investimento gera mais sinapses e um desenvolvimento melhor dessa criança, como vai reduzir o custo de todas as políticas públicas depois. Uma criança adequadamente estimulada vai se alfabetizar de maneira mais fácil. Quando você quiser ensinar, na juventude, o que é protagonismo, o que é locus de controle, o que é assumir o protagonismo da sua própria vida, ela vai entender muito mais rapidamente. As políticas públicas para ensinar isso vão ser muito menos custosas do que se ela não tivesse sido estimulada originalmente. Ou seja, não só esse investimento por si é mais eficaz, mas ele aumenta a eficácia de toda política social depois. Isso quer dizer que, se você não fizer, você aumenta todo o custo da política social depois. E o próprio professor Heckman chama a atenção para um fato fundamental para quem está preocupado com desigualdade: se tem um momento em que você pode e deve se preocupar com redução da desigualdade, é na primeira infância. Porque quando você está falando de uma excelente escola de medicina ou de uma excelente escola de engenharia, e você tem dois candidatos e pratica igualdade naquela hora, você provavelmente vai violar alguma noção de meritocracia, alguma noção de eficiência. Ao tentar colocar uma cota numa excelente escola de engenharia, ou de medicina, você pode estar de alguma maneira, violando a meritocracia – pode ou não, mas eventualmente, você pode, tem dúvidas a respeito disso. Na primeira infância, as crianças podem na verdade ser completamente diferentes, em termos de sua capacidade, mas é impossível distingui-las, e, portanto, a melhor coisa que você faz é tratar todas como se fossem iguais e não ter custo de deficiência nenhum. Então, é a hora em que o combate à desigualdade não traz nenhuma consequência negativa à eficiência, que vai ser o pesadelo de toda política social dali pra frente. Dali pra frente, toda vez que tivermos uma política social que tenta buscar igualdade, ficaremos preocupados se aquela política social vai violar alguma regra de meritocracia, vai gerar alguma ineficiência na economia. Na primeira infância, isso não existe. O professor Heckman mostra isso com muita clareza. Então, esses são cinco pontos fundamentais que mostram que não há nenhuma discordância hoje, na área científica, do que se você fizer algum investimento em seres humanos, que seja feito na primeira infância. Que o seu real adicional seja gasto na primeira infância.

E o governo brasileiro já entendeu isso. Só o Brasil Carinhoso são R\$ 10 bilhões colocados na primeira infância, e não foram colocados mais recursos na primeira infância porque não tinha outra ideia que pudesse ser implantada hoje, em nível nacional, que ficasse em pé. A presidente chamou todo mundo e perguntou: "Alguém tem mais alguma ideia?", e várias pessoas levantaram a mão, deram sugestões, eu até dei sugestões, mas a avaliação foi: "A sua não fica em pé, essa outra também não fica em pé por causa disso, disso e daquilo". Ou seja, todas que conseguiríamos implantar em nível nacional, hoje, são implantadas. E ela já deixou claro que "Se tiver mais alguém que consiga desenvolver uma ideia que fique em pé e que possa ser implantada em todo o território nacional, é só falar para mim que eu consigo dinheiro". Ou seja, recurso, hoje, como eu vou tentar falar em seguida, talvez não seja o nosso grande problema.

Então, qual é o papel que o setor privado pode ter nisso? Temos que entender o seguinte: se você for passar pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, às 18h, 19h, 20h, pode achar que está tudo tranquilo, mas, se você entrar naqueles ministérios, vai perceber que está tudo meio fervilhando. Aquilo gasta R\$ 3 bilhões por dia. O gasto público brasileiro com política pública é de R\$ 3 bilhões por dia. Gastar R\$ 3 bilhões por dia dá muito trabalho, em qualquer coisa que você queira gastar. Isso quer dizer que, para o setor privado ajudar num país que gasta R\$ 3 bilhões por dia em política pública, você tem que ser complementar, você tem que ser estratégico, porque é diferente de um país que tem um gasto público muito limitado. Toda a nossa discussão é, se o gasto público é grande demais, não é se ele é pequeno demais, e como alocar R\$ 3 bilhões por dia. Então, a complementaridade é fundamental.

Eu queria só chamar a atenção para um item, no qual eu acho que o setor privado tem um papel muito importante no caso da primeira infância: é no desenvolvimento de tecnologias sociais que possam ser implantadas de imediato, porque hoje nós temos recursos, temos várias ideias brilhantes, mas temos poucas ideias que conseguimos implementar amanhã. Por exemplo, a questão toda do PIM - Primeira Infância Melhor, do Rio Grande do Sul, que é um programa de visitas domiciliares para o desenvolvimento infantil. A presidente está interessada em aplicar esse programa em nível nacional, mas a questão é como fazer isso. Primeiro, a dúvida é se você tem recursos humanos no Brasil inteiro capazes de promover essas visitas domiciliares. Em segundo lugar, como você lida com o conflito entre esse visitante

e o agente comunitário de saúde? Você vai duplicar? Em terceiro lugar, esse visitante tem de ser da comunidade, e como você contrata na comunidade pessoas para trabalhar no serviço público que basicamente tem que entrar por concurso - esse é o mesmo problema que se tem com os agentes comunitários de saúde -, como é que você pega pessoas que são daquela comunidade e faz um contrato? O ideal seria que você fizesse um contrato temporário, e não um contrato de alguém que é concursado, o que reduz o seu custo e torna mais flexível você trocar esses agentes. Isso foi tentado inicialmente com o agente comunitário de saúde. O Brasil tem hoje mais de 150 mil agentes comunitários de saúde, você não quer criar outra estrutura igual a essa de funcionários públicos. Como é que você cria essa estrutura? Então, é uma questão muito prática, todo mundo sabe o que esses agentes fariam nas casas, e o impacto que eles teriam sobre as crianças, mas a questão hoje é como garantir que esses recursos humanos estejam lá onde eles são necessários, pertençam àquela comunidade e possam ser contratados.

Existe um espaço grande para o desenvolvimento de tecnologias pelo setor privado que sejam práticas e possam ser escaladas rapidamente. Agora, o que eu queria mais chamar a atenção é que, vindo do ponto de vista do governo, uma das coisas de que nós mais sentimos falta é que a sociedade brasileira compreenda a política pública que o Brasil tem. Porque esses R\$ 3 bilhões por dia geraram uma política pública extremamente complexa. Eu acho que muitos de nós, com boa razão, estamos preocupados com a segurança pública. O governo brasileiro tem um programa chamado Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania -, que é um programa complexo, vários componentes dele estão em discussão, em vias de serem extintos, e o discutimos pouco, e conhecemos pouco os detalhes de um programa tipo o Pronasci. Evidentemente que o gasto privado vai ter que ser complementar ao gasto público, então eu acho que o gasto privado vai depender de para onde se mexe o setor público e para onde se mexem as outras instituições brasileiras.

No Brasil, hoje, nós avançamos muito na universidade, e nós deixamos de ser um país que tem pouca respeitabilidade científica no exterior. Multiplicamos, sei lá, por cinco, a nossa respeitabilidade científica nos últimos anos, mas, em termos de ciência aplicada, avançamos muito pouco. Avançamos muito em termos de nos conectarmos com o ambiente científico mundial, mas pouco na coisa mais aplicada, na discussão de políticas públicas, por exemplo. O Brasil não tem um sistema de escolas

de políticas públicas como os Estados Unidos têm – a Kennedy's School, a Harry's School, e outras escolas desse tipo. Falta muito ao Brasil um debate muito bem informado sobre política pública, mas no detalhe. Quer dizer, para que todo mundo entenda, em profundidade, os detalhes da política pública brasileira. A política pública brasileira na área da agricultura familiar é exemplo para o mundo todo, mas vemos pouco conhecimento da população brasileira da política no detalhe.

Por exemplo, se vamos discutir a questão da primeira infância, uma das coisas muito delicadas nessa questão é a autonomia da família. A questão da política pública para a primeira infância é quanto o Estado entra, quanto é responsabilidade do Estado, quanto é responsabilidade da família. Eu acho que temos discutido pouco no Brasil essa questão delicada. Em que medida os pais são plenamente responsáveis ou não. Isso vai dar uma política de primeira infância um pouco diferenciada. Eu queria só terminar chamando a atenção para o fato de que nós temos grandes exemplos no Brasil de áreas em que a população está bem informada sobre a política pública. Um exemplo importante é o Todos Pela Educação. O movimento Todos Pela Educação colocou a política educacional brasileira em pauta, em discussão com a sociedade e, hoje, o Ministério da Educação, quando conversa com a sociedade brasileira, entende que todo mundo entende de educação. Ele sabe que todo mundo sabe o que é Prova Brasil, que todo mundo sabe o que é Ideb, muita gente sabe o que quer dizer o Programa Mais Educação, o Programa Desenvolvimento da Educação – o PDE –, e assim por diante. O MEC não conversa mais sobre educação só com especialistas, ele está conversando com a sociedade como um todo. Enquanto em outras áreas, como segurança, é uma conversa com especialistas. Até a conversa na área da juventude é muito mais com especialistas do que com a sociedade como um todo. Eu acho que uma área muito importante para o setor privado é essa área do advocacy, essa área de trazer uma discussão profunda e detalhada da política pública para a sociedade. De uma maneira que o setor público entenda que há pessoas do outro lado que entendem no detalhe aquilo que está sendo feito e, portanto, possam propor modificações.

Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves: O que eu vou tentar contar é um pouco de uma história de uma organização que começou em 1965, com uma tia minha que morreu devido ao câncer sanguíneo e que, nos últimos tempos, culmi-

nou com gestão e disseminação de conhecimento em primeira infância. Eu queria começar com um vídeo que fala um pouco de parceria, fala da nossa parceria com o Center on the Developing Child, da Universidade Harvard, e ilustra um pouco tudo o que o Ricardo falou agora sobre a importância da primeira infância.

Narração do vídeo: Se você pudesse fazer algo para diminuir a criminalidade, melhorar a qualidade da educação e da saúde, elevar a renda das famílias e aumentar a qualidade de vida na sua região, por onde começaria? A ciência nos diz que podemos encontrar a resposta para essa pergunta na primeira infância, quando a arquitetura do cérebro começa a se formar. A arquitetura do cérebro tem início nos primeiros anos de vida e continua ao longo do tempo, moldada pelas experiências vividas. As experiências mais marcantes vêm dos relacionamentos que envolvem a criança: pais, parentes e cuidadores em geral. Mas problemas graves, enfrentados logo no início da vida, podem interromper o desenvolvimento saudável do cérebro. E, na medida em que se fica mais velho, é muito mais difícil modificar a arquitetura do cérebro e também o comportamento. Ou seja: o que acontece na infância deixa marcas para toda a vida. Agora, imagine que você pode fazer algo para melhorar o desenvolvimento das crianças e aumentar a qualidade de vida dessa comunidade. Quando e onde essa ação teria maior impacto? A relação entre as políticas públicas, o acolhimento maternal e a arquitetura do cérebro fica muito mais clara quando vemos como os acontecimentos, a família e o ambiente da comunidade afetam o desenvolvimento da criança. Por exemplo: digamos que o governo queira fazer da sua comunidade um lugar mais seguro, ou melhorar o aprendizado das crianças, ou diminuir os gastos com doenças crônicas. Uma criança que cresce em um ambiente assim provavelmente vai sofrer menos estresse, e vai ter mais oportunidades de aprendizado. Isso leva a uma arquitetura cerebral mais sólida e a uma estrutura mais apta a superar as dificuldades. Isso prepara a criança para ter sucesso na alfabetização e desenvolver outras habilidades no começo da vida. E, posteriormente, leva a um melhor aproveitamento das aulas e à redução da evasão escolar. Experiências positivas na primeira infância também podem diminuir a ocorrência de obesidade, diabetes e doenças cardíacas. Aumentar os níveis de educação e saúde pode ter efeitos positivos para toda a sociedade: redução da criminalidade, aumento da renda e elevação da arrecadação

de impostos. Políticas públicas têm impacto sobre as pessoas e as comunidades. Isso quer dizer que fazer escolhas apropriadas, que promovam o desenvolvimento saudável do cérebro na infância, pode afetar a saúde, o comportamento e o aprendizado por toda a nossa vida.

Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves: Eu queria falar um pouco sobre como chegamos aí, como chegamos nisso. Eu não sou especialista em primeira infância, então eu vou falar um pouco de gestão da fundação, de como conseguimos montar esse time da fundação, que faz com que ela consiga fazer tudo que ela faz.

Em 2001, meu avô morreu, e tivemos que revisar os temas que tratávamos. A Fundação tratava de pesquisa em hematologia e leucemia. Isso já era um tema antigo, um tema em que já não podíamos mais contribuir. Então, de 2001 a 2006, fizemos um intenso processo de palestras com especialistas e achamos, dentre os temas, um que havia muitos argumentos científicos e técnicos para serem falados, e que foi a primeira infância – de 0 a 3 anos, inicialmente, depois nós expandimos para de 0 a 6 anos. Tinha um gap de conhecimento, quer dizer, tinha muito conhecimento no mundo que não conhecíamos aqui. A família estava num momento em que todos tinham filhos pequenos ou filhos nascendo. Formamos um comitê de inteligência que embasou uma série de trabalhos que fizemos, e aí surgiu a nova Fundação. Em 2008, lançamos o nosso primeiro programa com os best practices em seis municípios, um na zona urbana da capital paulista. Criamos uma visão e uma missão, ou seja, pensamos uma fundação pequena, enxuta e eficiente, e, devagarzinho, vamos estabelecendo várias parcerias. Temos a ideia de sempre estar avaliando as coisas, procuramos sempre entrar num projeto em que consigamos entender onde vamos começar e aonde vai terminar. Esse é um dos pontos sobre os quais depois eu vou falar, que acho que são os pontos críticos e importantes para nós enquanto gestão da fundação. Diante disso tudo, surgiram essa nova visão e essa nova missão nossa. A visão é desenvolver a criança para desenvolver a sociedade, e a missão é gerar e disseminar conhecimento para o desenvolvimento integral da criança. E o que é integral? Integral é envolvendo a criança de uma forma holística. Não só olhando a saúde, mas também a educação, a assistência social, olhando a criança como um indivíduo único.

O que nós estamos fazendo hoje? Nós temos três eixos de atuação. As práticas, continuamos com esses programas dos municípios e na zona urbana de São Paulo. Temos vários problemas de articulação, seja com o Governo Federal, Estadual, Prefeitura. Temos um programa de liderança executiva em Harvard, uma interação muito boa com a Rede Nacional Pela Primeira Infância. E, dentro da gestão de conhecimento, conseguimos fazer agora um programa, o "Nota Dez", com a TV Futura, fizemos seis simpósios importantes de primeira infância. Alguns de vocês participaram deles, e o último tinha quase 500 pessoas, foi transmitido via internet para quase 500 pessoas também. Enfim, nós estamos em uma crescente da fundação e do tema da primeira infância.

Sempre procuramos trabalhar com bons parceiros, e, junto com eles, definir objetivos e entrar em parcerias. Temos uma parceria interessante com a Fapesp também. Por fim, o que vemos de desafios? Nós somos uma fundação de comunicação. Como comunicar? Como disseminar? Como fazer isso? Onde fazer isso? Para que público? Essa é uma dúvida nossa, é um dos nossos desafios constantes: manter a estrutura da fundação enxuta e eficiente. A Fundação, hoje, tem 20 profissionais. Outro dia, tinha cinco. E queremos ficar mais ou menos por aí. Então, como conseguimos ampliar a nossa participação sem se tornar uma fundação grande, sem ter custos administrativos altos? Atrair, motivar, reter os melhores talentos possíveis dentro do terceiro setor. Isso sempre é um problema, é sempre um desafio, e nós temos feito e vamos continuar fazendo isso.

Alguém mencionou antes, no Fórum, na plenária principal, que é difícil você saber quando sair de um projeto, entender se você pode sair, e difícil planejar, quando inicia um projeto, como sair dele. São desafios e dificuldades nossas, dos nossos projetos municipais. E, também, como gerir nossa obsessão por avaliar tudo. Nós, que viemos do mercado financeiro, gostamos muito de avaliar as coisas. E há coisas que não são avaliáveis, há coisas que não são mensuráveis. Temos obsessão de entrar querendo saber como vai terminar, ter ideais, ter objetivos, e há coisas que não são avaliáveis.

Ricardo Paes de Barros: Só queria chamar a atenção para que, nessa linha, tem outro trabalho muito importante que a fundação está desenvolvendo. Existe um conjunto de antropólogos traduzindo todo esse conhecimento científico em uma

linguagem acessível a toda a população, que vai tornar talvez o acesso a esse conhecimento e a essas experiências todas com a primeira infância mais fácil de ser lido por todo mundo. E talvez depois ele pudesse comentar quando esse trabalho vai estar disponível.

Beatriz Gerdau Johannpeter: Eu também não sou nenhuma especialista em primeira infância. O Instituto Gerdau constitui uma feliz parceria, entre a família e a empresa. O Instituto é o que chamamos de joint venture entre a família Gerdau Johannpeter e a Gerdau. O Instituto tem uma abrangência bastante ampla, então eu vou falar sobre como ainda conseguimos manter um projeto de primeira infância, porque realmente acreditamos que é importante.

A Gerdau é uma empresa de 110 anos, eu sou da quinta geração da nossa família, estamos na primeira transição de uma geração de quatro irmãos, que é a geração do meu pai, para uma geração de primos. Aqui tem muita gente que é de famílias, só para contextualizar um pouco. Nós estamos em 13 países, temos 140 mil acionistas, 45 mil colaboradores. Nosso instituto começou no Brasil e, hoje, já estamos atuando nesses 13 países, em 153 locais com forte engajamento dos nossos voluntários, temos mais de 9 mil e tantos voluntários atuando nessas forças locais.

Onde a empresa Gerdau está presente, temos um comitê de voluntários locais que apoia o desenvolvimento comunitário por meio de projetos. Temos todo um sistema de como selecionar esses projetos, que é acompanhado pelo Instituto.

O Instituto Gerdau tem fortemente esse posicionamento de ter parceiros e apoiar grandes projetos, e dividir essas parcerias, compartilhar, e não tanto essa intenção de operar projetos. A qualidade de gestão é um foco também bem importante. Meu pai, o Jorge, tem uma militância forte nesse tema, todos já devem ter ouvido falar, através do NBC e do PGQP, a organização lá no Rio Grande do Sul. Temos sempre essa atuação, o Hospital Mães de Vento é um hospital no Rio Grande do Sul com o qual também atuamos com qualidade. É um viés, está no DNA da empresa e do instituto, consequentemente, também atuar na qualidade.

Participamos também de outros projetos de mobilização solidária, e nessa área eu quis destacar a Pastoral da Criança, por exemplo. Nós simplesmente temos um apoio institucional com a Pastoral da Criança, e aí vem um pouco essa discussão também, de quanto operamos ou quanto simplesmente apoiamos. Acho que o papel

dos filantropos também é apoiar essas organizações. Hoje, os nossos institutos e fundações estão muito voltados para os seus projetos próprios e vemos instituições como a Pastoral, por exemplo, que tem uma enorme dificuldade de captar recursos. Vemos que um país desse tamanho, com essa quantidade de recursos, ainda está bastante enfraquecido.

Mas o projeto mais específico de primeira infância são as Mesas Educadoras, que eu queria trazer hoje aqui, que é um projeto que surgiu no Rio Grande do Sul, em parceria com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e com a Unesco. Então, se fez lá um piloto por alguns anos, em que trabalhamos em uma parceria público-privada com os municípios e fizemos uma capacitação e troca de experiência entre os educadores. Então se desenvolveu toda uma metodologia, tem os cadernos todos instruindo como se deve trabalhar. A Gerdau apoia esse projeto, hoje, em oito municípios no Brasil, e ali temos essa possibilidade realmente dos educadores poderem estar se capacitando, trocando experiências entre eles, que é uma enorme necessidade. Vemos que os educadores da primeira infância têm uma enorme carência de recursos, de trocar ideias, de se aprimorar. Essa é uma exceção um pouco para nós, do Instituto Gerdau, mas é um projeto que olhamos com muito carinho. O município entra com esse coordenador das mesas locais, disponibiliza uma sala, e os educadores são convidados ali a fazer trocas de experiências, e tem palestras, um comitê gestor local, do qual a sociedade civil participa. E essa ideia é de fortalecer e entregar. Esse projeto piloto foi fortemente conduzido pelo instituto e pela fundação, mas ele agora é absorvido pelos municípios e pelas comunidades locais, pensando nessa ideia de sustentabilidade. Ficamos bastante satisfeitos de ver que essas municipalidades estão realmente conduzindo, apropriando-se desses projetos em torno desse tema da primeira infância, que é tão relevante.

Ricardo Paes de Barros: Eu acho que a questão da gestão é uma das áreas em que o setor privado pode ajudar muito no desenvolvimento da política da primeira infância, tanto na parte de avaliação quanto na parte de gestão. A dificuldade é como adaptamos os conceitos de gestão privada para o setor público, mas o setor público tem uma deficiência enorme e uma necessidade gigante de apoio técnico, de como promover a gestão desses programas sociais.

Marcos Nisti: Acho que eu vou tratar de um outro lado da história que foi colocada aqui, e vou valorizar um pouquinho a história do simples, a história da intuição

e a história de um caminho um pouco mais seguindo o coração. Acho que todo mundo faz tudo com o coração aqui, mas é uma história que acho que dá outro lado que muita gente, inclusive vocês, deve vivenciar no dia a dia.

O Alana nasce em 1994, quando, por umas questões de testamento, de herança, etc, o meu cunhado Alfredo, que é um dos financiadores do instituto, chega para a minha esposa, a Ana Lucia, a outra financiadora do Instituto, – ela tinha 20 anos de idade na época – e diz assim “Olha, herdamos um terreno lá na Zona Leste, um terreno muito grande, vai ver como é que está lá”. É um terreno em São Miguel Paulista, bem longe, para lá de Guarulhos. Ela foi, chegou e não conseguiu localizar o terreno, porque ele estava totalmente invadido. Tinha mais de 20 mil famílias morando no terreno, e ela mal conseguiu identificar onde era a casa do caseiro, na época em que esse terreno era uma fazenda ou alguma coisa do gênero. Ai vem a primeira pergunta, que está presente em praticamente todos os nossos dias, até hoje: “O que eu faço agora?” Você tem uma área enorme, invadida, e com gente morando lá, gente em condições precárias. Já tinha se transformado em um lixão clandestino, e numa região que, parte dela, era de proteção ambiental. E a primeira resposta veio daí: “Eu tenho que fazer alguma coisa para honrar as pessoas que estão aí”. E, nesse “honrar as pessoas que estão aí” – a Ana Lucia era estudante de pedagogia na PUC –, o foco foi totalmente direcionado para a criança. E é essa a nossa missão do Instituto Alana hoje, que é honrar a criança.

A partir dessa história, dessas perguntas, do “O que eu faço agora?”, é que o Instituto Alana foi crescendo. Não tivemos uma tecnicidade de planejamento para os nossos rumos, e ainda não temos, e tentamos, dentro de um orçamento de aproximadamente uns R\$ 15 milhões por ano, responder a essa pergunta da melhor forma possível. Então o Alana nasce em 1994, com uma história de ação social, de fortalecimento de lideranças locais, preparo de lideranças comunitárias, e essa foi a nossa primeira experiência, mas sempre com o olhar focado, em: “Preciso começar a educação”. A educação começa dali a alguns anos, com a formação de uma creche e o atendimento de pessoas no turno pós-escola. Quando falamos de honrar a criança lá no começo, eu deixo bem claro que a nossa missão continua a mesma. Começamos com essa questão do desenvolvimento local, atuando diretamente, com o financiamento deles. Depois, logo em seguida, montamos essa creche, escola, etc. E algumas questões vão aparecendo no decorrer do tempo: Que tipo de preparo o nos-

so professor recebe? Que tipo de preparo o nosso diretor de escola pública recebe? Que tipo de informação essa criança recebe dentro de casa? Porque, hoje, a conversa dentro da casa não se restringe às crianças e à família. Você tem a mídia envolvida com essa história inteira, você tem a publicidade voltada para as crianças, você tem questões assim. E fomos trabalhando nesse caminho.

Hoje temos quatro grandes frentes, e, cronologicamente, o Alana se desenvolveu da seguinte maneira: começamos com a frente comunidade, com isso que aconteceu lá no Jardim Pantanal, na Zona Leste, e com a questão da educação, também. Saímos do Jardim Pantanal por volta de 2002, criamos um centro de formação de professores na Zona Leste. E, hoje, essa questão de educação que fazemos, além de ter esse centro físico de formação na Zona Leste, damos coaching para diretores de escolas públicas aqui na Zona Oeste de São Paulo. Já fizemos um coaching de primeiro nível, atendemos 18 escolas no ano passado. Durante esse ano e o ano que vem, renovamos com mais 18 escolas, e está dando um reforço para essas 18 que começaram agora, além de também fazer esse trabalho de coaching dentro das direções maiores da Secretária de Educação do Estado de São Paulo.

Em 2005, também começamos um questionamento sobre a publicidade voltada para crianças. A Ana vê uma criança apanhando lá no Jardim Pantanal, porque ela tinha provocado a mãe para comprar um brinquedo qualquer, brincou um dia com ele, jogou o brinquedo fora no outro e queria outro. A mãe tinha vendido todos os vales-refeições dela naquele mês para poder comprar aquele brinquedo, aborreceu-se, bateu na criança. E aí nasce, para nós, essa questão da relação da publicidade com a criança, e acho que é por esse assunto que somos mais conhecidos. Muita gente nos conhece só por esse lado, dessa briga que temos, e que começou como uma briga só nossa, e hoje é uma briga de muita gente, nessa questão da publicidade voltada para a criança. E essa é uma bandeira que carregamos fortemente. Acreditamos efetivamente que a publicidade voltada para a criança já é proibida no Brasil pelo Código de Defesa do Consumidor, só não é regulada, o juiz não sabe o que faz com essa informação. Mas o Código de Defesa do Consumidor, nos seus artigos 36 e 37, já diz claramente que a publicidade voltada para a criança é proibida.

Entramos com essa questão e, olhando o desenvolvimento e a proteção da criança, que hoje é o grande caminho do Alana, você tem um trabalho sério de advocacy que desenvolvemos, inclusive para aprovar os projetos de lei que regulam

essa história da publicidade voltada para a criança. E iniciaremos um projeto, no ano que vem, para reforçar o dispositivo constitucional da prioridade absoluta a que a criança brasileira tem direito. Hoje em dia, a rigor, para você construir uma ponte, em qualquer lugar do Brasil, a primeira pergunta que você tem que fazer é: "Como a criança atravessa essa ponte?" Porque a criança, constitucionalmente, aqui no Brasil, tem prioridade absoluta sobre qualquer outro tema, sobre qualquer outro assunto. E essa é uma briga que o Alana começa ano que vem também. Temos um projeto de preparo de agentes que protejam essa prioridade absoluta a que a criança já faz jus.

Também já iniciamos o Criança do Futuro, um projeto que entramos com um setor do Alana, que se chama Futuro, do qual participam empresas de impacto social, que é um assunto de que se fala muito hoje. O Alana investiu parte do seu fundo patrimonial numa carteira de empresas que têm essa vertente, que eles chamam de setor dois e meio hoje, que tem esse olhar não só do lucro, mas do impacto que ela causa no ambiente em que está inserida, ou no tipo de negócio que ela traz no seu objetivo social.

Dentro desse olhar, essas questões vão aparecendo para nós sempre com aquela pergunta "O que eu faço agora?". Temos algumas saídas, que são saídas ortodoxas, e outras que são saídas, até certo ponto, originais. Temos essa questão das parcerias como uma coisa forte também. Apoiamos várias ONGs que estão aí, mas com assuntos um pouquinho diferentes. Apoiamos fortemente o Instituto Brincante, que tem a questão da cultura brasileira na educação e traz esse assunto para a educação. É um assunto de que não é se fala, e o apoiamos e damos condição dele sobreviver até hoje.

Temos, hoje, também, a questão do brincar, que para nós, com relação a toda a parte cognitiva da criança, talvez seja a coisa, no olhar do Alana, mais importante. E a criança está brincando cada vez de uma maneira mais cinza, uma maneira cada vez menos criativa, e financiamos hoje um projeto, da Renata Meirelles, em que ela viaja o Brasil inteiro pesquisando brincadeiras. Isso virará um filme em 2014, porque o Alana acredita também que a questão do audiovisual é importantíssima. O Alana trabalha muito e financia filmes. E, em 2014, vamos ter um filme dessa viagem da Renata e do marido pelo Brasil inteiro, pesquisando brincadeiras de criança. Eles acabaram de sair do Xingu agora.

O Alana, também acreditando nessa questão do audiovisual, acabou de financiar um filme, que acabou de ser lançado, o "Muito Além do Peso", que trata efetivamente da questão da obesidade e do sobrepeso infantil, que é uma epidemia – 33% das crianças brasileiras estão com sobrepeso. Se 33% das crianças brasileiras estivessem com dengue, estaríamos todos de cabelo em pé aqui, mas não olhamos a questão da obesidade. O Alana patrocinou o filme, que está fazendo sucesso, está em 10 cidades, está acontecendo.

Enfim, eu quis dizer aqui que não sabemos quando o projeto acaba, não sabemos, de repente, por que começa, e ainda não conseguimos, o que talvez seja um problema comum de todas as pessoas que tenham fundações, nenhuma métrica de medir o nosso sucesso. Porque, para nós, passa por essa métrica saber quanto vale uma vida. E não temos essa resposta ainda.

Pergunta 1: Eu sou Ana Toni, trabalhei muitos anos na Fundação Ford, e fiquei muito instigada e muito inspirada pela contribuição de vocês três. Acho que a Beatriz falou muito claramente da importância, no caso da Pastoral, e da importância da parceria, principalmente pensando na sociedade civil. No painel de manhã, teve também uma pergunta sobre a relação dos filantropos com a sociedade civil, e a importância de ter uma sociedade civil robusta, seja uma Pastoral, seja um ISA, um SOS Mata Atlântica, um Greenpeace, um Idec, tantas organizações que conhecemos. E parece que há uma dificuldade ainda, de muitas fundações desenvolverem só os seus projetos e darem recursos para a sociedade civil. O que é que dificulta, para os filantropos, dar mais recursos em parceria com a sociedade civil, em vez de fazerem seus próprios projetos? O que poderia ser feito para que isso mude um pouco? Porque sabemos a importância de ter esses pilares na nossa sociedade. Então, o que os filantropos poderiam fazer?

Beatriz Gerdau Johannpeter: É uma responsabilidade responder essa pergunta, mas... Estou pensando se eu vou colocar o chapéu de Instituto Gerdau ou de membro do GIFE. Casualmente, lá no Censo GIFE, essa semana, também levantamos essa questão. Eu até fico em dúvida, também, do quanto esses institutos e fundações, no momento em que têm muito os seus projetos próprios, deixam de contribuir para o fortalecimento dessa sociedade civil, que eu acho que é importantíssimo. Tanto em

relação à primeira infância, de melhorar essa demanda, quanto na área da educação. No Todos Pela Educação, falamos muito de melhorar a demanda da sociedade civil. Agora, qual é a motivação? Eu acho que talvez seja um pouco a falta de confiabilidade. Talvez possamos ter um papel de estar acompanhando essas organizações. Nós temos muito esse DNA de qualidade. Então, como fazemos essa parceria? Eu acho que é esse tripé. Por mais que os institutos e fundações queiram fazer os seus projetos, eles devem considerar nos seus projetos essa parceria, contar com uma contrapartida pública e com o apoio da sociedade civil. Acho que essa é a fórmula para fortalecer, e não ficar em ações isoladas e independentes.

Ricardo Paes de Barros: Eu queria aproveitar e somar uma pergunta a isso, vista pelo lado do setor público. Um dos grandes desafios hoje para a política da primeira infância e da juventude, e de outras políticas também, é a integração. É, na verdade, em um espaço, num território, fazermos com que todas as políticas – seja do setor privado, seja do setor público (estadual, municipal e federal) – conversem de tal maneira que um jovem ou uma mãe rapidamente conheça tudo o que está disponível naquela área, e, às vezes até, você tem dificuldade com o calendário. No Rio de Janeiro, em várias favelas você tem isso, onde uma ONG, uma instituição termina o programa, e a outra começou outro programa em que os egressos de um seriam os naturais ingressantes no outro, só que ela começa o programa, em vez de uma semana depois, três semanas antes. Então, na verdade, os egressos desse programa ficam sem o que fazer, e ela acaba usando outros jovens de outra comunidade. Uma das coisas que precisamos em política pública é, na verdade, integrar todas as ações e coordenar esses calendários.

Marcos Nisti: Eu vou falar voltando àquela questão da experiência pessoal e do que vivemos lá no Alana. Eu acredito que isso aqui é novo, na realidade. Para a história da economia, para a história do país, o que vivemos aqui hoje, o que estamos vivendo aqui nessa sala é novo. Onde você tem uma série de filantropos no mesmo lugar se perguntando: “Como é que eu posso melhorar?”. Eu acho também que a relação das fundações e a relação das fundações familiares tende a abrir caminhos maiores para parcerias. Você tem aqui o exemplo típico da Maria Cecília Souto Vidigal, que trabalha fortemente com esse pilar; a Beatriz, com o Instituto Gerdau; eu, que estou

justamente nessa fase de cuidar do orçamento do ano que vem do instituto; e existe um espaço muito maior para parcerias. Essa é a realidade, e estamos acordando que esse é um caminho que deve ser seguido, e eu acredito que outras fundações vão pelo mesmo caminho também. Até aprendendo com a experiência que a Maria Cecília teve e nos trouxe com esse convívio que desenvolvemos com eles esse ano.

Com relação à questão do poder público, eu acho que as fundações e os institutos têm um grande poder de escutar e estarem dispostos a escutar, e de sermos possivelmente grandes interlocutores entre essa realidade, essa vontade, e o que está acontecendo. Eu tenho um exemplo bem interessante, que é essa questão dos coachings, que foi um programa piloto que o instituto bancou e fez coaching para 18 diretores de escolas públicas aqui na Zona Oeste de São Paulo. E os coaches ouviram o que os coaches sempre ouvem, as coisas mais profundas de quem tem a gestão de uma escola pública hoje, e não recebe nenhum preparo para isso. São preparos extremamente técnicos, mas as pessoas não têm um preparo de como motivar, de como gerir um conflito, ou seja, treinamentos que qualquer gestor que uma empresa média hoje tem. A escuta foi extremamente positiva, foi uma escuta aberta, franca, e o resumo dessa escuta – não individualizando as falas – levamos para a Secretaria, e algumas ações estão sendo feitas. Eu acredito que talvez as instituições, as fundações, seriam uma grande porta de escuta da ponta. Um dos assuntos até foi interessante. Colocamos como êxito do projeto, mas talvez as métricas mais convencionais não julguem assim, que, dos 18 diretores das escolas, seis pediram para sair. Muitas vezes, foi algo do tipo: “Caramba, você vai para ajudar e eu perco seis?”. Mas foram seis pessoas que estavam lá extremamente infelizes, desempenhando mal suas funções, que não podiam ser demitidas porque têm estabilidade, e elas mesmas falaram assim: “Cara, eu não nasci para isso, esse papel aqui, nessas condições, eu não consigo exercer”. Então, para nós, foi uma vitória, uma vitória que vem dessa escuta.

Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves: Nós, na Fundação, procuramos trabalhar em parceria com os municípios, com uma ONG local, com agentes, com poder público. Mas o desafio da morte das ONGs mais assistencialistas, ou da dificuldade delas de captar dinheiro, acho que é uma coisa que você vê aí e tem acontecido. Procuramos trabalhar muito em parceria e tentar disseminar o máximo possível as

coisas que fazemos de forma a trazer mais gente para essa discussão. Mas é um tema importante, e eu não sei como resolver.

Ricardo Paes de Barros: Eu gostaria só de ressaltar que, como vimos, esse é o primeiro Fórum, eu acho que vamos precisar de muitos fóruns, porque a questão é bastante complexa. Vimos a importância, as dificuldades, e as discussões sobre a importância da avaliação, a questão da gestão, a questão de em que medida as instituições privilegiam seus próprios projetos, em que medida as instituições dão apoio a outros projetos, em que medida a função do setor privado vai ser muito mais na área da gestão de conhecimento, em que medida o papel do setor privado vai ser muito mais no desenvolvimento de novas tecnologias. E se, no desenvolvimento de novas tecnologias, a função do setor privado é ser tecnologias futuristas, tecnologias que, na verdade, não podem hoje ser implantadas em grande escala, mas que inspiram outras tecnologias mais simples, que podem, sim, ser implantadas em grande escala. Mas é muito importante você ter sempre o desenvolvimento dessas tecnologias um pouco mais ousadas, que sirvam de inspiração. Da mesma maneira que na indústria automobilística são criados carros que não são vistos na rua todos os dias, mas que inspiram os carros que vemos todos os dias, na área social, nós também precisamos de tecnologias que inspirem as tecnologias que sejam utilizadas todos os dias.

E existe a questão, que eu tentei colocar aqui para vocês, da interação entre o setor privado e o setor público. Na prática, a necessidade de coordenação, essa experiência de ter impacto sobre os diretores das escolas, é fundamental, é dessa conexão lá no campo, entre os diversos programas, que você ganha eficiência. Na medida em que o professor da escola sabe o que está acontecendo com a criança num programa de esporte, isso pode explicar o bom ou o mau rendimento dela na escola, e vice-versa. Se o instrutor de esporte não tem conhecimento do que está acontecendo com a criança na escola, ele também não vai entender porque aquela criança, naquele dia, que tirou zero, está se comportando mal no esporte. Então, a interação e a troca de experiências, conhecimentos e informações sobre as crianças são fundamentais. Eu acho que as dificuldades e a necessidade de pensar e repensar o papel do setor privado nessa área social é enorme.

Agora, uma coisa que eu acho que fica clara é que esse papel, além de ser complexo, é extremamente dinâmico. Na sociedade brasileira de hoje, ele tem uma im-

portância e está ocupando certos espaços. Por exemplo, nós estamos falando aqui de várias tecnologias sociais desenvolvidas em instituições do terceiro setor. Dificilmente nós estaríamos falando sobre isso na área de agricultura familiar, porque simplesmente o Brasil tem a Embrapa, que desenvolve tantas coisas que seria difícil o setor privado estar nessa área. Na área da educação, nós não temos grandes instituições públicas desenvolvendo essas tecnologias. Daí o espaço enorme para o setor privado. Mas, na área, por exemplo, da assistência social, estamos desesperados por uma instituição que desenvolva tecnologias sociais. Então, o papel do setor privado vai ser muito dinâmico e vai depender também de onde o setor público se move.

EM CONVERSA COM ANA PAULA PADRÃO E VIVIANE SENNA

Participantes:

Ana Paula Padrão, jornalista

Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna

Ana Paula Padrão: Meu nome é Ana Paula Padrão, eu sou jornalista, conheço Viviane Senna já há alguns anos e estou aqui para mostrar para todos vocês coisas que ela conhece muito bem, coisas que eu acho que qualquer empreendedor social precisa saber – muitos de vocês certamente sabem, muitos de vocês não adivinham. O principal é, talvez, espalhar essa mensagem para fora destas paredes, porque o Brasil vai se transformar num país melhor quanto mais “vivianes sennas” tivermos. E eu não estou falando de vontade de fazer o bem – isso, todos nós temos. Também não estou falando de capacidade de gerar recursos – isso, muitos de nós temos. Estou falando de outra coisa: tanto a vontade de fazer o bem quanto a capacidade de geração de recursos são anexos do que deveria ser o principal em qualquer ação social: estratégia, planejamento, foco, resultado, medição de resultado. É isso que eu acho que é o principal no Instituto Ayrton Senna. E é claro que não começou desse jeito. Já conversamos muito sobre como começou. A minha grande curiosidade,

quando eu conheci a Viviane, era saber se essas duas coisas (o desejo de fazer o bem e a capacidade de gerar recursos através da imagem do Ayrton Senna) imediatamente trouxeram a ela o objetivo final e a estratégia para alcançá-lo. E ela me disse que não, que isso foi um processo de aprendizado. Então, eu queria começar por isso, porque esse é o começo da história.

Viviane Senna: Temos o maior prazer de estar aqui compartilhando experiências, que foi o que eu fiz logo que eu comecei o instituto. Eu não fui lá reinventar a roda – eu não sou fã de ficar reinventando roda, acho isso uma perda de tempo, perda de dinheiro, perda de tudo. Eu fui aprender com quem já estava fazendo, para errar menos, para tentar errar menos – errar sempre erramos, e muito, mas pelo menos se tenta reduzir. Uma das primeiras pessoas que eu procurei foi o Marcos Kisil, que hoje dirige o IDIS, e estava na época à frente da Kellogg. Aprendi muito com ele, aprendi muito durante esse trajeto. É esse o objetivo de hoje: compartilharmos essas aprendizagens com quem está começando, especialmente, também a errar menos, a gastar menos tempo batendo a cabeça, a fazer outros erros – é bom variar erros, ganhamos mais quando variamos.

Acho que o começo foi exatamente com essa questão da boa intenção, de querer fazer alguma coisa pelo país, porque, ao parar num farol, ao ver um jornal na televisão, sempre nos deparamos com uma questão que incomoda profundamente: tanta gente não dando certo, em um país com tantos potenciais, e a gente jogando no lixo uma grande parte desses potenciais de diversas formas. Eu ficava muito incomodada com isso, o próprio Ayrton ficava. E nós ficávamos pensando o que podíamos fazer para ajudar nessa direção. O Instituto começou com isso, e com o recurso que representava a imagem do Ayrton. Fui procurar trabalhar dentro dessa perspectiva e logo comecei fazendo o que tinha presente naquele momento, o que se fazia de melhor. Em vez de fazer um projeto próprio, uma escola própria, uma creche própria, ou um hospital, decidi apoiar quem fazia, para que fizesse melhor, com esses recursos disponíveis da imagem do Ayrton. Eu recebia muitos projetos, e ficávamos muito tempo selecionando para escolher alguns. Começamos dando apoio a vários projetos. Estávamos atendendo cerca de 30, 40 mil crianças já no segundo ano. Eu via que as crianças estavam sendo atendidas, que estavam tendo oportunidades. Desenvolvíamos, junto com o aporte financeiro, o aporte técnico também, porque grande

parte das organizações não tinha qualidade técnica para fazer aquilo que tinham se proposto a fazer. Então logo descobrimos isso, e começamos a aportar tecnicamente condições. Isso eu aprendi com o Marcos: não adiantava o dinheiro sozinho, porque, na época, há 20 anos, tínhamos grande parte das pessoas trabalhando na boa intenção mesmo, mas sem capacidades gerenciais e técnicas necessárias.

Mas eu ia visitar os projetos e voltava muito aflita. Lá eram atendidas 500 crianças, em outros 200 ou 600. Mas o que eu me perguntava na volta era: "Essas aí vão ter oportunidade, mas e as outras? E todas que não estão aqui? O que se faz com essas outras todas?". Aquilo me dava um incômodo muito grande. As pessoas diziam: "Ah, Viviane, mas você também! Isso aí é problema do governo, isso aí alguém tem que fazer também. Isso é problema de Deus, você está fazendo a sua parte". Mas tudo aquilo não respondia àquele incômodo. Na verdade, nesse momento, eu estava dando de encontro com uma questão que eu sequer sabia nomear, que era a questão da escala. Estávamos atendendo muitas crianças já, dentro do padrão existente: 40 mil crianças no segundo ano de atuação, até que era bastante. Mas 40 mil crianças e nada é praticamente a mesma coisa para o desafio do país. Se estamos entendendo como horizonte o país, a causa do país, 40 mil crianças não eram nada, e era isso que eu estava sentindo e não sabia nomear.

Ana Paula Padrão: Como é que você entendeu que isso era escala? Como você chegou a esse processo de angústia pessoal, do seu questionamento de dizer: "Eu estou atendendo 40 mil, mas nesse lugar eu tenho 600 e, depois que elas se formarem, haverá outras 600, e outras 600, eu não vou estar lá, o projeto talvez não exista mais". Como é que você entendeu que essa angústia era a escala, e conseguiu fazer um modelo de gestão que fosse replicável e que lhe desse essa escala?

Viviane Senna: Foi primeiro achar a pergunta, Ana.

Ana Paula Padrão: Ou seja, se você não achar a pergunta correta, você nunca vai achar a resposta correta?

Viviane Senna: Exatamente. Eu acho muito importante sermos capazes de fazer as perguntas certas, porque, se não, você não vai encontrar respostas. O que foi o

mérito ali? Foi fazer a pergunta: "Gente, como é que eu saio do varejo e vou para o atacado?". Porque foi isso que eu percebi: que eu estava fazendo varejo, fazendo artesanato social. Atendia 3 mil aqui, 5 mil ali, 200 lá... Legal, mas isso resolve o problema do país? Não. Resolve o problema da minha consciência, mas não do país. Se eu estou querendo ajudar o problema do país, eu tenho que ter coerência entre objetivo e o que eu estou fazendo. Isso se chama pensamento estratégico. E, dentro dele, ter a capacidade de fazer perguntas – e as perguntas certas. Quando eu fiz a pergunta: "Como é que eu, sendo uma ONG, posso fazer escala sem virar governo?", "Como é que uma empresa pode fazer?". Eu percebi que o problema era de larga escala, não adiantava atender três dúzias – isso é uma lógica artesanal, artesanato social, e o Brasil tem um problema de larga escala para resolver. Não são meia dúzia de pessoas que estão fora das oportunidades, é a grande maioria. Eu gosto de mostrar uma imagem de satélite do Rio, alguns aqui conhecem, provavelmente. Mostra dois bairros do Rio – Gávea e Rocinha, dois bairros conhecidos, vizinhos (só tem uma rua de diferença entre os dois). Quando você atravessa a rua, não atravessa a rua de um bairro para o outro, atravessa a rua e muda de país. Porque se você medir o IDH da Gávea, você tem o IDH idêntico ao do Canadá. Se medir o da Rocinha, você tem o mesmo da Argélia. Isso significa dez vezes menos renda, 20 vezes menos educação e dez anos, em média, de vida a menos. Simplesmente porque você mora do lado de lá da calçada. É isso que significa viver no Brasil-Canadá e no Brasil-Argélia: temos uma população no Brasil que mora no Brasil-Canadá, e uma que mora no Brasil-Argélia, Senegal. O grande desafio é fazer todas as pessoas do Brasil morarem no mesmo país, de preferência no Brasil-Canadá. Isso significa uma tarefa de larga escala, porque a maioria não mora no Brasil-Suíça, Bélgica, Canadá, a grande maioria mora nesses outros países. Eu me dei conta disso: construíamos para poucos, para nós mesmos, para meia dúzia de pessoas. A grande parte estava de fora, e essa era a grande tarefa que o Brasil precisava desenvolver. Nós precisamos desenvolver gente, e precisamos desenvolver gente em grande escala. O varejo não dá conta desse desafio. Essa é a fotografia do Brasil. E, para essa fotografia, você tem que desenhar estratégias compatíveis. A estratégia de artesanato social não dá conta dessa fotografia. Ela dá conta de uma consciência, de uma boa vontade, de uma boa intenção. Ela não dá conta de mudar a fotografia. Foi aí que eu descobri que a resposta era larga escala. E fui construir a resposta de como fazer larga escala sendo uma ONG.

Ana Paula Padrão: Você vai me contar essa história de como construiu a escala com o seu modelo, que é replicável, que funciona e é de larga escala. Mas eu queria continuar nesse ponto, porque o que estamos dizendo aqui, a partir da sua experiência, é uma coisa muito dura de ouvir. O que estamos dizendo aqui é que boa vontade em ajudar uma creche, um hospital, resolve o seu problema, a sua culpa atávica, e a sua relação com o seu vizinho, a sua relação com a sua crença. Mas não resolve o problema do país e, definitivamente, não resolve o problema das outras pessoas. "Artesanato social" é uma expressão bastante forte. Eu sei que é muito duro dizer isso. O que você faz é trazer o modelo do setor privado, de administração de empresa, com meta, com resultado, com cobrança de resultado, para o setor social, que é um setor cercado da embalagem da boa vontade e do romantismo. Isso é duro de ouvir para quem faz a ajuda social e que está tranquilo porque acha que está dando alguma coisa para outro que precisa muito. Não funciona, porque não é larga escala. É isso?

Viviane Senna: Tudo o que é feito para ajudar é superimportante e tem um enorme mérito. O problema é o seu objetivo real. Se você quer ajudar o país, você tem que montar uma estratégia capaz de ajudar o país na escala que tem aquele problema. Se você quer ajudar meia dúzia de pessoas, bárbaro. Não há nenhum problema em fazer isso, desde que você entenda aquilo que está querendo fazer. É isso que você está querendo fazer? Ótimo.

Agora, se você pretende ajudar o país, você tem que ter uma coerência entre o que você fala e o que você faz, porque senão não se juntam as peças. A boa intenção é linha de largada, mas não é linha de chegada. O fazer é, outra vez, linha de largada, mas não é linha de chegada. Porque as pessoas confundem o fazer com resultados. "O que você faz?" "Ah, eu faço projeto social". Mas, escuta, a criança sarou? A criança aprendeu? Com o idoso aconteceu "x, y, z"? Se é na área de saúde, mudou o indicador? É isso que temos que nos perguntar, porque simplesmente fazer a atividade... É igual a professor. Costuma falar isto: "Ah, eu dou aula". Agora, a pergunta é: a criança aprendeu? Ótimo. Se a criança não aprendeu, você perdeu o seu tempo. Você deu aula, mas não fez nada. Porque isso, dar aula, é processo. E processo deveria estar ligado a resultados. Deveria, mas não está. No Brasil, não está. No terceiro setor, essa lógica também está muito presente. Então, eu vou lá

e faço o projeto de colocar a criança no esporte ou na arte, ou nisso ou naquilo. Aonde você pretendia chegar com isso? Essa criança deveria ter atingido que grau de competência, que competências são essas que você queria instalar na criança? Quais eram as habilidades-padrão e coisas que elas deveria ter aprendido? Você estabeleceu isso? Você conseguiu isso? Você conseguiu 10%, 20%, 100%?

Colocar a criança para bater bola, desenhar no papel é pouco, é ocupar o tempo da criança para ela não ficar na rua. Isso é muito legal, mas é muito pouco. Você não faria isso com o seu filho. Você não daria para ele uma educação para ele simplesmente sair da rua, para não correr risco. Mas, com filho de pobre, fazemos isso. Eu ouvi muitas vezes organizações com que trabalhamos, no começo, dizer: "Estamos tirando a criança da rua, assim ela não corre risco". Mas ela ficava o dia inteiro desenhando ali. Isso não desenvolve competências na criança, nem vai dar a ela condição de ser bem-sucedida na vida, como o seu filho. Não temos que dar isso para a criança, temos que dar a ela o melhor – aliás, para elas temos que dar o dobro, porque elas estão com um gap imenso.

Você tem que ter muito claro aonde quer chegar, para estabelecer um processo para chegar lá. A boa intenção não é o suficiente. Confundir processos com resultados é outra coisa que não podemos fazer. Porque eu digo que a questão da eficiência é absolutamente fundamental. É uma coisa imprescindível na área social.

Eu gosto de um exemplo muito simples, que é: se uma criança tinha oito anos quando o Lula começou, ela tinha 16 quando ele terminou os dois mandatos. O que essa criança recebeu ou deixou de receber nesses oito anos foi absolutamente definitivo para a vida dela. Dificilmente uma pessoa com 16 anos vai receber oportunidade ou vai conseguir mudar de vida. São raras as exceções, tipo Marina Silva e outros, mas a regra é que uma pessoa que não recebeu oportunidade até essa idade, dificilmente vai sair daquilo em que ela já estava. Então, você fazer uma ação eficiente com essa criança é muito mais do que gastar bem ou mal o seu dinheiro, o meu dinheiro, o dinheiro do seu parceiro. É destinar uma pessoa e é gastar o tempo de vida dessa pessoa. Esse tempo não volta mais, nunca mais. O problema da eficiência é que é a vida do outro que está em jogo. Não temos o direito de não ser eficientes. Esse é o problema.

Ana Paula Padrão: A eficiência, então, é uma questão ética?

Viviane Senna: Para mim, a eficiência é uma questão ética. A eficiência de recursos, a eficiência de resultados, resumidamente, é uma questão ética. Você pode ter o direito de jogar o seu dinheiro fora, mas de jogar a vida da criança você não tem o direito. Então, ou faz e faz bem feito, com resultado, ou não faz. Se você fica ocupando espaço, não deixa essa criança ter outra oportunidade de acesso. Você precisa ser eficiente.

Ana Paula Padrão: Quando você pensou em escala, quem você procurou, quem ajudou a transformar a sua angústia numa pergunta correta, achar a resposta correta e transformar isso num planejamento de longo prazo, num modelo de gestão que funcionasse em larga escala?

Viviane Senna: Naquela época, eu fui atrás de respostas, mas a verdade é que não tinha a pergunta. Então, não conseguia achar pessoas que me ajudassem a responder, porque sequer tinha a pergunta. Batemos a cabeça, um, dois anos, até ir formulando uma resposta. Eu acho que acabamos usando um pouco o modelo da minha própria área de formação, e da área de saúde em geral, para responder essa pergunta. O Jung e o Freud atenderam meia dúzia de pacientes – quer dizer, meia dúzia, não, mas duas, três, dez, 20 dúzias de pacientes. E, a partir dessa experiência clínica, que é varejo, eles extraíram um suco, vamos dizer assim, e criaram uma teoria, criaram uma escola de pensamento. Com essa escola de pensamento, é que eles conseguem "atender" milhares de pacientes no mundo. Ou seja, saindo de um varejo, indo para um atacado, no sentido de uma escola de pensamento, uma maneira de tratar o assunto. O setor farmacêutico faz a mesma coisa: tem um vírus que está atacando a população, eles pesquisam o "bicho", desenvolvem uma vacina ou um remédio que ataca esse "bicho" onde ele estiver nos atacando. Ao desenvolver essa fórmula, isso vira depois uma vacina, um remédio, que pode ser distribuído em larga escala.

O que eu fiz com o instituto foi entender que nós tínhamos problemas de larga escala, como repetência, má qualidade de ensino, analfabetismo, "n" sintomas, e eu o transformei numa espécie de centro de atendimento, em um laboratório de pesquisa e desenvolvimento de soluções, vacinas e remédios. Soluções educacionais que pudessem ser aplicadas em qualquer lugar que manifestasse aquele desafio. É como se criássemos vacinas mesmo, remédios, que têm um conjunto de componen-

tes ativos capazes de desmontar aquele problema e prover o desenvolvimento necessário a que aquela criança deveria ter acesso. É o grande problema do Brasil: não damos oportunidade de desenvolvimento dos talentos potenciais que as crianças têm. Poucas crianças no país têm, a maioria não tem acesso a essas oportunidades como nós tivemos. Essa mudança foi uma mudança de paradigma, uma mudança de estrutura no instituto. Na verdade, as pessoas nos entendem, isso é uma coisa muito importante, como uma ONG que atende crianças. De fato, atendemos 2 milhões de crianças por ano, mas isso é só a camada externa, a parte mais visível. De fato, não atendemos 2 milhões de crianças por ano, porque não temos escola, não temos hospital, não temos nada. Trabalhamos com escolas públicas em 1.500 municípios. Na verdade, o que fazemos é formar as pessoas que trabalham com essas crianças, para que elas façam o que deveriam fazer e não fazem. Essas crianças não aprendiam e acabavam fracassando. Mais do que uma organização de atendimento, somos uma organização de formação de pessoas. Nós formamos mais de 70 mil educadores por ano, mais do que todas as faculdades de pedagogia do país. E, se pensarmos bem, para formar pessoas, você precisa construir conhecimento. Então, na verdade, mais do que ser uma instituição de atendimento, e mais do que ser uma instituição de formação, como uma universidade ou um centro de formação, somos um centro de produção de conhecimento. Esse centro produz conhecimento com o qual são formadas pessoas que passam a atender as pessoas de maneira eficiente. E fazemos a avaliação de tudo. Mais de 90% das crianças aprendem, passam a aprender.

Ana Paula Padrão: É sempre um problema de gestão? Você diz: "Nós somos uma fábrica de conhecimento, esse conhecimento é aplicado na formação de pessoas que vão formar crianças". Estamos sempre falando de modelos de gestão que podem ser replicados e que lhe dão um resultado que você consegue conferir. Você pode me dizer agora: "O meu modelo de gestão funciona em x% dos casos?"

Viviane Senna: Isso. São dois componentes, sempre: o conteúdo de aprendizagem e o conteúdo de gestão. A nossa produção de conhecimento é sempre nas duas áreas. O grande problema do setor público – pode ser na educação ou na saúde – é gestão. Não temos esses temas públicos com a cultura de gestão focada em resultados, em metas, em indicadores. Quando existem esses elementos, as pessoas, normalmente,

não sabem ler esses números e, depois, quando sabem, não sabem tomar decisões gerenciais em cima dos números. Então, há toda uma lógica que precisa ser instalada. Uma cultura mesmo de gestão, que é presente no setor privado, é o dia a dia da empresa, senão ela fecha, mas não é o dia a dia do setor público. Toda construção de conhecimento envolve processo de gestão, esse é o grande gargalo do nosso país.

Ana Paula Padrão: Como é que você se aproxima do setor público e faz criar consciência de eficiência e de resultado? Eu pergunto isso porque você trabalha não com os seus funcionários lidando com as crianças na escola pública: você trabalha com funcionários públicos trabalhando com crianças no setor público. Ou seja, você não é chefe deles, não é a fonte pagadora deles, não tem nenhuma ingerência, digamos, efetiva como chefe, como patroa. Então, depende da vontade política do gerente de plantão, digamos assim, naquele estado ou naquele município. E depende daqueles funcionários públicos abraçarem esse modelo que você apresenta para eles como definitivo, como eficiente, como um modelo que, se eles cumprirem e replicarem a partir dali, dará o resultado positivo. E essa é uma angústia de qualquer um que faz investimento social, que está na área social. Uma é a escala, sobre a qual falamos agora a pouco; e a outra é a relação com o governo, seja ele em que nível for. Como é que você lida com isso, como é que você convence, como é que você administra essas pessoas?

Viviane Senna: Eu acho que temos uma mudança grande em curso no setor público. Antigamente, tinha-se uma percepção muito pequena ainda do setor público da eficiência. Hoje, isso já começa a ser uma requisição e uma busca do setor. Você vê governadores muito jovens com esse tipo de visão, em busca disso – obviamente dentro de um sistema que não opera, em grande parte, dessa forma, mas você vê já movimentos nesse sentido. É comum um governador, um prefeito, buscar coisas nessa direção. Buscar, por exemplo, o instituto, dizendo: "Olha, estou com tal problema, eu gostaria de trabalhar para podermos superar isso". O que fazemos é trabalhar junto. Nós nunca impomos nada, porque não temos esse direito e nem é o papel, nem deveria ser o papel de ninguém, ao contrário. Vamos em uma posição de suporte, de apoio, para aquela tarefa que tem que se fazer. Começa com o diagnóstico, em que o próprio gestor vai tomar pé do desafio que tem. Por incrível

que pareça, quando começamos a fazer o diagnóstico juntos e pedimos dados, os dados vêm do próprio estado, do próprio município, e, quando você monta o desenho com eles, eles se surpreendem como os números – embora os números sejam deles. Quando você olha junto os números, começa a ver os imensos gargalos, desafios, e a pessoa se surpreende. Aí você pode, então, começar a traçar um plano de voo em que: “Nós estamos aqui e queremos chegar lá, eu quero que o meu estado chegue aqui. Temos que fazer um plano de trás para frente, para atacar esse problema e aquele, nesse prazo, nessas condições”. Aí, traça esse plano junto e implanta junto. Obviamente, não é tão linear e fácil desse jeito, porque as mudanças políticas acontecem. Às vezes, o secretário que estava no começo muda. Mas a essência é que, quando o próprio gestor público percebe claramente desafios bem posicionados, mobiliza uma atitude de ir trabalhar junto e ir buscar resultados. Você consegue, não no ritmo que nós gostaríamos, mas dentro de um ritmo possível para esses entes públicos.

Ana Paula Padrão: Quer dizer, a primeira coisa que você faz é recolher os números, avaliá-los de maneira profissional, com base em um modelo que você tem, e apresentá-los. Pelo que eu estou entendendo, a primeira iniciativa é tocar aquele gestor com algo que está por trás dos números dele: “Olha, isso aqui são números”, você pode ter uma eficiência de x crianças formadas na 1ª série, na 2ª, na 8ª etc. Mas, quando você mostra a realidade por trás daquilo que pode até parecer um sucesso, mostra para ele o quanto você vê de buraco, você toca essa pessoa. Então, a primeira coisa não é dizer: “Olha, está tudo errado”, e sim: “Você pode ter um número que até pode ser bom, mas isso aqui não vai dar certo em x anos...”. É tocá-lo, é isso?

Viviane Senna: Raciocinar junto com ele, estrategicamente, sobre a área que está sob a responsabilidade dele, para que possa avançar na direção que precisa, que a própria requisição dele já trazia.

Ana Paula Padrão: Em geral, quanto tempo você precisa para mudar a realidade de um município, ou de um estado, com relação ao efetivo aprendizado de crianças do 1º ao 9º ano.

Viviane Senna: Isso depende do tipo de problema existente, do gestor de plantão, das outras pessoas envolvidas. É muito variado. Normalmente, um problema estrutural poderia ser resolvido em oito anos, seis a oito anos, no estado. O que acontece é que muitas variáveis políticas entram no meio do caminho. Você tem eleições a cada quatro anos, na verdade, a cada dois anos (a cada quatro de governador e prefeito, intercalado). Quando entra um novo gestor, ele demora alguns meses até achar a cadeira. Depois que achou a cadeira, vai começar a pensar estrategicamente, mas aí já foi um ano. Efetivamente, quando chega ao último ano, ele já está envolvido em eleição de novo. Então, efetivamente, você trabalha dois anos dentro de cada quatro, e ainda tem a intercalação das eleições municipais, que também entram nesse calendário. Há estados, por exemplo, não vou dar nome, que, em seis anos, já tiveram oito secretários de educação. É uma coisa toda picada, com vai e vem, por conta de movimentos políticos. Num estado do Sudeste, por exemplo, tínhamos acabado de capacitar todos os diretores da rede, mudou o governador e, embora fosse do mesmo partido do anterior, tirou todos os diretores. Nós tivemos que capacitar todo mundo de novo, logo depois. Esses processos acabam interferindo muito nos resultados, nos prazos. Lugares que poderiam ter resultados mais rápidos acabam tendo resultados menos rápidos. Tem cidades em que estamos trabalhando há dez anos, que saíram de uma situação muito ruim e hoje estão superbem. Outras não, porque houve problemas desse tipo. Então, depende de cada caso.

Ana Paula Padrão: Mas acontece também de você conseguir deixar uma herança? De você estar presente durante tanto tempo que aquilo vire uma cultura de gestão daquele lugar? Ou seja, os educadores começam a fazer pressão para que aquele quadro não mude, para que, mesmo substituídos, a cultura seja mais forte que o indivíduo e se perpetue?

Viviane Senna: Tem, com certeza. Em Pernambuco, por exemplo, temos uma ação já há alguns anos que é muito eficiente. As crianças da Bahia atravessavam para Pernambuco todo dia para ter aula – tem o rio São Francisco no meio. As crianças andavam três, quatro horas, da Bahia para Pernambuco, atravessavam o rio em um barco e iam para lá. Porque lá as crianças aprendiam, as famílias ficavam sabendo e faziam isso. É engraçado acontecer esse tipo de coisa.

Sobral foi uma das primeiras cidades em que trabalhamos – há, sei lá, 15 anos. Lá, 98% das crianças eram atrasadas dois, três, quatro anos. Em São Paulo, dependendo do lugar, a taxa de defasagem é de 30%, 20%, 7%. Em Sobral, era 98%. Eu lembro porque eu mesma selecionei dez municípios para poder começar uma dessas vacinas, que é o Acelera – que pega crianças atrasadas muitos anos em repetência (é o comum no Brasil, levar dois, três anos para fazer cada série) e recupera de dois a quatro anos em um ano só. Lá, praticamente 100% das crianças estavam muito atrasadas. Começamos o trabalho e percebemos que o problema é que as crianças estavam analfabetas. Além de estar há vários anos na escola, a criança estava analfabeta. A escola sequer conseguia alfabetizar.

Então, criamos um programa para, primeiro, alfabetizar, e depois acelerar as crianças. Isso foi lá e em vários outros municípios. Descobrimos, em seguida, que o buraco era mais embaixo. Começávamos a alfabetizar e começávamos a acelerar, resolvíamos esse passivo, só que o município repunha imediatamente as crianças. Conforme você ia tirando aquele passivo, você acelerava, você alfabetizava. Mas, daqui a pouco, tinha um montão de crianças, tudo de novo. Era como se estivéssemos enxugando gelo. Limpávamos o chão, daqui a pouco já tinha água, porque a torneira ainda estava aberta. A torneira da produção ainda continuava aberta, produzindo mais criança analfabeta que, por sua vez, repetia, e ia ficando defasada. Então, acabamos percebendo que o buraco era mais embaixo, que precisava alfabetizar na primeira série, para poder não repetir, para poder não defasar.

Esse foco em alfabetização na 1ª série, há 18, 15 anos, era quase criminoso. Naquela época, para vocês terem uma ideia, era proibido falar em alfabetização no Brasil, era malvisto. Porque tinha uma linha, em voga na época, que era assim: "A criança vai se alfabetizar sozinha, no seu ritmo." Uma linha construtivista que dizia que as crianças tinham que ser respeitadas no seu ritmo de aprendizagem. Elas iam aprender sozinhas, nem que fosse na 4ª série, na 5ª, na 8ª. E, obviamente, essas crianças não aprendiam nem na 1ª, nem na 2ª, nem na 8ª, elas ficavam analfabetas, porque vêm de famílias pobres e os pais são analfabetos. Não é a mesma coisa que o seu filho, que até poderia se alfabetizar sozinho. Enfim, o resumo da ópera é que, apesar de ser malvisto, falamos: "Tem que alfabetizar, não pode ficar deixando." Todos os professores diziam: "Olha, você está atravessando, você está impondo um ritmo para a criança". Eu ficava pensando: "Só se for na cabeça dessa pessoa, porque para o filho

dela, ela não vai ficar esperando até a 4ª série para que ele aprenda sozinho, no ritmo dele." Isso que eu acho engraçado: com o filho próprio não se faz isso, mas com filho de pobre faz. Eu fico louca da vida.

Até hoje, não se podia falar em prova de alfabetização na 2ª série. Ainda é uma briga dentro de certos órgãos, porque eles dizem que a criança vai ficar traumatizada se passar por uma prova de alfabetização na 2ª série. Eu falo assim: "Sabe o que vai fazer ficar traumatizada? Se ela ficar analfabeta até a 4ª série, ou a vida inteira – isso sim vai traumatizá-la, não é passar por uma prova." Mas tem sempre os defensores das crianças que só as prejudicam, essa que é a verdade.

Ana Paula Padrão: Sobre esse ritmo de gestão em educação. Você deve ter sofrido muita crítica. Como é que você enfrentava isso? Do ponto de vista pessoal, é um negócio complexo, difícil? E ainda é muito difícil, na área social, falar de produtividade, como você fala no setor privado: "Você tem que ter resultado e tem que medir, e eles têm que aparecer efetivamente"?

Viviane Senna: Hoje já é mais fácil, porque esse discurso começou a fazer mais parte do setor público na área de educação. Mas ainda é malvisto. Para muito sindicato, se você fala sobre isso, fala, por exemplo, em remuneração por mérito, você é quase o diabo encarnado. Avaliação? Não pode falar a palavra "avaliação". "Não, imagina, você tem que respeitar o ritmo da criança, a autonomia do professor, você não pode ter algo estruturado, isso tira a autonomia do professor." Mas os professores estão malformados, eles não sabem o que fazer com as crianças. Você precisa ajudá-los, ensiná-los a fazer, porque as faculdades formam mal os nossos professores, formam para fazer pesquisa, não para dar aula. É uma formação superteórica, academicista, totalmente desvinculada da sala de aula, que é colocada como uma coisa em segundo plano.

Mas, voltando para a alfabetização, instalamos uma cultura de foco em resultado, metas, alfabetização na 1ª série, e isso começou a fazer parte da cultura da cidade, e depois do Estado do Ceará, que criou um programa para o estado todo com esse foco. As pessoas que eram de Sobral passaram a ser do governo do estado, e levaram essa cultura para o governo do estado. E essa cultura serve de modelo para o governo federal. Atualmente lançaram o programa Alfabetização na Idade Certa,

há cerca de um mês. É uma política para a 1ª série, para o país todo, que agora passa a ser uma aspiração e uma proposta de país pela primeira vez. E, há anos atrás, não se podia falar nisso. Isso é legado, a partir de resultados concretos. As pessoas viram: "Nossa, a criança parou de repetir, parou de defasar, parou de abandonar o estudo, por quê?". Porque está fazendo tudo certinho, desde o começo.

Ana Paula Padrão: Ou seja, hoje, 18 anos depois, aquela pergunta que você se fez lá no início: "Qual é o meu objetivo, aonde eu quero chegar, eu quero mudar o país?", você está vendo agora que tem resultado. Você respondeu a sua pergunta e está, efetivamente, apesar de todos os percalços e das dificuldades, conseguiu o seu objetivo. Você chegou lá.

Viviane Senna: Chegar lá eu acho que nunca chegamos. Em um país como o Brasil, onde tudo é necessário, eu acho que tudo que fazemos é muito pouco. É muito pouco, é muito aquém de tudo que o país precisa. Mas eu acho que temos que perceber se a direção está certa. Porque, se você faz as perguntas certas, você vai achar a resposta certa. E você vai e permanece, e persevera nisso, porque é uma guerra de todo dia, uma luta todos os dias. Dá muito trabalho, é muito mais difícil do que simplesmente fazer coisas. Fazer coisas com resultado é muito penoso, exige um esforço imenso – a minha equipe trabalha 10, 12 horas por dia, eu junto. É muito esforço. Mas, quando você sabe que está na direção certa, mesmo que não tenha chegado lá, pelo menos sabe que está dando um passo naquela direção. E eu acho que isso é a coisa importante. O duro é fazer um esforço gigante e estar virado para o lado errado. Acho que o importante é termos claro aonde queremos chegar exatamente, e podermos avaliar o tempo todo se isso que estamos pensando é compatível com aquilo que estamos fazendo. Isso implica ter clareza de metas, ter avaliação, ter monitoramento, ter processo de gestão tão precisos quanto temos em uma empresa. Porque isso é o pressuposto em qualquer empresa. Ninguém pergunta se tem que ter isso, mas não pensamos assim quando é na área social. Quando dou palestra para empresários (isso é tão lógico na cabeça deles), eu falo assim: "Gente, vocês não podem deixar de ser empresários quando entram para a área social. Se você está falando que você quer ajudar o país, então tem que adequar o discurso à prática. Se você quer ajudar uma creche, é bárbaro,

é fantástico. Mas entenda qual é o tipo de contribuição que você está dando e não dê uma dimensão que não existe."

Eu queria deixar claro aqui isso: toda ajuda, cada pessoa que é salva, não tem preço. Eu só questiono quando confundimos uma coisa com outra. Nós precisamos saber exatamente o que nós queremos fazer e não deixar de pensar que, para fazer isso, é preciso ter estratégia. Não adiantam boas intenções, não adianta fazer coisas. Não adianta. Fazer coisas é uma perda de tempo se você não sabe exatamente aonde você quer chegar com aquilo. É uma perda de tempo seu, que você pode perder, mas você não tem o direito de perder o tempo de quem você está pretendendo ajudar. É isso que é o problema, o "X" da questão. Por isso precisamos ter claro qual é o nosso objetivo e como vamos chegar lá.

Ana Paula Padrão: Viviane, parabéns. Pelo trabalho, pela audácia de, 20 anos atrás, por ter pensado nisso quando era muito difícil falar desse tipo de modelo de gestão no Brasil, e pela generosidade de dividir isso com essa plateia hoje.

SESSÃO PARALELA

O PAPEL DA FILANTROPIA NA CIÊNCIA E NA PESQUISA

Participantes:

Antonio Coutinho, diretor do Instituto Gulbenkian de Ciência

Helio Nogueira da Cruz, vice-reitor da Universidade de São Paulo (USP)

Miguel Nicolelis, presidente da Associação Alberto Santos Dumont para Apoio à Pesquisa

Moderador:

Hélio Campos Mello, jornalista e diretor da Revista Brasileiros

Hélio Campos Mello: Algumas boas notícias. De 1992 para cá, a distribuição de renda no Brasil melhorou. O índice de Gini, que mede a diferença de riquezas entre os mais ricos e o mais pobres, era de 0,64 em 1992, começou a cair e chegou a 0,54 em 2009. Quanto mais próximo de 1, pior fica a coisa, maior o abismo entre ricos e pobres. Parece pouco, mas, em 1992, a diferença que tínhamos com os Estados Unidos era de 0,19; em 2009, caiu para 0,07. Então, é uma boa notícia. Mais uma boa

notícia: em 1990, os 10% mais ricos do país ganhavam 78 vezes mais dinheiro do que os 10% mais pobres. A diferença caiu agora para 40 vezes. É muito, é vergonhoso, mas quase empata com os números dos Estados Unidos. Em 1991, a mortalidade infantil era de 45,14 por mil; caiu para 22,47 em 2009. Das nossas crianças com idade entre 5 e 9 anos, em 1991, 3,7% trabalhavam. Já em 2009, 0,7%. Na faixa dos 10 aos 14 anos, 20,4% trabalhavam. Em 2009, baixou para 6,9%. Escola básica: em 1991, 23,5% das crianças com 7 a 10 anos de idade estavam longe da escola. Em 2009, passou para 2%. Ensino superior: de 1998 a 2008, dobrou a porcentagem de jovens na faixa dos 18 aos 24 na universidade. Foi de 6,9% para 13,9%. A renda subiu de R\$ 799 para mil cento e pouco, entre 1993 e 2009. Bom, são boas notícias, mas vamos para uma má notícia.

Apesar de termos passado da 15ª economia, em 1990, para a sexta, sétima, hoje, nosso gasto com pesquisa e desenvolvimento como porcentagem do PIB nem consta no livrinho de economia da The Economist. A lista só vai até o 25º lugar, que é ocupado pela República Tcheca, e tem Israel na ponta, Estados Unidos em 8º, Suécia em 2º, Finlândia em 3º, Japão em 4º, Coreia em 5º etc. Bem, essa é uma péssima notícia. Como sabemos da importância fundamental que a pesquisa tem no desenvolvimento da sociedade como instrumento econômico e gerador de tecnologia, abrimos este nosso debate para ver o que podemos fazer para chegar perto disso.

Antonio Coutinho: Hoje em dia, na Europa pelo menos, todos os políticos de tout le bord, como diriam os franceses, estão convencidos disto: a ciência e a tecnologia são absolutamente necessárias para a inovação. A inovação é de base tecnológica, toda a tecnologia hoje é de base científica, e, portanto, a ciência – a pesquisa científica, como se diz no Brasil – é o motor do desenvolvimento socioeconômico. Mas é pouco, a meu ver, porque a ciência é uma escola de valores. Como sabem, a ciência e a democracia apareceram pela primeira vez na humanidade, no mesmo lugar, no mesmo tempo. Não é por acaso, não foi por acaso. A ciência é o pilar da democracia, por cultivar valores de dúvida, valores de debate, valores de tolerância, todos esses valores que me parecem muito fundamentais na sociedade moderna, que está muito cheia de fundamentalismos de toda ordem. Mas isso é apenas um pequeno polimento àquilo que nosso moderador acabou de dizer em relação ao valor econômico da ciência.

O que eu tenho para dizer da experiência do investimento na ciência e da manei-

ra como foi feita na Fundação Gulbenkian nos últimos 15 anos resume-se a dizer que as duas magníficas palestras que ouvimos hoje, na abertura, tinham razão. Ou seja, se uma instituição privada, uma fundação filantrópica como a Fundação Gulbenkian, pensa estrategicamente, a longo prazo, se escolhe um objetivo definido e preciso, se mantém o seu foco, sobretudo se, com o pouco que tem, arranja maneiras de fazer muito, então funciona. Portanto, os dois painéis da manhã tinham absoluta razão. E eu vou lhes dizer como é que foi feito, e acrescentar mais uma ou duas coisas que não foram ditas de manhã, mas que me parecem importantes.

A Fundação Gulbenkian tem quatro fins estatutários: as artes, a ciência, a educação e as charities. Durante muitos anos, todos os anos da ditadura, foi uma espécie de instituição que substituiu o Estado nos deveres do Estado, porque um Estado demasiado fraco e um Estado envolvido em guerras coloniais não podia desempenhar. A certa altura, o investimento da Fundação Gulbenkian na ciência era de 40% do investimento total no país. Hoje, já desde há 15 anos, representa 0,4%. Então a questão é o que podemos fazer de relevante com 0,4%. Eu estava fora de Portugal nessa altura – eu estive fora de Portugal uns 30 anos a trabalhar em outras instituições na Europa, todos nós aprendemos com a vida –, mas, olhando para a situação, estudando o assunto, a situação portuguesa, chegamos à conclusão de que o país precisava, naquela altura, no princípio dos anos 1990, de lideranças na ciência e na tecnologia. Não havia. Havia uma universidade envelhecida, uma universidade muito hierarquizada, que tinha deixado de fazer ciência de ponta há muitos anos, e que era incapaz de gerar essas lideranças. Por outro lado, havia uma situação muito semelhante ao Estado do Brasil atual. Havia um programa de governo, um investimento público muito forte na formação de cientistas novos, jovens doutorados, dentro do país, mas, sobretudo, fora do país. Uma espécie de “Ciência sem Fronteiras”, que vocês têm aqui agora. Mas o grande problema era que o investimento era deitado à rua (não sei se vocês usam a expressão aqui, similar a “dinheiro jogado fora”), porque as pessoas iam para onde lhes parecia melhor, e porque as lideranças universitárias não tinham suficiente qualidade para se orientarem para as melhores instituições do mundo, e para as melhores pessoas do mundo. Então, o que é que nós podíamos fazer com pouco?

Tínhamos de inventar um novo processo de formar doutores, um novo esquema de formação de doutorado, em que os alunos entram direto no doutoramento. En-

tram, sobretudo, com um ano em que se aprende tudo que é importante em biologia. E podemos vir buscar as melhores cabeças em qualquer área. Esta é uma experiência prática de ter formado num ano pessoas que conhecem bem biologia, e que antes tinham se licenciado em arquitetura, economia e até em direito. Portanto, é fácil. A biologia moderna atingiu um nível de maturidade que é fácil aprender tudo num ano. E isto permite que, depois desse ano, os alunos escolham o que querem fazer, e não desaproveitamos a capacidade criativa dessas cabecinhas jovens, que são as mais criativas de todas. Depois mandamos aos melhores lugares do mundo. Foi o que se fez. Depois, era preciso trazê-los de volta ao país. Foi o que se fez. Foi reformar o Instituto Gulbenkian de Ciências, de maneira que se pudesse apostar nos jovens, dar-lhes total autonomia, muitas vezes total autonomia ao acabar o doutoramento, dar-lhes o dinheiro e total autonomia. E eles inventam. Inventam muitas vezes. Inventam moda, outras vezes, inventam coisas muito boas.

Os resultados são mais ou menos claros, porque já temos suficiente experiência para poder perceber. Primeiro, a questão do fazer muito com pouco. Esse primeiro programa de doutorado começou em 1993, custou mais ou menos 7,6 milhões de euros. Desses 7,6 milhões, a Fundação só pôs 10%, cerca de 700 mil euros, durante os sete anos. Formamos 100 doutores nos melhores lugares do mundo. Desses, setenta e poucos voltaram ao país. Dos que voltaram, todos são líderes atualmente. Quarenta e não sei quantos são professores universitários, três são diretores de institutos. Mas, sobretudo, esses que voltaram ao país nos últimos anos atraíram para Portugal já 5,2 vezes mais do que o dinheiro total utilizado para educá-los – não só de grants europeias e americanas, mas também investimento direto nas start ups que eles começaram. Ou seja, educação funciona. Tem retorno. Com muito pouco da Fundação, foi só juntar o enquadramento e juntar a noção de excelência e de liderança nos programas, criar um espírito de grupo muito forte, um espírito de corpo que perdura, como é evidente, junto ao dinheiro público.

Hoje de manhã, o professor Giannetti dizia que é mal estar dependente do investimento público, porque não é constante. A ciência não tem esse problema, porque as decisões da ciência nunca são decisões políticas. O financiamento da ciência hoje é aberto, internacional, onde se vai buscar o dinheiro para os melhores, e, portanto, não tem flutuações. Mesmo que façamos apelos ao dinheiro público, não estamos dependentes de decisões políticas se as lideranças são suficientemente boas.

Desde que o instituto foi renovado, há uns 13 anos, e aberto exclusivamente a esses jovens, evidentemente foi preciso esvaziá-lo primeiro. Ou seja, quem lá estava teve que ir embora. Evidentemente, é a flexibilidade de uma instituição privada que permite fazer isso. Isso seria totalmente impossível em uma universidade, em Portugal pelo menos, e, provavelmente, no Brasil também. Mas quem estava foi-se embora, o Instituto ficou vazio, e era preciso instalar condições para que esses jovens pudessem fazer bem e fossem competitivos exatamente naquela altura da sua carreira, em que ainda ninguém acreditava neles. Essa possibilidade de oferecer autonomia aos jovens muito cedo evidentemente envolve riscos, mas, como ouvimos hoje de manhã também, riscos são para serem assumidos pelas fundações privadas. Não é pelo dinheiro público. E, portanto, risco é bom. Esses jovens revelaram-se extraordinariamente competitivos. O instituto não quer guardar os jovens que forma, os jovens que transforma em líderes. Nós estamos ao serviço do país, estamos ao serviço de todos, e, portanto, o que fazemos é incubá-los até serem líderes e pô-los na rua imediatamente. E é por isso que desde o princípio nos diziam que a nossa estratégia era suicida. E eu dizia sempre "Não, é uma estratégia de uma fundação privada". Nós não estamos aqui para ficar mais fortes, estamos aqui para que todas as outras instituições do país fiquem fortes. E, portanto, era preciso identificar, formar, apoiar, encubar os melhores, e, tendo-os identificado, tendo-os trazidos para sua própria instituição, pô-los na rua outra vez, porque são os melhores. Não é suicida para a instituição, porque há novos que vêm o tempo todo. Para lhes dar um exemplo breve: nós, durante esses últimos dez anos, instalamos oitenta e tantos grupos de pesquisa com esses jovens, mas já exportamos 46 para outras universidades públicas de Portugal, mas também para instituições privadas, como a Fundação Champalimaud, em Lisboa. Ainda agora, enquanto estamos a falar, um desses jovens que nós incubamos no instituto e exportamos para a Fundação Champalimaud foi o Rui Costa, que acabou de receber um prêmio extraordinário, um prêmio muito bom. E, como ele, os outros oitenta e tantos que estamos tendo no quadro.

Para lhes dar um número certo. Em Portugal, as ciências biomédicas recebem só por volta de 13% do dinheiro público distribuído para ciência e tecnologia. Portugal tem sido governado por engenheiros. Ou seja, a maior parte do dinheiro vai para as engenharias, para essas coisas. Há uns anos, na Europa, apareceu uma nova instituição que distribui dinheiro para os melhores só, muito competitiva, que se chama

European Research Council. Os portugueses trabalhando em Portugal só ganharam 18 dessas bolsas; 11 foram para as ciências biomédicas. Ou seja, 75% do total veio para as ciências biomédicas, apesar de o investimento público estar só a 13%. Alguma coisa aconteceu para as ciências biomédicas ficarem boas e ficarem melhor que todas as outras. O que é que foi? Vamos ver. Desses 11 das biomédicas que ganharam, dez tinham passado pelo Instituto Gulbenkian. Por isso que eu dizia, se usarmos os critérios que hoje de manhã nos foram apresentados, a coisa funciona. Agora, é preciso pensar estrategicamente, a longo prazo, ter foco, ser muito accountable. Nós tivemos o Boston Consulting Group fazendo auditorias regulares não só nas finanças, mas também no impacto do que estamos fazendo, e foi assim que conseguimos ter dois anos consecutivos distinguidos por estar entres as melhores instituições do mundo para pós-doutorado.

Acho que há uma outra função muito importante para as fundações – sobretudo para as mais antigas, como a Fundação Gulbenkian – que adquiriram respeitabilidade e prestígio nacional e internacional: serem os tais canais, que hoje de manhã até se dizia que muitas vezes não existem, canais confiáveis para os privados que querem dar dinheiro para alguma coisa. A falta de credibilidade de alguns desses canais muitas vezes é limitante na filantropia. As instituições confiáveis têm essa possibilidade. Nós estamos começando a fazer fundraising para um programa do mesmo esquema, um programa de doutorado que aposta nos jovens, mas agora nos países africanos de língua portuguesa. Não há praticamente fundação de doutorado nesses países, e estamos propondo dinheiro. E o fato de pertencermos à Fundação Gulbenkian dá-nos uma vantagem extraordinária, porque é uma Fundação confiável.

Miguel Nicolelis: Agora eu vou falar não como cientista morando fora do Brasil, mas como presidente de uma OSCIP chamada Associação Alberto Santos Dummont para Apoio à Pesquisa, que foi criada há nove anos aqui no Brasil.

Sou ex-aluno da USP. Eu cheguei de volta depois de 15 anos de exílio voluntário nos Estados Unidos com uma proposta de trazer um modelo novo de fazer ciência no Brasil. Um modelo de fazer ciência como um agente de transformação social. Exatamente o contraponto do que nós ouvimos. O Brasil hoje investe 1,16% do PIB em ciência e, ao contrário da maioria dos países que lideram os rankings de investimento científico, a vasta maioria desse dinheiro é público. O investimento privado

em ciência é muito pequeno no Brasil, contracenando, por exemplo, com os Estados Unidos, Japão, Finlândia e outros países que lideram hoje o ranking de investimentos. Os Estados Unidos, por exemplo, investem US\$ 150 bilhões de recursos públicos e três vezes mais de recursos privados, totalizando um orçamento de... Ninguém sabe, porque tem o orçamento secreto do Pentágono, mas é por volta de US\$ 500, US\$ 600 bilhões por ano. Isso é mais ou menos quase 100 vezes o que formalmente investimos em ciência no Brasil.

Ocorre que a ciência no Brasil é feita em entidades públicas, a vasta maioria. Quando nós chegamos aqui, conhecendo exemplos como a Fundação Gulbenkian e outras fundações pelo mundo afora, tentamos trazer para o Brasil a ideia de uma entidade privada, sem fins lucrativos, investindo em ciência como agente de transformação social. O que isso significa? Investir num dos pilares essenciais da formação científica, que não é contemplado normalmente num país como o nosso, que é a educação. E, para nós, a educação de alto nível, a educação protagonista, a educação que faz a criança realmente atingir o seu linear de felicidade. O que, na minha opinião, deveria ser o objeto central de qualquer sistema educacional no mundo – porque o ser humano feliz e capacitado intelectualmente galga novos patamares que influenciam não só a própria vida, como a da sua comunidade, do seu entorno. Nós quisemos fazer um projeto de educação verdadeiramente impactante e real, e, para isso, nós escolhemos uma região do Brasil que tinha pouca tradição científica e os piores índices de desenvolvimento humano, que é a região Nordeste, particularmente a periferia da cidade de Natal, a cidade de Macaíba, Rio Grande do Norte.

Para nós, neurocientistas, educação para valer começa no útero da mãe, porque é no útero da mãe que o cérebro desse nosso estudante está sendo formado. Se lá não houver todas as condições ideais, adequadas e apropriadas para que essa criança desenvolva seu potencial neurobiológico ótimo, pode esquecer, porque nada do que você fizer pós-parto vai recuperar o trauma gerado intraútero por qualquer um de todos os fatores que, nós conhecemos muito, impactam o desenvolvimento cerebral. Isso é mais do que conhecido, mais do que bem mapeado.

Nós começamos o Instituto Internacional de Neurociências chamado Edmund e Lily Safra, que foi uma primeira ação filantrópica privada de grande porte, aliás, uma das maiores de história do Brasil, que nos permitiu dar esse nome da família Safra, principalmente da senhora Lily Safra e do seu ex-marido. Nós começamos criando

o Instituto de Neurociências cercado por uma ação social, que começa num centro de saúde materno-infantil, onde hoje 12 mil consultas de pré-natal são feitas, de tal maneira que as nossas crianças nasçam com o potencial neurobiológico para poder almejar qualquer aventura intelectual, inclusive (não é obrigatório de forma alguma) a científica. E, ao lado dessa iniciativa de pré-natal, nós estabelecemos um programa educacional científico no contraturno da escola pública do ensino elementar, para mil crianças dessa região, dos 10 aos 15 anos, das piores escolas. Segundo o Ideb do Ministério da Educação, o Rio Grande do Norte, na época, era ranqueado como último dos estados brasileiros (ainda é o penúltimo ou último, junto com Alagoas e a Bahia). Nós fomos às piores escolas do Brasil, pegamos as crianças que eram os untouchables brasileiros. Todo mundo aqui que é brasileiro sabe do que eu estou falando. Ninguém verbaliza que isso exista no Brasil, ninguém põe na mídia, ninguém escreve sobre os untouchables, mas eles existem. Crianças que eram consideradas totalmente irrecuperáveis para o sistema educacional aos 9 anos de idade, 10 anos de idade. Nós pegamos essas crianças no contraturno da escola pública para estudar em escolas de educação científica. São na realidade duas escolas, 600 crianças em uma e 400 na outra, com laboratórios de educação científica onde a criança aprende a fazer ciência da maneira como eu faço ciência: fazendo ciência. E foi uma explosão.

Basicamente, essas crianças saíram de um patamar educacional terrível e começaram a se destacar não só localmente, estadualmente e, agora, nacionalmente (porque estão não só entrando na universidade pública, mas competindo em olimpíadas de robótica, olimpíadas científicas). E nós já temos os primeiros 22 meninos desse programa de cinco anos que estão indo trabalhar no nosso instituto de neurociências. Eles têm potencial para serem cientistas antes de entrar no ensino médio. É claro, não tem dúvida nenhuma: esses meninos já fazem o que eu faço em casa. Isolam neurônio, escutam célula, enfim, estão trabalhando conosco.

A grande novidade gerencial que nós trouxemos para o Brasil foi, no começo, muito mal recebida, porque houve uma resistência muito grande da comunidade acadêmica brasileira, que achava que você trazer um modelo diferente do que existia no Brasil era um anátema, era um pecado mortal. É que nós íamos aceitar contribuições privadas, além de fazer parcerias específicas com o poder público federal. Foi o que nós fizemos. Começamos a desenvolver programas nos quais as pessoas físicas, jurídicas, morando no Brasil ou fora do Brasil, poderiam contribuir, e nós levantamos

recursos. Inicialmente, dois terços deles privados, e apenas um terço de projetos públicos federais (essa relação está meio a meio hoje, depois de dez anos). Nós começamos a interagir com filantropos, porque eles existem. É um grupo pequeno. De cada 100 visitas que eu fiz pelo mundo, provavelmente duas funcionaram. Mas fizemos 600 visitas, 800 visitas, e nós fomos encontrando pessoas que têm dentro de si o interesse de entender uma missão a longo prazo e investir no Brasil de uma maneira diferente.

A primeira grande filantropa foi a senhora Lily Safra, que, em troca do nome de nossa instituição, nos ajudou com um granting inicial que nos permitiu estabelecer toda essa infraestrutura. E nós tivemos vários outros. Durante um período, o Hospital Sírio-Libanês nos ajudou. Mais recentemente, o hospital Sabará é o nosso parceiro estratégico na clínica materno-infantil – no último ano, tem nos ajudado totalmente a manter essa clínica. E não só isso. Começamos a criar cientistas também dentro do nosso instituto, e a competir com grants, acredite se quiser, do mercado europeu, do mercado americano. Conseguimos quatro grants gigantescos que nos permitem agora realizar pesquisa no Brasil. Para cada dólar público que o Brasil investiu no nosso instituto, nós estamos trazendo dois dólares privados para fazer pesquisa.

Eu vou terminar só contando um caso rapidinho que nós estamos tentando nesse instante. Diferentemente de Portugal (estamos muito atrás de Portugal nesse sentido), para você criar um programa de alto nível de pós-graduação numa entidade privada no Brasil é uma via-crúcis. Não é fácil. Temos um processo há vários anos andando, que vai ser resolvido de um jeito ou de outro, nos próximos meses, na Capes, para criar um curso de pós-graduação de neuroengenharia, uma das áreas que eu ajudei, de certa maneira, a criar. E sempre recebemos as propostas de volta, falando assim: "Vocês têm dez doutores trabalhando com vocês, mas são muito jovens, você tem poucos alunos de orientação". Aí eu respondo: "Bom, se eles não começarem a orientar agora, eles vão começar a orientar quando? Quando eles tiverem 50, 60?". Na realidade, essa é a grande dificuldade, é a dificuldade de o Brasil entender que existem modelos alternativos de fazer ciência. Só para dar uma ideia, antes de os Estados Unidos criarem a National Science Foundation, nos anos 1930, com o Roosevelt, a maior financiadora de pesquisa dos Estados Unidos era o Carnegie Fund, da família Carnegie – privado, totalmente privado. Todo cientista americano que ganhou o Prêmio Nobel até os anos 30 tinha grants da Fundação Carnegie. Não existia

uma coisa federal que financiasse a pesquisa americana. Só com o crescimento dessa Fundação é que foi possível.

Agora, qual é o nosso problema, também? O cientista jovem brasileiro, que está começando a sair da fralda, não tem o apoio necessário, no Brasil, para realmente se transformar num entrepreneur, num cara que vai fazer ciência como se fosse um micronegócio, que vai atrás do que é necessário para o seu laboratório ser uma padaria da esquina que produz ciência, inovação e impacto social. Essa semana, eu voltei à USP – já que nós estamos aqui com o vice-reitor, eu não posso perder a oportunidade. Fui às quatro unidades onde eu me graduei: o Instituto de Química, o Instituto de Biologia, o ICB e a Faculdade de Medicina. Falei com 100 pesquisadores pós-graduandos, alunos de graduação e pós-doutorado. Eu os coloquei num auditório e fiz uma pergunta para todos eles: "O que você quer fazer?" Só falei isso. Eu fui um por um. Não teve nenhuma exceção em todos esses institutos. "Eu quero fazer doutorado, mestrado e fazer um concurso público." "Eu quero fazer concurso público." Esperei, esperei horas e horas. Não ouvi uma resposta como: "Eu quero descobrir a parte da proteína que interage com o DNA e que vai salvar a humanidade do câncer", ou "Eu quero achar a supernova que explodiu na galáxia de Andrômeda e que pode impactar"... Ninguém falou do que faz, do que quer fazer, da paixão pela ciência, daquilo que nasceu no Renascimento italiano, que é essa busca por uma coisa que ninguém jamais viu, que ninguém jamais pesquisou. Isso tem de ser posto de novo na cabeça de nossos jovens, porque eles estão sendo massacrados nas nossas universidades. Eles chegam cheios de paixão, chegam cheios de desejo de serem cientistas. Encontram uma massa burocrática e uma hierarquia burocrática que estão tirando deles o essencial, que é o sonho, a paixão de ser cientista. Porque ninguém vai ser cientista para ganhar dinheiro, para ter recompensas pessoais, nada disso. Você vai lá perseguindo algo que em algum lugar da sua infância você aprendeu, que é o que faz o seu relógio girar. Então, isso aí é essencial. Sem isso, com filantropia, sem filantropia, com apoio público, nós não vamos para lugar nenhum.

Hélio Nogueira da Cruz: Eu estava tentando saber que camisa eu ia usar. Eu participo do conselho curador da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, aqui presente, do IDIS. Mas no papel está dizendo aqui que eu sou vice-reitor. Então vou usar três camisas e falar da relação que está no título, o papel da filantropia na ciência e

na tecnologia. Claro, nós temos um reitor da USP aqui presente na sala, também não poderia deixar de reconhecer isso.

A produção de ciência e tecnologia reveste-se de características de bem público. Não é algo que o setor privado pode fazer em toda sua extensão. Quando a filantropia substitui o Estado, colabora nas atividades de desenvolvimento científico, tecnológico, tem um papel extraordinariamente relevante. Às vezes, há certo aparente conflito entre o avanço da ciência e cuidar imediatamente dos nossos carentes. Eu acho que esse desafio é sempre presente.

Eu acho que é um falso conflito, mas nós temos que ir cuidando dele, ir encontrando estratégias que não vão tanto para um lado, tanto para o outro, para poder ambicionar mais.

O que eu quero explorar mais aqui é a capacidade que existe no gerenciamento dos fundos para ciência e tecnologia, por exemplo. Basicamente, nós vivemos um modelo – eu posso falar pela Universidade de São Paulo – em que professores e alunos apresentam os projetos, um conjunto de pares avalia os projetos, e, se tem recursos, nós, com uma certa priorização, vamos atendendo esses projetos. É assim que trabalha a FAPESP, é assim que trabalham os fundos em geral no país. É difícil a competição. O Brasil desenvolveu um complexo elaborado, sobretudo de ciência, mas também um pouco de tecnologia. Nós estamos falando de milhares de pessoas buscando recursos constantemente para financiar suas atividades. É difícil direcionar esses recursos. Os pares são necessariamente um tanto corporativos, quer dizer, o que eles conhecem, eles tendem a valorizar mais, falar que está bom. Não tem um critério muito claro para a sociedade como um todo, indicando para onde vamos. Isso não quer dizer que não haja completamente uma política.

Na verdade, a história longa mostra que, em determinados momentos, houve, no Brasil, pressão social para resolver o problema do café, e se desenvolveu um instituto agrônomo em Campinas pesquisando o café. Então, de alguma forma, há um direcionamento. Problemas muito imediatos, crises, significam também mecanismos de focalização, uma palavra que apareceu aqui hoje. Temos de resolver o problema de energia – há o Proálcool. A FAPESP e os órgãos de direcionamento podem fazer programas especiais que ajudam a direcionar os projetos, mas, ainda assim, com toda a liberdade acadêmica – que é a essência da universidade, e, no nosso caso, universidade pública –, é um grande acordo de fazer propostas e selecioná-las. Imaginem se um reitor falaria: "Vai para cá a

pesquisa" ou "Deixem de ir para lá os recursos". Na verdade, o processo é descentralizado em boa parte, assim como é descentralizado o processo de professores, as áreas que vão se desenvolver. Isso lembra, talvez, para alguns, um modelo de Adam Smith, um modelo liberal: deixa todo mundo competir, inclusive na ciência, e aqueles mais empresariais terão mais sucesso. Essa ideia está presente de certa forma. Deixe os acadêmicos empresários buscarem recursos na FAPESP, nos órgãos públicos. Até aí, a história vai bem.

A diferença fundamental (e eu sou economista, tenho de lembrar isso agora) é que, no setor empresarial, quando você tem uma boa ideia e ela dá certo, você tem lucros, e os lucros financiam a sua expansão de atividades. No mundo acadêmico, pelo contrário, se você tem um grande sucesso, pode novamente pedir recursos para um próximo projeto. Não tem o mecanismo de financiamento automático que existe no sistema, vamos dizer, de mercado capitalista, que orienta as decisões de investimento. Aquele que vai bem tem recursos para expandir as suas atividades, e, se não estiver dando certo, quebra e então não se desperdiça recursos dessa forma. Transportar esse mundo para o mundo acadêmico, onde não há um mecanismo de lucros e perdas, vamos dizer assim, é difícil. Não imaginem que o mundo da academia não seja competitivo. É extremamente competitivo. Nós temos uma geração de colegas – estou falando, sobretudo, da USP, do Estado de São Paulo, mas é do Brasil –, uma boa inserção internacional, um bom avanço científico, e temos de lidar, como foi dito aqui antes, com competição por recursos públicos.

Onde podem entrar as fundações, a filantropia privada? Eu acredito que elas podem ter, nem sempre têm, mecanismos de focalização próprios que podem ser muito efetivos. Se, por exemplo – perdoem falar de um nome, mas está aqui presente –, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal falar: "Vamos apoiar um projeto na área de criança até uma certa idade", projetos de difusão e avanço de conhecimento, com a parceria do setor privado, do setor educacional, da FAPESP, da universidade, ela ajuda a orientar os esforços que estão disponíveis. Eu acredito na capacidade multiplicadora desses investimentos. É uma espécie de seed money que busca parceiros, forma talentos e pode ter resultados muito significativos.

Gostaria de lembrar que, frequentemente, fala-se que se faz muito pouco de filantropia no Brasil. Isso, grosseiramente, é verdade. Mas, se lembrarmos histórias mais longas, eu não posso deixar de lembrar a ESALQ. Luiz de Queiroz doou aquilo. É filantropia. Doou um prédio, uma fazenda, para fazer uma universidade,

uma faculdade. Isso há dois séculos, acredito. Já faz bastante tempo. E há casos pontuais, às vezes não revestidos da mesma história de filantropia. Nós tivemos nossos heróis nacionais, sim. Se vocês forem à USP de Piracicaba e não fizerem a devida referência a Luiz de Queiroz, vocês vão ser lembrados. Ali existe uma consciência forte de uma decisão antiga, forte e continuada. Eu acho muito importante essa experiência, porque ela teve um efeito multiplicador histórico extremamente generoso, e é um modelo que está aí. Se procurarmos um pouco mais, há muitos outros exemplos. A família Mindlin doou uma biblioteca para a USP, com o maior interesse cívico, social, de desenvolvimento da cultura. Então, nós temos experiências desse tipo, como temos experiências (o IDIS sabe muito disso) numa dimensão não tão científica, mas de atendimento social. Dizer que nós começamos do zero, que só há barreiras, é um equívoco. Nós fazemos mais, e, às vezes, não reconhecemos adequadamente no todo. É claro que tem muito mais para fazer.

Nós temos lacunas quando comparamos filantropia no Brasil com a internacional. Não temos uma legislação adequada para isso. Quer dizer, o caso Mindlin, por exemplo, tinha de pagar Imposto de Renda para fazer a doação da sua biblioteca. Uma aberração completa. Isso chegou ao presidente Fernando Henrique Cardoso, e não bastou para resolver esse tema naquele momento. Existem barreiras dessa ordem. Conversando com alguns advogados amigos meus, eles falavam: "É, não tem essa legislação, mas nós damos o dinheiro diretamente para financiar a pesquisa da FAPESP, as universidades". Eu acho que poderia fazer as duas coisas. Sabemos de uma iniciativa hoje em curso para uma legislação que apoie Fundações Federais. Tem um grupo de gente trabalhando nessa direção. Então, tem um longo caminho pela frente para o desenvolvimento.

Sou otimista com os jovens do Brasil. Eu não vejo um quadro tão desesperador sobre eles. Talvez a minha amostra seja muito enviesada, trabalhando na Universidade de São Paulo boa parte do tempo, mas eu vejo gerações cada vez melhores. Meus alunos são cada vez melhores, muito superiores aos alunos da minha geração, seguramente. Quer dizer, tem um grande número de pessoas evoluindo significativamente.

Mas eu não poderia deixar de falar aqui de uma espécie de conflito. A universidade pública federal e estadual está sendo chamada a ter cotas que sejam de 50% de caráter, vamos dizer, social. Como conciliar o avanço do conhecimento com a justiça social? O tema é nosso, é permanente, nós vamos ter de equacioná-lo.

Hélio Campos Mello: Miguel, fale um pouco da importância da ciência para o desenvolvimento do país.

Miguel Nicoletis: A ciência é uma questão de soberania nacional. A prática da ciência no mundo de hoje, do desenvolvimento tecnológico e, eu acredito, da ciência como transformação social, é uma questão de soberania nacional. Porque este é um mundo onde os processos e as tecnologias que decidem o futuro da nossa economia, o futuro da democracia e também o futuro das nossas relações sociais que estão sendo operacionalizados por tecnologias e processos que a maioria da sociedade não sabe como funcionam, não sabe de onde vêm, não sabem como são desenvolvidos. O nível de educação científica da nossa sociedade é muito baixo. Como nós vamos ser chamados a tomar decisões muito importantes no futuro – sobre políticas climáticas, políticas alimentares, políticas de recursos hídricos, políticas genéticas, políticas envolvendo qual é a identidade do ser humano, até onde nós podemos ir, células-tronco, uma série de outras decisões fundamentais que exigem um sistema democrático forte e um conhecimento científico mínimo da sociedade –, a prática da ciência é essencial para as economias e para as políticas públicas que vão ser decididas no futuro para a democracia. Eu acredito piamente nisso. Alguém sabe aqui como funciona a máquina com que votamos? Muito poucas pessoas sabem da máquina eletrônica e do sistema de contagem de votos digital. Eu poderia criar políticas de conspiração maravilhosas, e ninguém conseguiria refutá-las, porque a tecnologia conta nossos votos muito bem no Brasil, é um exemplo. Então, a discussão da política tem de ocupar um patamar um pouquinho diferente, principalmente em um país como o nosso, onde ela pode ter um efeito multiplicador na nossa economia, mudar o perfil econômico e mudar nosso perfil social.

Eu só queria, antes de terminar, falar que agora eu notei que a foto do simpósio é a foto da nossa escola: dois meninos da periferia da cidade de Macaíba aprendendo sobre astronomia numa aula de sistema solar.

Hélio Campos Mello: Como vocês veem a pesquisa na área de cultura como agente de transformação social?

Hélio Nogueira da Cruz: Uma universidade como a nossa costuma falar que tem três atividades importantes: ensino, pesquisa e seus desdobramentos pela sociedade. A palavra cultura não aparece com esse destaque nessa colocação da grande missão da universidade. Mas o processo de desenvolvimento cultural, de evolução da cultura, é também pesquisa – quer dizer, esses dois mundos não se afastam. Em algumas áreas do conhecimento, intitulam-se “os cientistas”, e talvez não incluam as humanidades quando falam de “os cientistas”. Na verdade, há definições da ciência que falam de avanço do conhecimento e não há razão alguma para excluir a área de humanidades. Então, o avanço cultural faz parte do desenvolvimento da sociedade como um todo. Seria de todo impensável a evolução da sociedade sem os avanços científicos lá da época de Newton em diante, sobretudo. Mas, se esta não estivesse preparada pelos gregos para a democracia, talvez o capitalismo não chegasse aonde chegou, e nós não tivéssemos o desenvolvimento que nós tivemos. Talvez o mais notável exemplo histórico de longo prazo tenha sido a China, que teve um extraordinário desenvolvimento até lá pelos séculos 7º, 8º, e, por razões políticas, fechou-se e retrocedeu historicamente nos próprios termos. O avanço do conhecimento, da democracia, da cultura, faz parte do grande avanço que uma universidade procura desenvolver.

Nós temos projetos de pesquisa em que as atividades culturais, as atividades de ensino, fazem parte do mesmo conjunto de atividades.

Antonio Coutinho: Na Fundação – que tem muita coisa na área dita cultural, de humanidades, que pertence às artes, aos museus, à música – o nosso esforço tem sido de fazer as pessoas refletirem. A ciência é hoje um fator, um componente essencial de cultura. Não era há 20 anos, não era há 30 anos. E o problema é aquele que o Miguel acabou de dizer. Nós vamos ser chamados a decidir democraticamente problemas fundamentais para a sociedade que têm uma base estritamente tecnológica. Se estamos ignorantes, como é que podemos decidir corretamente? É impossível.

Voltando a falar da relação da democracia com o conhecimento. Thomas Jefferson, que é o pai de uma democracia, diz num texto muito bonito que, se achamos em algum momento que o povo não tem conhecimento – discretion, como ele diz – para poder decidir, está muito errado tirar-lhe esse poder de decidir. O que é necessário é

dar ao povo esse conhecimento para poder decidir corretamente. A cultura de hoje tem muita coisa de decisão que é baseada na ciência e na tecnologia. E é isso que a Fundação Gulbenkian tem buscado.

O vice-reitor disse, e eu estou totalmente de acordo, que acredita que o dinheiro da filantropia pode ser multiplicado nessas ações da ciência. Eu não só acredito. Tenho a certeza, pois nós demonstramos isso. O instituto, a cada euro que a Fundação Gulbenkian lá põe, traz mais quatro de fora. Portanto, multiplicamos essa coisa por cinco: um vai a cinco. Eu acho que os filantropos têm de ter essa noção muito clara de fazer as contas. E, se não investir em qualquer ação que não lhes dê esse return, então é melhor mudar a pessoa que está decidindo sobre em que investir.

A Fundação Gulbenkian teve esse impacto que todo mundo conhece – os políticos, os jornalistas, os indivíduos em Portugal –, de ter mudado o país na área biomédica com 5 milhões de euros por ano. Em 15 anos, muda-se o país. E eu acho que o Miguel tem razão de que o Brasil está nessa altura, nesse momento, em que, com um bocadinho, pode fazer muito. Acho que é absolutamente fundamental. Só para lhes dar noção da sintonia histórica: nós selecionamos para os programas de pós-doutorado pelo mundo todo, temos sempre dois ou três programas, abrimo-los ao mundo todo e selecionamos sempre, dentre uns 400 candidatos, dez – todos por entrevista. Leva um tempo, mas é a única maneira de saber quem a pessoa é e o que pensa. E a única pergunta que nós fazemos é a que o Miguel fazia aos doutorandos e pós-doutorandos aqui de São Paulo. O que é que o senhor quer, o que é que a menina quer fazer? What is your question? Se não tem nenhuma, então para que vem para cá? O que está fazendo aqui?

Eu tenho o maior respeito pelas universidades, eu me formei em uma universidade, sou catedrático numa universidade – mas catedrático 0%, como dizem em Portugal, ou seja: não ganho um tostão, não ganho um real. Porque já tenho dinheiro que chegue das outras minhas atividades, não quero gastar dinheiro da universidade, e me dá uma enorme vantagem, que é não ter de ir aos conselhos científicos, porque habitualmente é uma perda de tempo. As universidades, todos nós as respeitamos e as conhecemos, mas são como diamantes. Vivem para sempre. São inalteráveis. Universidades não se reformam. As universidades públicas, pelo menos. Portanto, eu acho que a filantropia tem aqui um instrumento extraordinário de flexibilidade, coisa que as universidades, com as minhas desculpas, não têm.

Miguel Nicolelis: Ciência é arte. Ciência é uma expressão cultural do homem. A única espécie que olha para o universo e tenta entender o que aquilo está fazendo lá em cima e quais são as leis que mantêm tudo aquilo no céu é a nossa. Nenhum chimpanzé olha para o céu e fala: "e' igual a mc ao cubo, não, ao quadrado". Não existe, isso é parte do nosso cérebro. Da mesma maneira, as ditas ciências humanas são ciências do homem, que tentam entender a expressão desse cérebro de primata que é capaz de fazer uma pergunta essencial que nenhuma outra espécie é capaz de fazer: de onde eu venho, por que estou aqui e para onde eu vou? Ciências humanas são expressões da ciência do homem, do cérebro humano. Essa dicotomia de colocar cientista aqui, cientista político ali, engenheiro ali, isso está acabando no mundo todo. Isso não existe. Esses departamentos, essas barreiras estão sendo destruídas rapidamente. Nós estamos criando uma entidade na Duke University neste momento. Neste instante em que eu estou aqui, está tendo uma reunião discutindo um departamento que vai envolver neurociência, filosofia, antropologia, engenharia, ciência da computação, matemática, e até um neurocirurgião vai poder entrar nesse departamento, porque vai cobrir o cérebro de uma maneira completamente multidisciplinar. E é essa liberdade, essa maleabilidade, essa plasticidade de processos, que eu reclamo que exista no Brasil.

Eu não tenho dúvida de que seus alunos são melhores do que eram na minha geração, porque eles comem melhor, eles leem mais, eles têm mais acesso à informação. A USP melhorou, mas é preciso ouvir os alunos da USP. É preciso que haja um fórum em que os alunos possam chegar para o senhor, para o ex-reitor, para o reitor, para todo mundo que já passou dessa fase de estar com esse alvoroço intelectual, e expressar o que eles esperam da USP do século 21, que é muito diferente do que eu esperava da USP em 1979, quando eu entrei lá. Então, essa ligação da arte, da cultura e da ciência é natural. Ela só tem de ser permitida, ela só tem de ser encorajada. É o mesmo cérebro.

Hélio Nogueira da Cruz: Nós estamos fazendo uma pesquisa de egressos. Entre no site da USP e se cadastre lá, cinco minutos. Estão todos os egressos da USP convidados a fazer isso, de graduação e de pós-graduação, que nós queremos ouvir muito mais, inclusive os egressos.

Eu não acredito tanto na inamobilidade de uma instituição pública. Novamente, eu sou economista e volto como economista. Uma crise como a que enfrenta a Europa mexe com os fundamentos de seus órgãos públicos. Esse jogo não é gratuito e sem consequências. Você dá dinheiro para as universidades e elas vão fazendo o que querem, para os cientistas, para todo mundo. Não é assim. Em determinados momentos, a sociedade fala: "Opa, está difícil, o orçamento está apertado, o que merece continuar a ter novos investimentos?". A hora da verdade chega. Nós não estamos distantes da sociedade, não.

Perguntaram para um músico famoso de onde vinha aquele talento, como é que ele fazia uma coisa tão extraordinária. Ele falava que era o constante diálogo em sua vida com seus ouvintes. A sociedade, os professores, os alunos, as universidades dialogam constantemente. Não há dúvidas sobre isso. O professor não está isolado, aborrecido, distante permanentemente. Não é isso. Tem mais diálogo do que se fala. Eu não gosto de pintar branco e preto, ignorar o passado e dizer: "Agora vamos fazer". Eu prefiro ver um processo de muita gente trabalhando, muita gente dedicada, de bons espíritos tentando acertar. O processo coletivo é complexo, é difícil. Dentro de uma universidade, como é que gerimos aquilo tudo? Não é trivial. Entendam. Muita gente livre fazendo o que quer, dando respostas a seus pares imediatamente. De repente, a sociedade fala: "Não vai ter mais verba para pesquisa porque a crise é profunda demais". Como é que vocês respondem a isso? Ou um conjunto de políticos fala: "50% de cotas em quatro anos". Será que é uma resposta fácil? Será que é uma estrutura que não se move, que vai quebrar por ter um desafio novo? Eu não acredito. Ela é muito mais viva, tem muita mais vitalidade, muito mais diálogo do que usualmente se diz. Aquilo lá é uma joia da coroa. Não é um desperdício coletivo enorme. Pelo contrário. Imagine o que seria de nós se não tivesse esse esforço acumulado por gerações para nos trazer aqui.

Entendo a necessidade e a urgência de mudanças dentro de um quadro que reconheça o que os nossos pais fizeram por nós. Fizeram muito. Nós não estamos dando um salto a partir do vazio. As novas gerações são melhores porque nós trabalhamos – nós no coletivo – para chegar aqui, e há muito para se fazer. Então, a minha postura é mais calma. É no sentido de que há uma grande articulação social por trás de nossas instituições. Algumas se tornam obsoletas, mas isso faz parte da

vida. No capitalismo é fácil: quebra. No sistema público, a coisa demora mais, mas ela perde vitalidade, ela perde recursos, também. Então, o sistema é muito mais rico, muito mais flexível do que, às vezes, apressadamente, nós gostamos de ver.

SESSÃO PARALELA

NOVOS MECANISMOS PARA O DESENVOLVIMENTO: INVESTIMENTO DE IMPACTO E VENTURE PHILANTHROPY

Participantes:

Antonio Moraes Neto, sócio e cofundador da Vox Capital

Natalia Mouhapé, gerente sênior de Investimentos da Bamboo Finance

Stephanie Poole, diretora de Investimento Social da Charities Aid Foundation (CAF)

Moderador:

José Guimarães Monforte, economista

José Guimarães Monforte: Eu estou vindo de uma conferência chamada Global Cities Initiative, o mundo querendo melhorar, o mundo querendo fazer coisas e desenvolvendo iniciativas das mais variadas. Nesse encontro, estavam os prefeitos de Los Angeles, Chicago, Nova Orleans, enfim, e os de São Paulo, Campinas, em

uma iniciativa de trocar experiências para melhorar as cidades. Estamos aqui numa oportunidade semelhante: é uma reunião de pessoas que estão tentando iniciativas novas, ou iniciativas que são desdobramentos de experiências que já aconteceram em mercados financeiros em apoio a nossa causa, a causa do desenvolvimento social e ambiental. Nós vamos procurar entender os aspectos financeiros, e também os aspectos sociais.

Por que eu acho que estou aqui? Eu tenho uma vida inteiramente dedicada ao mercado financeiro. Eu me lembro de uma palestra que fiz na USP para estudantes de Economia e Administração para falar sobre carreira no mercado financeiro. Eu falei sobre as minhas convicções sobre ética, sobre as responsabilidades das pessoas e tal, e aí um estudante perguntou para mim: "Como é que você sobreviveu no mercado financeiro?". E eu falei: "Olha, se você, na maioria das vezes, agir por convicção e não por conveniência, acho que em qualquer ambiente você acaba sobrevivendo". Bom, como eu vejo essa área que nós vamos debater aqui nos próximos minutos? É uma coisa evolutiva. Acho que o mundo mais informado hoje deseja saber com clareza para onde está indo e o que pode esperar das coisas. Nós tivemos aquele primeiro movimento de empreendedorismo e responsabilidade corporativa social, em que talvez a parte mais importante fosse minimizar o que era ruim. Nessa concepção de investimento social e investimento de impacto, o que se está procurando fazer é criar condições para estabelecer tendências positivas. O curioso é que essa coisa muda. É como as nuvens: o vento bate e as nuvens mudam. No outro congresso, um dos prefeitos – acho que foi o de Chicago ou o de Los Angeles – falou: "O programa social mais importante que poderia tocar hoje é a criação de empregos. Dar emprego para uma pessoa hoje é muito mais importante do que qualquer outro assistencialismo, dado o momento que a economia global está vivendo, os Estados Unidos, a Europa e tal". O que essa área nova desenvolve é uma possibilidade de atuação muito ampla, porque pode contar com uma variedade de instrumentos. Então, eu acredito que ela pode se adaptar e ser flexível. A velocidade com que as coisas vão, a variedade das coisas que aparecem na nossa frente, a rapidez com que temos que decidir as coisas não é de seres humanos. Os seres humanos sabem ser flexíveis, mas não reagem com exatidão e na velocidade com que as coisas acontecem. Acho que, como eu disse, isso é uma evolução. O mundo parece estar mais necessitado, muito embora o mundo tenha ficado mais rico. Não há, em termos médios, momento na história da huma-

nidade em que ela tenha alcançado tal nível de desenvolvimento e de bem-estar para todos. Ao mesmo tempo, as necessidades – não o desejo, mas as necessidades primárias, porque o desejo é aquilo que vem logo depois da necessidade satisfeita –, as necessidades básicas também cresceram. Nós vamos aqui tentar lidar um pouco com isso. O investimento de impacto traz essas novidades todas, e, de certa forma, o venture philanthropy também. Queríamos medir um pouco mais as coisas, profissionalizar um pouco mais as coisas, queremos ter essas metas e alcançá-las – senão, as iniciativas não são bem-sucedidas. Queremos estabelecer tendências positivas.

Antonio Moraes Neto: É um super prazer estar agora no Global Philanthropy Forum, apesar de que o que fazemos não é philanthropy – vamos mostrar uma alternativa, um caminho que não é a solução de fato. Tem pouca gente, mas cada vez mais gente empolgada em fazer isso. Na minha apresentação, tentarei não ser muito conceitual. Vou trazer um pouco da experiência do que me levou a vir para esse setor, vou contar um pouco do que temos feito na prática e, depois das duas outras apresentações, vou para o lado conceitual do que elas têm feito.

Começo mostrando esse primeiro slide. É uma cena contando uma experiência que eu tive há alguns anos, quando passei um mês na Índia em um projeto de estudo, conhecendo várias comunidades, vários negócios servindo comunidades de baixa renda. Nessa viagem, eu tive a oportunidade de conhecer uma mulher, uma pessoa de uma comunidade, mãe de família, que, duas semanas antes de eu a conhecer, era cega, completamente cega há vários anos, na verdade. Não tinha nascido assim, mas se transformado em cega. E, por um milagre talvez, desses novos milagres modernos, ela tinha recobrado a visão naquele momento. Foi uma experiência que me impactou muito. Era um hospital com um modelo superinovador, um modelo lucrativo que tinha dado de volta para ela a capacidade de enxergar. Foi uma das experiências que mais me transformaram, e me levou a entender mais sobre isso.

Na verdade, eu queria começar um pouco mais de trás. Quando eu tinha 15, 16 anos, o meu maior medo era de um outro tipo de falta de visão. Nessa idade, eu percebi que o meu maior medo era que eu levasse uma vida que não tivesse um sentido. A minha grande reflexão naquele momento é que não adianta nada você ter visão, poder enxergar, se você não tem um propósito claro, se você não tem um norte que está direcionando a sua vida. Naquele momento, o que ficou claro para

mim, por uma força externa que me deu uma luz nesse sentido, era que o meu propósito pessoal era trabalhar para reduzir a desigualdade social no Brasil – ajudar de alguma forma, eu não sabia bem qual, a melhorar esse quadro, que talvez seja o mais grave problema do Brasil. E a pergunta que eu me coloquei (pegando a fala da Viviane da palestra passada: “Qual é a pergunta que estamos nos fazendo?”) naquele momento não era tão clara. A pergunta que eu me fazia era como é que eu posso ajudar a resolver o problema dessa foto, que é a imagem de São Paulo, Morumbi e Paraisópolis, correlata àquela do Rio de Janeiro, da Gávea e Rocinha. A pergunta era: “Como eu posso tentar resolver o problema da parte de baixo dessa foto, sem piorar o lado de cima?”. Buscar alguma forma que conseguisse também melhorar, em que você não precisasse abrir 100% do capital que você está investindo numa doação para fazer esse processo de doação. E isso, do ponto de vista pessoal, era o seguinte: eu não queria ser um voluntário no final de semana. Eu queria dedicar toda a minha vida, todo o meu tempo, para causar um processo de transformação. Não via como fazer isso de uma maneira tradicional, em que eu abrisse mão de 100% do que eu estou ganhando como dinheiro.

Uma pessoa que me inspirou muito é o meu avô. Apesar de ele ser um empresário, sempre o considerei um empreendedor social. Conversando nos finais de semana, eu sempre vi que a motivação dele era muito além de acumular mais capital. Sempre teve um propósito de desenvolver o Brasil. Eu falava: “Não faz sentido quando você olha o capitalismo tradicional”. A frase dele, “As palavras comovem, mas são os exemplos que arrastam”, é muito isso. Ele é um grande exemplo para mim, que realmente me arrastou a buscar integrar essas duas coisas: a indignação com a realidade (olhar para o Brasil, essa grande desigualdade), junto com o espírito de fazer isso de uma maneira empreendedora, pegando mecanismos de mercado, usando a lógica do segundo setor de uma maneira 100% alinhada, ou o máximo possível alinhada, a causar impacto na sociedade. Isso me levou a buscar negócios, a criar negócios que tivessem impacto para a sociedade, mas com modelos lucrativos. No final da faculdade, isso me levou a conhecer duas pessoas. A Kelly Michel, uma americana, uma grande investidora, empreendedora social, que é também fundadora da Artemisia (temos aqui duas pessoas da Artemisia: a Viviane, conselheira, e a Maura, diretora-geral; depois conversem com elas, vale muito a pena conhecer essa história). Junto com a Kelly e com o Daniel Izzo, que tinha uma carreira no

setor privado bastante longa, começamos a desenhar um modelo de um fundo de investimento para fomentar esse novo tipo de negócios que estávamos vendo surgir, os negócios com impacto. Assim, em 2009, criamos a Vox Capital, o primeiro veículo de investimento focado em empresas causando impacto para a população de baixa renda, principalmente nas áreas de educação, saúde, moradia e serviços financeiros. O que a Vox, como fundo de investimento, faz é buscar rentabilidade para o investidor, fazendo um tipo de investimento que é o venture capital, que é o capital de risco, buscando causar impacto no core business. Ou seja, na entrega do produto e do serviço para uma população é que você causa o impacto. Não é aquele percentual do lucro que você destina para a sociedade que é o fator gerador do impacto, mas sim o core da empresa, o coração.

Nesses quase quatro anos em que estamos atuando, fizemos seis investimentos – a partir de uma análise de 600 negócios nessas quatro áreas, principalmente. Lançamos um novo fundo, em que se vai fazer um total de dez investimentos, com o objetivo de impactar a vida de 3 milhões de pessoas de forma agregada entre todos esses investimentos, e, ao mesmo tempo, buscar uma rentabilidade de inflação mais 6%. Esse é o benchmarking que estamos olhando. Um reconhecimento interessante e importante que ganhamos neste ano foi que, dentro de um universo de 380 fundos de investimento de impacto (esse é o nome que tem se dado para esse tipo de junção do impacto com rentabilidade), a Vox foi reconhecida como um dos dez num relatório da Fundação Rockefeller, que é um dos principais atores dentro desse campo.

O principal resumo do propósito da Vox é buscar ter um país em que tenhamos igualdade de oportunidade para todos. Desde pequeno, eu, também meus sócios, a Kelly, o Daniel, todos os outros sócios da Vox, tivemos esse objetivo pessoal. Acho que a única coisa que mudou desses anos para cá é que percebemos que igualdade econômica talvez seja impossível de alcançar. O fim da pobreza, o fim da desigualdade social, é talvez um fim inalcançável. Agora, igualdade de oportunidade, todo mundo partir do mesmo ponto, você consegue alcançar a partir de educação, saúde, moradia e serviços financeiros. Então, investindo nesse tipo de negócio, a Vox está buscando criar um novo setor junto com vários atores, como a Artemisia, aqui no Brasil. É esse setor dos investimentos de impacto, como alguns gostam de falar, ou outros nomes. Independente do nome que se dê, existe algo novo surgindo, com o qual estamos muito empolgados.

José Guimarães Monforte: Eu conheço um ex-monge budista que está virando filósofo – fiz um programa com ele – chamado Yasuhiko Kimura. Ele escreve papers. O último eu recebi no começo desta semana, sobre capitalismo. Ele é capitalista, defendendo pelo lado espiritual. Ele dizia assim: "Não é só oportunidade". Não é só o dar, é saber receber de volta, permitir ao outro que dê de volta aquilo que você propiciou a ele. Lhe dar de volta. Ou seja, financiar um negócio, permitir que ele entregue. Eu li umas três vezes o paper para poder entender, mas é uma coisa fantástica. Por quê? Porque o capitalismo só da grana é coercitivo. Eu lhe dou isso, mas você tem de me entregar isto. Ao contrário de trabalho, ao contrário disso e daquilo. Esta coisa mais na realização das pessoas e do ambiente é muito mais sublime. Você dá e tem de falar: "Poxa, eu tenho de estar preparado para receber também o que a pessoa vai dar".

Natalia Mouhapé: Não somos do Brasil, então foi legal terem nos convidado. Temos um investimento aqui, temos muito interesse em trabalhar no Brasil, estamos expandindo nosso portfólio aqui. Então, é uma grande oportunidade para nós. Eu também gostaria de agradecer os organizadores por incluírem o investimento de impacto na agenda, pois não é muito comum que a filantropia e o investimento de impacto estejam juntos na mesma agenda.

Vou começar nossa conversa contando um pouco sobre o nosso fundo. É interessante, para mim, conversar com uma audiência composta por filantropos. Eu estive na situação oposta, explicar o investimento de impacto em Wharton. Imagine a cara dos estudantes em Wharton, durante um seminário de private equity, ouvindo-nos falar sobre fundo de private equity que esteja fazendo investimento de impacto. Acho que agora eu vou ver as caras opostas, reações opostas aqui.

Eu vou falar sobre a Bamboo Finance. É uma administradora de fundo. Nós administramos dois fundos com assets de U\$ 250 milhões, e até agora esses dois fundos fizeram 37 investimentos ao redor do mundo. Não só no Brasil, mas também em mercados mais amplos. Esses investimentos estão distribuídos em 24 países. Nós temos quatro escritórios, quatro hubs: um em Singapura, um em Genebra, que é a sede, um na Colômbia e um em São Francisco.

Eu vou explicar um pouco os dois fundos, pois há uma distinção nos mercados em que eles atuam. Há dois fundos agora, e nós estamos criando outros dois. Dos

dois fundos que nós administramos agora, um se chama Bamboo Financial Inclusion Fund. É o maior fundo, dedicado à inclusão financeira, principalmente microcrédito. O segundo é o Oasis Fund, de U\$ 53 milhões, que investe em companhias que proveem acesso a serviços e produtos para populações de baixa renda. É isso basicamente que nós chamamos de investimento de impacto. Dos dois fundos que estamos criando, um é dedicado à energia solar para populações de baixa renda, e o quarto fundo é para inclusão financeira, e se chama Micro Finance 2.0.

Há uma ideia muito interessante que eu gostaria de compartilhar com vocês, porque vocês são a audiência certa. A Bamboo Finance, e os dois fundos que nós temos, não seriam possíveis se indivíduos influentes da Europa não tivessem acreditado na ideia, há mais de cinco anos, de que é possível canalizar recursos privados para empresas que poderiam criar não só um negócio buscando lucros, mas negócios interessados em questões sociais, e medir se o impacto social que eles estão buscando. Se vocês olharem para o Oasis Fund, verão que a grande porcentagem dos fundos que estamos administrando vem de grandes escritórios familiares e de indivíduos influentes. Isso para mim é um ponto muito importante, pois eu penso que são filantropos que têm acreditado e testado outros instrumentos para catalisar mudanças na vida de pessoas de baixa renda.

Nossos fundos procuram retorno financeiro. Esse foi meu discurso quando eu fui a Wharton, mas nosso critério número um para selecionar um investimento é o impacto social. Nós criamos diferentes ferramentas durante esses cinco anos de trabalho para medir o impacto social. Nós desenvolvemos algo interno, que é o sistema interno de management de impacto. Mas também participamos de redes em que o impacto social é medido por uma terceira parte, como IRIS e GIIRS. Algo de que temos muito orgulho é o rating que têm algumas das empresas nas quais investimos: elas têm um rating muito bom pela Standards & Poor's.

Eu gostaria, apenas para fechar o que eu estou apresentando aqui, de mostrar dois fundos que nós temos, para dar uma ideia do que estamos fazendo. O Bamboo Financial Inclusion Fund está totalmente investido faz uns dois meses, é o maior fundo e tem 22 investimentos. O Oasis Fund está quase totalmente investido e, como eu disse no começo, nós temos um investimento feito este ano no Brasil, de habitação social, no interior do Estado de São Paulo. Na verdade, ontem, eu visitei Mococa, acho que pela terceira vez este ano, e gostei muito. Mas nós também investimos na

Índia, no México, no sudeste asiático, e acreditamos que a América Latina é a próxima grande onda no investimento de impacto.

Stephanie Poole: Em relação ao que eu vou falar nesta tarde, pensei em ir do micro para o macro, e falar sobre o CAF Venturesome, que é o fundo que eu e meus colegas na CAF administramos. O fundo tem dez anos, já investimos em 300 organizações durante esse tempo e emprestamos US\$ 30 milhões, aproximadamente, nesses dez anos. Somos o braço de investimento social da CAF, e fomos pioneiros no Reino Unido em investimento de impacto. Investimento social é o mesmo que investimento de impacto no Reino Unido, então, se eu falar de investimento social, é a mesma coisa que investimento de impacto.

O que nós fazemos? A missão é bem simples, na verdade. O Reino Unido tem um setor de negócios sociais e de doações muito bem desenvolvido. Temos centenas de milhares de organizações no Reino Unido, desde pequeníssimas organizações esportivas municipais até charities nacionais, que são parte do tecido social. A nossa visão, há dez anos, manteve-se a mesma até hoje, e é a crença de que essas organizações têm as mesmas necessidades de capital e capital circulante, de qualquer outro negócio na comunidade. Pequenos e médios negócios demandam capital, as charities e organizações sociais do mesmo tamanho demandam capital. O que nós descobrimos é que muitas organizações do setor social têm potencial para gerar renda. Por exemplo, um pequeno edifício comunitário pode gerar renda de aluguéis, ou de um café, ou de outro empreendimento. Uma charity pode gerar renda de um grant ao levantar fundos com o público. Da mesma forma que os negócios podem gerar rendas, nós podemos emprestar, tendo como garantia a renda que essas organizações do setor social irão criar. Nós emprestamos para mão de obra, nós emprestamos tendo em vista o capital futuro. Então, se uma organização espera algum dinheiro no próximo ano, mas não tem agora, nós emprestamos com base nisso. Emprestamos para desenvolvimento de capital, por exemplo, para novas instalações – muitas comunidades querem construir novos prédios, e nós emprestamos para isso. E fazemos empréstimos de alto risco para organizações que querem mudar, crescer e se desenvolver de novas e criativas formas, e nós assumiremos o risco com elas. Fazemos, diferentemente dos colegas aqui, empréstimo direto. Nós não pegamos uma parte do negócio. Assumimos grandes riscos, reconhecemos isso.

Há dez anos, não sabíamos qual seria o nível do risco, deliberadamente não sabíamos, não tínhamos ideia. Acontece que, depois de dez anos, nossos empréstimos amadureceram. Nós devemos ter tido uma perda de cerca de 10% do nosso capital, algo assim. Isso é bem interessante, pois vai contra a moda do investimento de impacto no Reino Unido, onde há um pensamento de que você pode investir para criar um retorno financeiro e um retorno social. Eu vou ser um pouco controversa e dizer que eu não acredito que esse possa ser o caso. Talvez esse seja o debate que nós possamos ter aqui hoje.

Mudando para o macro por um momento, no contexto do Reino Unido. Eu disse que a CAF Venturesome tem sido uma líder nesse campo no Reino Unido, mas nós tivemos uma grande vantagem no nosso contexto, porque temos um ambiente favorável para o investimento no momento. Há algumas coisas que justificam isso. Uma é que há vantagens tributárias para a filantropia no Reino Unido, e tem havido por muitos anos. Isso significa que nós temos acesso a muito mais capital filantrópico do que nós conseguimos ter em outras partes do mundo. Nós temos uma nova iniciativa do governo chamada Big Society Capital, que é um banco de atacado, criado pelo governo com 600 milhões de libras, mais ou menos o mesmo em dólares, US\$ 600 milhões, para estimular o desenvolvimento do mercado de investimento de impacto no Reino Unido. Foi lançado este ano. Então, nós temos dinheiro entrando para estimular o crescimento da infraestrutura do setor, dinheiro em atacado, o que é fantástico, muito útil, e também um pouco controverso. Nós também temos marcas, se vocês preferirem, muito conhecidas de investimento de impacto no Reino Unido, particularmente no setor de charity. Nós temos marcas como o Charity Bank, como o Triodos Bank, como nós mesmos, CAF Venturesome, e muitas outras. Então, o investimento de impacto é muito conhecido na charity e no terceiro setor no Reino Unido, e isso é uma grande vantagem. Isso significa que nós conseguimos construir alguma confiança e alguma reputação ao longo dos anos, e significa que as pessoas vão nos abordar, vão conversar conosco, e vão nos procurar para investimento. Isso ajuda muito. Mas nós somos, como todo mundo, um setor muito novo. Temos um longo caminho a percorrer e muita coisa para aprender. Concomitantemente à nossa prática de empréstimos, nós temos que procurar influenciar políticas governamentais e a política econômica mais ampla de maneira a criar esse ambiente favorável.

A grande coisa para mim, no entanto, sobre o investimento de impacto, é que requer que o investidor, o filantropo, seja capaz de tomar uma atitude não usual em relação ao risco, e uma atitude não usual ao risco é algo que não encontramos no setor financeiro mainstream. Em vez de só olhar para o retorno financeiro, nossos investidores olham para o retorno social, mas também olham para como seu dinheiro pode ser usado de novo, e de novo, e de novo, em diferentes organizações. Pois, na medida em que o dinheiro é pago de volta para o fundo, é reciclado e dado de novo, e de novo, e de novo para outras organizações. Muitos dos filantropos com os quais trabalhamos estão muito empolgados com esse conceito, e acho que isso é uma coisa maravilhosa e que me inspira a continuar no setor.

José Guimarães Monforte: Eu fui conselheiro da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) quando ela foi oferecer ações no mercado. Eu me dei conta agora, com esse debate, que o resultado e o serviço do impacto social são bem antigos. Eu me lembro de um debate no Conselho da empresa: Onde é que você coloca o preço para permitir que as pessoas tenham acesso a esses bens ou gerar resultados para os acionistas dessa empresa e a capacidade de reinvestir para aumentar o serviço? Principalmente sendo uma empresa do setor público, que, na história delas, sofriam interferências políticas que inviabilizavam a empresa e não prestavam o serviço de impacto social. Então acho que esse debate existia há muito tempo, ele vai continuar existindo, e a arte vai ser combinar realmente as duas coisas para possibilitar mais recursos.

Pergunta 1: Eu sou Ana Toni, do GIP. Eu queria que vocês falassem um pouco do outro lado, do setor social com que vocês trabalham. Que resistências têm no setor social? É fácil encontrar em quem investir? Que tipo de trabalho vocês têm com o outro lado? Quem recebe os recursos, e o que eles têm de fazer para serem bons utilitários desse investimento?

Antonio Moraes Neto: No nosso caso, investimos só em empresas privadas que tenham um impacto pelo produto e serviço. Inicialmente, lá atrás, pensamos: "Será que faz sentido investir em organizações sociais que tenham um modelo de receita, que consigam se sustentar?". Mas optamos por ter mais governança, ter mais

influência dentro dessas organizações para alavancar impacto e retorno financeiro, tornar-mo-nos sócios delas. É nisso você está intrinsecamente ligado com a organização. Então, como fazemos o que chamamos de equity, os investimentos em que você vira sócio, só conseguimos investir em empresas privadas. Esse é o nosso modelo. A relação com o setor social, temos do ponto de vista do investidor. Hoje, o Instituto Alana, entre os institutos brasileiros, é um investidor da Vox, e eles estão destinando uma parte do patrimônio que está aplicada no mercado para gerar os investimentos sociais. Eles estão destinando uma parte disso para investimentos de impacto em que a Vox faz a gestão.

José Guimarães Monforte: Acho que, provavelmente, a pergunta tinha outro objetivo, que é: "Você tem cooperação dos agentes sociais? Quão fácil é estruturar um investimento com metas específicas?"

Natalia Mouhapé: Eu entendi a pergunta. Qual é a colaboração entre o lado social e o nosso lado. Não é uma colaboração, é uma fusão, pois estamos investindo em empreendedores que são como qualquer outro empreendedor, mas que têm uma consciência social muito grande. Eles têm necessidade de ajudar outras pessoas, como qualquer outro filantropo, mas eles criaram um negócio focado na necessidade social. Então, acho que trabalhamos com o lado social de mãos dadas.

Stephanie Poole: No meu contexto, acho que metade das organizações do setor social não acredita que deva pegar emprestado ou receber investimentos. Mas isso deixa metade que acredita que deva. São com essas que nós conversamos.

É muito simples para nós. Vamos e conversamos com elas, cara a cara. Nós as conhecemos, ficamos do lado delas e entendemos suas necessidades, e desenhamos algo que funciona para elas. Em termos de qualificação, nós somos muito flexíveis. Flexibilizamos os produtos, fazemos o produto funcionar para a organização.

José Guimarães Monforte: Não é caridade, é investimento. Portanto, os investidores de impacto são mais um agente de desenvolvimento econômico. Se o objetivo é social, o objetivo no final é o desenvolvimento de pessoas economicamente capazes. E isso tem uma escala fantástica. O investimento de impacto complementa

a atividade pública, enfim. Qual é a possibilidade de esse instrumento desenvolver escala? Você demonstrou coisas aqui de centenas de milhões de dólares, mas as necessidades são de trilhões de dólares no mundo inteiro. Vocês acreditam que os mecanismos que são usados pelo investimento de impacto poderão desenvolver escala para chegar a uma contribuição importante?

Stephanie Poole: Eu acho que podemos atingir escala se houver proposições de investimento suficientes, se houver organizações suficientes ao redor do mundo que possam aceitar esse tipo de investimento. Acho que o investimento agora precisa construir organizações empreendedoras (estejam elas no setor social ou no setor comercial) que façam diferença social. Precisamos cuidar do desenvolvimento de empreendedores, cuidar do desenvolvimento das pessoas que estejam motivadas pela mudança social. Acho que o investimento, na verdade, vem em segundo lugar. Precisamos que sejam criados primeiro os negócios dinâmicos e as organizações.

Natalia Mouhapé: Você mencionou escala e que nós precisamos de trilhões para aliviar o problema da pobreza no mundo... Muito dinheiro. Na verdade, o problema da escala também está no lado do financiamento do impacto de investimento, e a proposta que investidores sociais fazem, ou alguns fazem, é que eles querem retorno e impacto social ao mesmo tempo. E por que isso? Não é porque dinheiro é legal e todo mundo quer ter retorno, mas sim porque, ao ter retorno no investimento, vai-se ter a capacidade de atrair as grandes quantias de dinheiro que são administradas por pessoas privadas, como os fundos de pensões mundiais, que têm muito mais dinheiro do que os filantropos. Então, seríamos capazes de catalisar esse dinheiro e criar escala no mundo do investimento de impacto.

Antonio Moraes Neto: Acho que a questão da escala é a mais fundamental, acho que é o porquê de o investimento de impacto surgir em primeiro lugar. A fala da Viviane no painel passado foi muito interessante nesse sentido. É uma forma de juntar as competências do segundo com o terceiro setor.

Olhando os investimentos que estamos fazendo, são empresas bastante incipientes que têm crescido a taxas muito rápidas. Sempre buscamos modelos que têm muito potencial de escala. Não vou ficar passando por cada um dos exemplos, mas

uma das empresas em que investimos, em doze meses, está com 430 mil usuários únicos, é o Saútil, uma plataforma de saúde pela internet para a população de baixa renda, que dá acesso a serviços do SUS, o sistema público de saúde, que atende 140 milhões de pessoas. Então, olhando esse gap, 430 mil pessoas é minúsculo, é absolutamente muito pequeno.

Acho que o maior potencial de escala que o investimento de impacto tem é de ser exemplo, como aquela frase em que eu cito o meu avô: "As palavras comovem, mas são os exemplos que arrastam". O que queremos buscar como Vox é mostrar que é possível fazer investimento com uma forma diferente de valor, com uma visão diferente. A partir do momento em que os grandes bancos e instituições, ou o BNDES, como temos conversado, começam a olhar essa perspectiva de juntar as duas pontas, acho que a grande escala está aí. No limite, influenciar política pública, ou seja, ir muito além dos investimentos individuais que estamos fazendo. Eles vão servir de exemplo, esperamos, para outros, sejam governos, sejam outros grandes atores.

José Guimarães Monforte: Eu tenho uma pergunta que me incomoda um pouco, tendo vivido 45 anos no mercado financeiro. No mundo imediatista em que vivemos, as coisas começam, têm um prazo, terminam, distribuem, vamos embora. No fórum do Global Cities, alguém falava: "Fiz um programa para algum prefeito de São Paulo, para 40 anos de melhora, tal, e não tem continuidade". Acho que uma das coisas da nossa vida moderna é essa da não continuidade das coisas. Na medida em que o investimento de impacto toma os trajes de instrumentos financeiros muito parecidos com os do mercado, como é que podemos ver a continuidade disso no tempo? No fundo, tem prazo determinado para existir, e as causas investidas continuarão lá necessitando.

Eu queria fazer mais uma, que tem a ver com isso um pouco. Como é que o investimento de impacto vai impactar e conviver com as formas tradicionais de filantropia? Ele vai causar entropia?

Natalia Mouhapé: A questão sobre o longo prazo provavelmente vai ser resolvida com a pouca história que o investimento de impacto tem. Investimento de impacto começou há cerca de 20 anos. É algo muito novo, e os fundos só têm 10 anos, 12 anos de prazo, e então eles serão fechados. Mas, nos últimos anos, nesses 20 anos,

novas iniciativas foram criadas, e o número de fundos que foram criados nos últimos três anos é enorme. E acho que isso será multiplicado. Começou com fundos globais, como o nosso, depois começou a ir para economias locais.

José Guimarães Monforte: Deixe-me interrompê-la. Você tem fundos que já maturaram, foram resgatados? E o que aconteceu com os investimentos desses fundos?

Natalia Mouhapé: Para dimensionar: nosso fundador criou o Blue Orchard Investments há dez anos, começou com U\$ 10 milhões e hoje administra U\$ 1 bilhão. E alguns dos fundos que o Blue Orchard criou, administrou, já foram resgatados e retornados aos investidores. É diferente, porque são empréstimos com juros fixos para instituições de microcrédito, mas ainda é asset management com retorno comercial, investimentos que estão buscando impacto social. É um bom precedente para o que estamos fazendo hoje.

José Guimarães Monforte: Você tem algum comentário ou resposta para a segunda parte da questão? Já que você diz que o investimento de impacto está crescendo tanto, isso vai impactar a filantropia tradicional?

Natalia Mouhapé: Eu realmente acho que a filantropia tradicional e o investimento de impacto precisam continuar. Todos aqui sabem, há diferentes necessidades que demandam tipos diferentes de capital e resposta. Há necessidades que não são providas por companhias comerciais, há necessidades que as pessoas de baixa renda têm, que pessoas pobres têm, pelas quais elas não podem pagar – e essa é a base do investimento de impacto, ter algum tipo de conexão comercial. Então, sempre haverá espaço para a filantropia tradicional, e acho que há uma nova onda que está ajudando a aliviar os problemas gerais, mas ambos são necessários.

José Guimarães Monforte: Antonio, você vê doadores se transformando totalmente em investidores, deixando de ser doadores?

Antonio Moraes Neto: Não vejo esse movimento, e também acho que seria muito ruim para o Brasil, para a sociedade, se isso acontecesse. Expandindo um

pouco a resposta da Natalia, quando olhamos aqui no Brasil, as classes C e D já têm uma capacidade de pagamento por ter uma massa de renda. No total, as classes C, D e E movimentam R\$ 660 bilhões por ano de massa de renda – a maior parte disso concentrada, obviamente, na classe C e, depois na classe D. Quando você busca causar impacto via investimento de impacto para a classe E, pela nossa experiência, praticamente o único caminho é via governo – ou seja, vendendo um instrumento de melhoria de educação para uma secretaria, por exemplo, municipal no Estado de São Paulo. Fora isso, diretamente, a população não tem capacidade de pagamento. Ou seja, você precisa diretamente, para uma população de classe E, da iniciativa governamental, e também da filantropia, também do investimento social e de organizações que intrinsecamente não vão ter uma receita própria, vão depender sempre de doação. Então, acho que seria uma disfunção muito grande para o Brasil se isso se invertesse, e não vemos esse movimento acontecer. Vemos, como eu citei, o Instituto Alana, que está pegando o capital que já está investido no mercado e trazendo propósito, trazendo impacto para esse capital que já está alocado. Não o contrário, não a linha programática, que são os investimentos sociais, não estão tirando desse bolso para investir na Vox.

José Guimarães Monforte: Mas eu queria ouvir de você sobre a primeira parte, também. A empresa em que se investe não está totalmente andando com as próprias pernas? O que acontece?

Antonio Moraes Neto: Falando da continuidade do setor como um todo, tem dois grandes riscos. Um, o risco de o setor de investimento de impacto causar um alto impacto social e não ter o retorno financeiro esperado. Aí você tem o risco de continuidade. É o risco de o setor implodir. O outro risco, não sei, talvez seja maior, é de você ter um alto retorno financeiro, mas um baixo impacto social – e daí você tem um risco reputacional. Alguns já estão familiarizados com o caso de microfinanças lá na Índia, que teve uma influência política muito grande, mas o governo mandou a população deixar de repagar os empréstimos, por acreditar que os bancos que estão emprestando para essa população estavam ganhando muito dinheiro e não causando impacto.

Do ponto de vista de saída, o nosso fundo no Vox é de dez anos, que pode ser estendido para mais dois. São investimentos de longo prazo, e a maturidade dos investimentos, vamos buscar de cinco a sete anos de investimento para alcançar uma saída. Existe o risco de você não ter saídas como o modelo típico do venture capital. O que fazemos é, desde o começo do investimento, trabalhar quais são essas oportunidades de saída que estão no mercado, sejam empresas parceiras estratégicas ou outros fundos.

Stephanie Poole: No ano passado, nós lançamos o primeiro fundo de investimento no varejo do Reino Unido. Pedimos para indivíduos influentes subscreverem esse fundo. Nos primeiros 13 meses, nós fomos de zero para 40 investidores – e todos esses investidores, salvo engano, são novatos no investimento de impacto. No momento, não sabemos, mas nós começamos um diálogo com essas pessoas influentes para descobrir sua motivação e o que eles pensam em fazer quando seu investimento maturar, quando ele chegar ao fim. Meu palpite é que alguns deles reinvestirão, pois estarão empolgados com a ideia, e alguns doarão para a caridade no final. Provavelmente, nenhum deles vai pegar o dinheiro de volta e fazer nada com ele. Acho que eles adotarão alguma dessas duas opções, mas nós descobriremos na medida em que tivermos esses diálogos com eles nos próximos anos.

Pergunta 2: Meu nome é Leonardo Letelier, eu criei a Sitawi Finanças do Bem. Desenvolvemos soluções financeiras para o setor social. A pergunta, talvez um pouco para os três, é olhando para frente, daqui a 20 anos. Hoje temos, especialmente no Brasil, onde não há uma cultura de filantropia muito desenvolvida, o medo de que a nova geração pule a filantropia e vá direto para o investimento de impacto e não entenda, como você falou, que são coisas diferentes. Olhando daqui para longe, 20 anos, o que deveríamos estar fazendo hoje para garantir que isso não aconteça? O que temos que fazer hoje para garantir que daqui a 20 anos tenhamos dois setores sólidos, que têm seu lugar na economia e na sociedade?

Antonio Moraes Neto: Talvez a pergunta seja o que temos de fazer para, nos próximos 20 anos, o Brasil estar num patamar completamente diferente em termos de redução de pobreza, desigualdade social, inclusive crescimento econômico. Nes-

se sentido, pensando realmente em ter escala, sempre volta a questão de política pública, de influenciar o governo. Além da filantropia, o que é mais distante hoje é a questão de governo. Tenho certeza de que aqui não tem ninguém que representa uma instituição governamental. Talvez um, dois. Acho que esse é o maior gap que existe. Temos de começar desde hoje a ter uma interlocução muito maior com o primeiro setor.

Agora, do ponto de vista pessoal, o que cada um pode fazer é olhar para dentro de si e pensar: "Como eu posso ser o melhor instrumento para desenvolver o Brasil?". Muito mais do que o capital, do que o setor, o modelo, é o quanto de tempo, o quanto eu estou dedicando da minha vida para fazer isso. Acho que isso, no fundo, é o principal. A única certeza que eu tenho é que esse modelo vai mudar. Como surgiu o terceiro setor como antítese ao segundo, agora surge esse dois e meio, ou impact investment, como uma antítese aos dois modelos que já existem. Só tenho certeza de que ele vai mudar. Então, o que importa realmente é olharmos para dentro e nos dedicarmos a isso.

Natalia Mouhapé: Eu acho que não vai levar 20 anos para aliviar os problemas sociais no mundo, ou mesmo no Brasil, que está indo muito bem. Sempre vai haver espaço para a filantropia, porque, como foi dito antes, filantropia é necessária, não será substituída pelo investimento de impacto. Não há nenhuma chance. Claro, o dinheiro da filantropia pode ser canalizado para catalisar o investimento de impacto. O investimento de impacto é mais uma solução para os problemas, mas ele vai mudar, vai se desenvolver e vai estar lá daqui a 20 anos.

Stephanie Poole: Certamente, no meu contexto, eu posso pensar em centenas de milhares de propostas de investimento em filantropia e onde elas terão um impacto social efetivo. Eu posso pensar em algumas poucas centenas, ou em alguns poucos milhares de propostas de investimento de impacto neste momento. Então, a maior diferença que as pessoas poderão fazer na sociedade, no momento, será pela filantropia. Minha preocupação, e certamente essa é uma experiência no contexto do Reino Unido, é que todo mundo está falando de investimento de impacto, há muito barulho, mas na verdade você fará uma diferença maior ao doar o seu dinheiro, doar efetivamente e estrategicamente. Acho que precisamos ser cuidadosos e claros de

que na verdade ainda há um papel para isso e que é possível fazer uma grande diferença na sociedade ao se fazer isso efetivamente.

José Guimarães Monforteo: Acho que são coisas de natureza absolutamente diferentes. Uma das grandes diferenças é que uma parte do desejo do instituidor, e a outra vai buscar uma necessidade e vai ao encontro a ela. Eu acho que, se o investimento de impacto não arrecadar bilhões de dólares, ele foi malsucedido, porque ele está aqui para complementar e resolver grandes coisas. Deve ser ambicioso. Acho que do lado da filantropia tradicional, tem de ter um shake também. O que fazemos? Por exemplo, adotar alguns instrumentos. Tem uma empresa que todos aqui devem conhecer, em Washington, que é a Calvet, uma asset management. Eles têm um investimento social, emitem títulos. "Nós vamos fazer uma série de títulos de um ano que vão render juros. Façam os seus bids. O que vocês querem receber de juros por isso?" Vem 0,5 ou 1%. Então, é uma criatividade que eu acho que falta para a complementaridade de fundos que um donor ou alguém institui para uma Fundação.

Dos dois lados, o ponto de partida é diferente. E acho que os dois têm de se mexer. Um para alcançar uma escala muito grande – senão, esperamos o governo fazer, ou o pessoal de caridade fazer. E o outro também se mexer um pouco e criar coisas novas.

PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

FILANTROPIA E DESENVOLVIMENTO

Participantes:

Jacques Marcovitch, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e ex-reitor da USP

Robert Garris, diretor dos Bellagio Programs da Rockefeller Foundation

Wiebe Boer, diretor-executivo da Tony Elumelu Foundation

Moderador:

Marcos Kisil, diretor-presidente do IDIS

Marcos Kisil: Vamos, de uma maneira mais sistemática, rever alguns dos temas com que nós trabalhamos hoje durante o dia, em uma perspectiva de conhecer, não só dentro de uma realidade brasileira, um pouco o que está se passando em outras partes do mundo. Particularmente, com o Wiebe, vamos ter a chance de conhecer

um pouco a Fundação dele, como é que na África está sendo tratado o tema. E nós vamos conhecer através do Rob porque e como a Fundação Rockefeller, que serviu, serve e servirá durante muito tempo como modelo inspirador de vários doadores, como ela toma essa decisão, que foi uma decisão fantástica, de pensar seriamente a questão que liga a filantropia com o desenvolvimento, através de um esforço chamado Bellagio Initiative, que eu tive o privilégio de acompanhar, de estar presente, de participar, e que foi um grande agente motivador de nós fazermos essa reunião exatamente com a mesma temática de pensar a filantropia com o desenvolvimento.

No caso brasileiro, trabalhamos com algumas grandes contradições, que, teoricamente, são resultados das contradições que foram apresentadas desde o primeiro painel, hoje de manhã. Esses dados que eu vou dar são todos de 2011, portanto são dados do ano passado. Nós ocupamos, com o Brasil, o 7º lugar na economia mundial, e ocupamos a 84ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano. É um gap extremamente grande, e que não faz jus. Se nós somos essa economia, não poderia ter ocorrido esse gap na área do desenvolvimento humano, e se nós temos esse déficit no desenvolvimento humano, como é que explicamos o nosso sucesso econômico de estar na 7ª posição? O Brasil ainda tem 13 milhões de brasileiros que são analfabetos e que tem mais de 15 anos. Portanto, temos uma população já sofrida e que tem perspectivas muito menores de poder se desenvolver. A concentração de renda ainda é uma realidade, 10% da população mais rica detém 75,4% de todas as riquezas do país. O Brasil, segundo a PNAD, tem 30 milhões de brasileiros que são analfabetos funcionais. Nós ocupamos, no ensino básico, uma situação um pouco esdrúxula: em 2006, nós ocupávamos a 74ª posição no mundo; no ano de 2011, nós conseguimos cair para a 88ª posição de ensino básico no mundo. Então, na verdade, esse desenvolvimento econômico, essa pujança, em alguns aspectos da nossa sociedade, fê-la até piorar.

Quando olhamos para o papel da filantropia numa sociedade democrática e capitalista, começamos a perceber que nós temos alguns problemas também bastante sérios que envolvem o tamanho da filantropia. A nossa filantropia não está fazendo jus a esse crescimento. Dados que a gente tem do Child Fund, que foram produzidos em 2010, mostram claramente que o Brasil está ainda doando alguma coisa que representa 0,4% do PIB, quando a média dos países da América Latina é 0,8%: portanto, nós estamos defasados. O Global Index, que a CAF produz – e o IDIS é parceiro

na produção desse número – mostra claramente que, no caso brasileiro, nós ainda estamos na 85ª posição entre 125 países doadores, e entre países que são vizinhos nossos, o Chile está em 44o, a Colômbia está na 45ª posição e o Paraguai está em 42o, e isso mostra como a nossa sociedade ainda é pouco doadora. Isso tira um pouco a ideia de que o brasileiro doa. Esse estudo mesmo que foi feito pelo Child Fund trabalha um número mágico de que o Brasil teria, individualmente, 17 milhões de doadores, numa população que já ultrapassou 190 milhões de pessoas. Nós estamos falando de menos de 10% dos brasileiros como doadores. Esses números por sua vez trazem um outro tipo de dificuldade. Eles são todos estudos que vêm por amostragem. O Brasil é um país em que, se alguém perguntar quanto se doa, ninguém sabe, porque nós não temos nenhuma fonte em que esses dados são consolidados para podermos claramente dizer “O Brasil realmente doa x”, como você, nos Estados Unidos, pode perguntar ao Internal Revenue Service que ele vai lhe dar exatamente a informação da quantidade que foi doada.

Nesse contexto é que conseguimos entender também como a nossa filantropia tem um caráter muito paternalista. Para vocês terem uma ideia, aproximadamente dois terços dos doadores brasileiros são indivíduos. São aqueles que não sabemos quanto doam, mas a amostragem do Child Fund mostra que pelo menos 50% do dinheiro é canalizado por alguma entidade religiosa. E essas entidades têm muito caráter paternalista, e não caráter de mudança e transformação da sociedade. A discussão que vamos tentar conduzir agora é sobre como é que este recurso, que está crescendo, e de maneira voluntária, é aportado por empresas exercitando sua responsabilidade social, é aportado por pessoas colocando a sua liberdade de expressão através da filantropia, e de maneira muito importante, fazendo aquilo que é comum no ser humano – querer transcender, como colocou o Gianetti hoje pela manhã. Como é que todo esse esforço é colocado realmente para transformar a sociedade. Então, esse grande espaço entre dar e transformar a sociedade é que vai ser o objeto da nossa conversa.

Wiebe Boer: Eu vou falar um pouco sobre nossa Fundação, que tem foco no uso da filantropia para incentivar o desenvolvimento econômico na Nigéria e na África. Na África, fora da África do Sul, o campo da filantropia é muito pequeno e muito novo. E, mesmo cinco anos atrás, não havia absolutamente nada. O fato

de nós termos um campo emergente é um grande progresso. Em 2010, quando eu estava na Fundação Rockefeller, em Nairóbi, pediram para procurarmos filantropos africanos fora da África do Sul com os quais pudéssemos trabalhar, para poder ajudar e educar na medida em que construíam sua filantropia. E a realidade é que não encontramos nenhum, até que eu sentei em um avião e vi um anúncio que buscava um CEO para a Tony Elumelu Foundation, e eu falei com eles como alguém da Rockefeller dizendo "Como podemos ajudar vocês?". Isso levou a uma conversa de "Por que você não vem e faz". E eu estava sentado confortavelmente em Nairóbi, com planos para o próximo século, e a ideia de me mudar para Lagos, ainda que eu tivesse nascido na Nigéria, não era muito atraente. Mas eu acabei me mudando, e, nos últimos dois anos, sou basicamente parte da invenção da filantropia na África.

Os africanos, provavelmente, de forma similar aos brasileiros, têm coração generoso, e mesmo que a África seja tão diversa, e a Nigéria também seja diversa – tem 400 grupos étnicos – uma das coisas em comum é que todos são generosos e doam muito. Porém, a maior parte da filantropia tradicional é baseada na comunidade, em pequena escala, não é transformadora. É o tipo de filantropia que, se você fizer esse ano, você vai ter de fazer o mesmo no outro ano, e no outro ano, e não chega ao coração dos problemas. Quando o nosso fundador, o senhor Elumelu, pediu para começar a sua Fundação, o que me empolgou foi como pegar esse espírito generoso na África e transformar isso em algo transformador.

Nossa Fundação tem foco em melhorar a competitividade do setor privado na África, então trabalhamos com empresários para que destravem os obstáculos, pra que possam ter bons negócios e levar adiante o crescimento econômico da África a partir de dentro. Não parece o tipo de filantropia tradicional. Na Nigéria, como em muitas partes do mundo, filantropia é vista como caridade. A maioria das pessoas acha que se você faz filantropia, você está financiando orfanatos, escolas, hospitais, você está cortando fitas e assinando cheques, e isso é fantástico, mas nós queremos criar oportunidades econômicas de uma forma ampla e sustentável, para que não haja tantos órfãos e pobres, ou tantas escolas de baixa renda, porque a população toda pode crescer.

A história da nossa Fundação começa em 1997, quando o senhor Elumelu estava com 33 anos e se juntou a um grupo de outros investidores, e eles compraram um banco por US\$ 5 milhões. Em um período de 13 anos, eles o transformaram

em um banco bilionário, presente em 18 países, com sete milhões de clientes e 25 mil funcionários. Quando se aposentou, ele pensou: "Bom, se eu for fazer algo para dar de volta, eu quero ajudar a próxima geração a construir negócios como esse", porque, na verdade, fora da África do Sul, há pouquíssimas empresas africanas que operam no continente todo. É daí que veio a visão da Fundação. Como podemos ajudar a próxima geração de empreendedores a ter sucesso e construir esses tipos de ótimos negócios africanos, que empreguem pessoas e criem oportunidades e desenvolvimento econômico. Essa foi a tarefa que ele me deu, e nós, basicamente, estamos operando em quatro áreas de programa. Cada uma aborda um problema agudo que os empresários africanos enfrentam. Um é a capacitação de recursos humanos, e muitos empreendedores dirão que a questão não é dinheiro, são as pessoas. Há uma grande carência de talentos, e temos um programa de estágios, colocamos pessoas nos melhores MBAs do mundo, em negócios de crescimento acelerado em dez países do continente. Outra coisa importante: melhorar o acesso à educação em administração. Acreditamos que há falta de um milhão de administradores treinados de que a África vai precisar nos próximos anos. É um problema grande que tem que ser abordado. Estamos nos preparando para ter uma escola de negócios na Nigéria, uma escola do século XXI, mais em relação ao conteúdo, e menos quanto à beleza do campus. Estamos tentando fazer algo similar para o nível técnico, estamos criando uma instituição para ensino técnico e vocacional. Para esse nível, não é um milhão de pessoas que precisam ser treinadas, mas sim dezenas de milhões. Tudo tem que ter escala, senão não vamos ter o impacto de que precisamos.

Estamos trabalhando em políticas. Muitas das questões que os empresários africanos enfrentam são simplesmente problemas legais, leis de herança, e outras leis sobre leis, tornando o ambiente de negócios muito hostil, e isso não apenas para empreendedores dentro dos países, mas também para aqueles de um país africano querendo investir em outro. Estamos tentando falar com os governos para destravar algumas dessas leis, para criar um ambiente mais fácil para os negócios. Trabalhamos com legislação, estamos criando um conselho de competitividade com o governo da Nigéria, e também fornecemos apoio à capacitação para ministérios de governos de países africanos que trabalham com o setor privado, para eles poderem ser a ponte entre governo e setor privado para destravar o desenvolvimento e o investimento.

A terceira área com a qual nós trabalhamos é a pesquisa, basicamente naquela focada em preencher as lacunas de conhecimento sobre o que torna um negócio lucrativo na África. Da forma como as coisas funcionam hoje, se um típico empresário africano quiser tomar uma decisão de negócios significativa, ele normalmente não se baseia em lições do passado, mas, basicamente, tenta fazer por conta própria. Em outras partes do mundo, você tem estudos de caso, informações que você pode pesquisar para tomar essas decisões. Na África, isso não existe, e estamos tentando preencher essa lacuna de conhecimento.

E, por fim, nós fornecemos capital. Fazemos investimento direto, investimento de impacto em negócios na África, até agora, com foco, principalmente, na agricultura. São sempre investimentos através dos quais podemos criar escala e ter um grande impacto sobre muitos pequenos agricultores, ou clientes.

Em termos de algumas das lições que aprendemos, uma é que, para ser eficaz na filantropia e poder levar desenvolvimento econômico pela filantropia, é preciso ser criativo e usar todo tipo de ferramenta disponível. Você não pode só assinar cheques, mas também fazer investimento de impacto, fazer reuniões. Por vezes, o impacto mais importante é, de fato, a influência do nosso fundador, e um simples telefonema para um presidente de um país para dizer: "Você precisa mudar essa legislação para que os empreendedores tenham um ambiente melhor". Às vezes fazemos parcerias privadas. Então basicamente nós dizemos: "Qual é a melhor ferramenta para essa iniciativa em particular?", e é isso o que nós fazemos. A nossa vantagem é que a Nigéria não tem legislação sobre filantropia, então não há incentivo fiscal, mas não tem também nenhum tipo de regulamentação. Podemos fazer o que quisermos, da forma que quisermos, o que nos dá a oportunidade de sermos bem inovadores.

Outra coisa que aprendemos, também, é que escala é importante. Se você está em um programa que vai impactar dez, cem, ou algumas centenas de pessoas num continente de um bilhão de pessoas, não é bom o suficiente, então sempre pensamos sobre escala. Outra lição aprendida é que você precisa sempre colaborar, há sempre mais ideias e mais oportunidades de o que fazer do que dinheiro e pessoas. Então, tudo o que fazemos, fazemos o máximo possível através de colaboração. Por exemplo, estamos fazendo um investimento de impacto na África com a Rockefeller Foundation, também fizemos o African Philantropy Forum com o Global Philantropy Forum, que está trabalhando com vocês neste aqui. Também temos parceria com

a iniciativa de governança da África do Tony Blair, e fizemos parcerias com vários ministérios na Nigéria e de outros países, então as parcerias são muito importantes.

Marcos Kisil: Obrigado, Wiebe. Eu acredito que, em um futuro muito próximo, deve haver uma maior ponte entre a África e, particularmente, o Brasil. Eu não falo muito América Latina, porque a nossa contextualização com a África, a partir dos países que falam a língua portuguesa, permite um tipo de aproximação com o Brasil. E o Brasil é o primeiro país que, cruzando Atlântico, você vai encontrar. Então, o Brasil é geograficamente um parceiro em potencial para trabalhar com a África. Eu estive mês passado em uma reunião dos filantropos africanos, e é impressionante como as necessidades que foram expressas e as dificuldades que foram trazidas têm uma similaridade muito grande com as nossas. E eu tenho a impressão de que vai haver um caminho muito natural de apoio mútuo para vencer esses desafios que foram colocados.

Eu queria passar a palavra agora para o professor Jacques Marcovitch. Professor, nós temos a felicidade de ter uma relação há alguns bons anos, e o professor tem uma chance de conversar conosco sobre o tema do desenvolvimento, que sempre afetou o seu trabalho como um indivíduo preocupado com a sociedade como um todo, em seus aspectos econômicos e sociais. E o seu exercício não é só como reitor da universidade, professor da universidade, mas é um ativo agente também no setor público, como secretário de planejamento, presidente de empresas públicas, e também na área social. Aqui é um reconhecimento meu, pessoal, aos anos em que o professor serviu como presidente do conselho do IDIS. Então, entre outras coisas, o professor Marcovitch é ligado a esses temas há muito tempo. Professor, com muito prazer, eu passo a palavra ao senhor.

Jacques Marcovitch: Eu queria inicialmente agradecer a oportunidade, meu caro Marcos. Eu penso que você está prestando um grande serviço de criar um fórum como esse. Eu me permitirei já ir para as conclusões, que é dizer quais seriam as três mensagens que eu gostaria, no meu ponto de vista, que fossem gravadas. A primeira é a valorização da memória. A segunda é a valorização das métricas. E a terceira tem a ver com a nossa mocidade. Portanto, memória, métricas e mocidade. Isso vai ser colocado no contexto do que eu pude assistir na tarde de hoje.

A questão da memória é despertada pela plenária sobre ciência; a questão das métricas, pelos comentários da Viviane Senna; e a questão da mocidade tem a ver com a construção do projeto de vida das gerações que hoje estão decidindo o que vão fazer ao longo das próximas décadas. Isso se coloca num quadro brasileiro desafiador. Uma pesquisa que circula numa revista de 2013 perguntou para uma mostra significativa: "Onde você gostaria de nascer em 2013, se você tivesse a oportunidade de escolher?". Os 15 primeiros países são países com populações abaixo de 10 milhões de habitantes. Isso significa que o Brasil está em 53º lugar. Isso significa também que uma das ações da filantropia que existe no Brasil e em outros países tem a ver com os processos decisórios, porque os países de escala demográfica menor constroem consensos com maior eficiência do que países tão heterogêneos como o nosso. Muitos aqui conhecem, da Amazônia ao Rio Grande do Sul, passando por Rondônia e indo até o Pará, nós temos um país de tal diversidade que o Congresso a reflete e torna quase impraticável o consenso.

Mas vamos à questão da memória. Foi dito hoje, há poucos minutos atrás, que o Brasil não tem tradição filantrópica. E isso é uma inverdade. Se nós olharmos a primeira doação do primeiro prédio do campus da Cidade Universitária, este foi doado na década de 1950 pelo Jafet. Se nós olharmos, na Avenida Paulista, o Instituto Pasteur, que, na década de 1930, foi fundado lá, foi o setor privado que financiou, porque a raiva estava ocupando os espaços da saúde. E se nós olharmos para várias outras iniciativas, de famílias aqui representadas, nós vamos encontrar histórias de doação. Convém lembrar os hospitais, tanto o Sírio-Libanês quanto o Albert Einstein, entre tantas outras iniciativas. Eu acho que nós desperdiçamos essa possibilidade de valorizar a experiência brasileira através de centros de memória. E aqueles que têm poder de decisão nessa sala, especialmente os descendentes mais jovens, defendam os centros de memória das suas empresas e das suas famílias. Nós temos um caso muito concreto que eu me permito mencionar. É a lealdade acadêmica. O prédio do Hotel Esplanada, espaço do edifício Ermírio de Moraes, foi cedido para o Governo do Estado de São Paulo. A Secretaria de Cultura assume agora esse prédio. Existe uma crise de para onde vai o Centro de Memória do Grupo Votorantin. Essa crise paralisa um processo e coloca em risco o futuro de um centro. Cabe à mais jovem geração defender o centro de memória, porque é ele que vai dar, mais tarde, o respaldo para a construção do futuro.

Com relação a métricas, eu vejo que a questão é passar da retórica para as métricas, e a Viviane apareceu com muita força com essa prioridade. Quando o século XX foi passando por grandes transformações, nós tivemos, na direção de empresas, engenheiros ou imigrantes que tiveram uma juventude de grande adversidade. Essa ideia de que, para ser alguém na vida, precisa, desde o feto materno, ter boas condições de desenvolvimento, a realidade mostra que nós temos brasileiros que foram capazes de inovar na área da ciência, da tecnologia, da empresa, e que vieram de condições absolutamente adversas. Parece-me que, para a lealdade da ciência, é preciso observar que tudo deve ser medido. E, no caso da filantropia, ela ganha quando nós temos indicadores de resultados e indicadores de impacto. Os indicadores de resultados e impacto não devem só medir os insumos e o resultado do insumo, mas o quanto o impacto dessa ação filantrópica tem a ver com as métricas do desenvolvimento, que o Marcos Kisil estava lembrando na sua introdução. O quanto cada ação filantrópica pode ajudar a resolver os grandes desafios de um município, de uma comunidade, e do Brasil como um todo.

E eu me permito concluir com uma experiência de um dos projetos que eu estou envolvido, a construção do Projeto de Vida. Várias das ações que estão sendo realizadas nas iniciativas filantrópicas aqui têm a ver com a juventude. Melhorar a educação, melhorar as condições de infraestrutura das escolas. Mas talvez seja o caso de priorizar o tempo das pessoas para sentar com os jovens e discutir o seu projeto de vida. Em outras palavras, inspirados em exemplos exitosos, como nós podemos induzir o jovem a pensar de uma forma ousada, sem manipulação – eu posso descrever depois o que eu quero dizer com isso –, mas, genuinamente, oferecer condições para que esse jovem possa construir o seu projeto de vida, com todas as condições de exemplos que ele poderia adotar, inclusive de mobilidade regional, já que o Brasil oferece muitas condições de oportunidades de êxito.

Marcos Kisil: Eu passo a palavra para o Rob, porque ele é um pouco o grande motor que está por trás desse esforço que a Rockfeller decidiu fazer de trazer os dois temas, e é um tema muito pujante para uma questão muito nacional, porque, como nós ainda vivemos um modelo de caridade na filantropia, a palavra desenvolvimento ainda parece que é de domínio de governo, e não de domínio de sociedade. Quando pensamos em desenvolvimento, pensamos em governo financiando grandes obras

de infraestrutura, ou emprestando dinheiro a juros subsidiados para algum tipo de indústria, ou para algum tipo de interesse econômico. Temos essa grande dificuldade de ver como é que desenvolvimento é uma questão de cada um de nós, de cada um dos cidadãos. E foi essa preocupação que percebemos nas discussões que vieram de Bellagio, e aí passo a palavra para o Rob para fazer esse apanhado de como foi entendido esse tema.

Robert Garris: Muito obrigado. Eu não sei se sou um grande ou um pequeno incentivador nessa iniciativa Bellagio, mas estou muito contente de estar envolvido. Eu comecei a trabalhar na Bellagio Initiative há dois anos e, desde o começo, todos me falaram como o setor filantrópico é dinâmico no Brasil. É muito empolgante estar aqui e conhecer esses indivíduos que estão fazendo esse setor ser tão dinâmico.

A Bellagio Initiative sobre o futuro da filantropia e do desenvolvimento surgiu há alguns anos, quando a Fundação Rockefeller começou a pensar sobre o que fazer para comemorar o seu centésimo aniversário. A Fundação vai fazer 100 anos no ano que vem e, quando estávamos pensando sobre isso, nós imediatamente reconhecemos que os próximos 100 anos de filantropia serão completamente diferentes dos primeiros 100 anos. Existem forças enormes no mundo inteiro, tanto no setor filantrópico quanto no setor de desenvolvimento. Existe dinamismo não apenas no Brasil, mas também na África, na Ásia, e o setor filantrópico tem novas pessoas, novas ideias, novos recursos entrando. Também tem o setor de desenvolvimento, que está passando por enorme mudança. Algumas das grandes entidades já estabelecidas, organizações bilaterais e multilaterais, com sede no norte e que impulsionaram várias agendas no século XX, estão se retraindo por conta da crise financeira global. Ao mesmo tempo, em grande parte do mundo, os governos estão começando a gastar os seus próprios recursos para resolver problemas sociais. Estamos vendo a emergência da ajuda internacional de países como China e Índia, que não ajudavam no passado. Então é um mundo muito novo, muito dinâmico. Nós decidimos rapidamente que, se nós quiséssemos explorar como a filantropia e o desenvolvimento interagem, nós tínhamos que ter muito mais cabeças pensantes ao redor da mesa. Nós fizemos parcerias com outras organizações – o The Institute for Development Studies e o Resource Alliance, no Reino Unido –, e elas também nos ajudaram a conduzir diálogos globais no mundo inteiro. Um deles foi realizado em São Paulo, organizado

pelo CEBRAP, e aqueles dez diálogos globais levaram a um grande encontro realizado em um centro da Fundação Rockefeller em Bellagio, na Itália. Naquele encontro, várias organizações de desenvolvimento – como o Banco Mundial –, pequenas organizações comunitárias da Ásia e da África, Fundações já estabelecidas e novos filantropos de todo o mundo discutiram como seria a nova dinâmica entre esses dois setores, filantropia e desenvolvimento. Gostaria de compartilhar alguns dos temas que saíram dessa conversa. Elas soarão muito familiares para vocês, surgiram em parte da contribuição de colegas que são do Brasil.

Eu vou falar sobre quatro pontos, vou repassar cada um deles rapidamente e vou deixar algumas palavras-chave para ajudar. Uma é o ecossistema das organizações filantrópicas e de desenvolvimento. A segunda é o papel do risco na filantropia e no desenvolvimento. A terceira é a confiança, de que já falamos hoje. E a quarta é a métrica e a importância disso no nosso trabalho.

A questão do ecossistema foi abordada hoje de manhã cedo, e a Jane Wales colocou isso muito bem quando disse que o setor privado é muito bom em gerar riqueza, mas o setor público e o setor de filantropia vão ter de gerar equidade. Esse é um dos pensamentos chave do ecossistema de atores na filantropia e no desenvolvimento. Todos nós temos papéis importantes na resolução de problemas sociais, nós todos trazemos recursos importantes para melhorar a vida do ser humano. E, quando falávamos sobre ecossistema, achávamos muito importante para cada um de nós entendermos nossas capacidades únicas e contribuições únicas para o ecossistema de organizações que promovem o bem estar humano. A ideia não era imitar umas as outras, mas tentar encontrar as complementaridades para que nós pudéssemos ser mais eficientes e realmente nos basear nos nossos talentos e contribuições.

Em relação ao segundo ponto, o risco, essa foi uma das coisas que suscitou mais paixão dentro da filantropia. E eu estou apenas repetindo alguns comentários feitos hoje. Instituições filantrópicas e filantropos individuais são únicos no sistema de atores do desenvolvimento que tem a liberdade de assumir riscos que levem a inovações. Organizações filantrópicas, nesse ambiente em mudança, precisam ser muito mais sofisticadas na maneira como pensam sobre o risco que promova mudanças positivas, nas maneiras como eles pensam em riscos que tragam o potencial de inovação. Eu vou olhar um pouco para o futuro. A Fundação Rockefeller está entrando em uma parceria com a Fundação Gates e a Universidade McGill para desenvolver

um manual muito prático para instituições filantrópicas que queiram se tornar mais sofisticadas quanto a pensar em como equilibrar risco e a promoção da inovação. Isso virá no futuro.

O próximo item é sobre a confiança. Uma coisa que chama muito a minha atenção aqui no Brasil é a prevalência da questão da confiança. Falamos sobre isso, é um tema muito importante na Bellagio Initiative, e parece muito mais profundo no contexto brasileiro. A questão aqui é como fazer que as organizações governamentais, o setor privado, o filantrópico e a sociedade civil confiem uns nos outros, para que confiem nas motivações fundamentais e para que confiem nessas capacidades para realmente criar mudanças. Não tínhamos soluções fáceis para essa questão, mas uma coisa que achávamos importante, principalmente para o setor filantrópico, é fundamental ser capaz de assumir compromissos de longo prazo, de construir confiança. E um dos participantes na Bellagio Initiative fez uma analogia bastante perigosa, mas muito apropriada. Ele falou: "Num casamento, você não cria confiança dizendo 'todo dia 31 de dezembro eu vou fazer uma avaliação desse relacionamento, e, se eu não gostar, eu vou embora'". Precisamos ter a vontade de assumir um compromisso de longo prazo quando nos engajamos no trabalho filantrópico, para que possamos construir aquela confiança, que dentro do ecossistema, é necessária para que todos possam ser bem sucedidos.

Isso me leva ao último ponto, que são a métrica e a avaliação. A confiança nos outros e nos compromissos de longo prazo não significam que não temos mais responsabilidades muito sérias de assegurar que nossas ações produzam os resultados para as pessoas para as quais trabalhamos. Isso exige métricas muito mais sofisticadas, e também nós achamos que exige uma abordagem de métrica e avaliação que envolve diálogo, para que nós não meçamos outras pessoas, mas sim trabalhemos junto com a sociedade civil e com comunidades para perguntar: "Esse projeto é bem sucedido?". E esse processo é extremamente complicado, não há uma resposta fácil, mas acreditamos que essa avaliação mútua e métricas mútuas vão fazer com que tudo isso seja muito mais poderoso e eficaz.

Jacques Marcovitch: Eu penso que, no Fórum, é isso mesmo, as ideias vão provocando. E eu penso que o que acaba de ser destacado é importante reconhecer as lógicas distintas, quando o Robert levanta a questão do tempo, os horizontes, o que

poderíamos chamar de o tempo do falcão e o tempo da coruja. O tempo do falcão é o da empresa, a violência, a agilidade, a rapidez. O tempo da coruja é o da sabedoria. Como conciliar esses tempos? E, nesse mundo da filantropia, são três lógicas que devem conviver. A lógica de resultados é tipicamente da empresa, e quando a empresa lida com o governo, ela vai ter que entender a lógica do poder. Viviane Senna mencionava isso, as eleições a cada dois anos, os ciclos muito mais curtos. Portanto, relacionar-se com o governo significa entender o outro, no sentido antropológico da palavra, saber que o outro é diferente de nós e, a partir daí, compreender o outro se colocando no lugar dele ao invés de confrontá-lo. O que nos une a todos é um terceiro tipo de lógica, que é a dos valores, que são inexauríveis. Essa lógica dos valores não tem tempo para se realizar, eles estarão sempre permanentes. O que aconteceu nos últimos anos? Com a prevalência das humanidades no Brasil e a frustração dos engenheiros nas décadas de 1980 e 1990, veja a falta de engenheiros hoje, nós fomos muito para a direção dos valores, mas perdemos a sensibilidade para as métricas e para os resultados.

Concluindo, despertado pela observação que foi feita, é preciso desenvolver a capacidade da compreensão do outro, colocar-se na posição do outro e entender que essas lógicas são distintas, trabalham com tempos distintos. O desafio de um dirigente de uma instituição filantrópica é saber conciliar essas três lógicas. A lógica de resultado, tipicamente da empresa; a lógica do poder, tipicamente do governo; e a lógica dos valores, tipicamente das organizações chamadas de terceiro setor.

Marcos Kisil: Uma questão séria para a sociedade filantrópica é entender o papel dela vis a vis os outros atores. E uma discussão interessante é essa sobre risco. Quando se propõe uma nova alternativa, um novo processo, uma nova tecnologia que tem grande chance de fazer uma transformação social, ela sempre tem um risco. E, se isso diretamente ocorre através de uma política pública, nós podemos estar colocando em risco toda uma maneira de pensar que, num determinado momento histórico, uma sociedade poderia compor através de alguns importantes projetos. Eu me lembro de uma discussão que nós tivemos sobre o Fome Zero, que foi um programa do início do governo Lula e que morreu na praia. Morreu logo depois de ser definido como uma Política, porque ele começou como um programa que não tinha claramente definidos os riscos que ele corria, e não tinha claramente definido um

plano de trabalho que pudesse ter sido orientador da política. A política pública veio sem uma fase anterior, em que você pudesse estudar, pesquisar qual seria a melhor alternativa. E aqui coloco o papel do filantropo. Eu acho que o indivíduo que está no mercado nunca vai lançar um produto e vai investir se ele não fizer um estudo de mercado e saber como, com qual tecnologia e com que apetite o mercado está disposto a consumir o seu produto. A isso chamamos de pesquisa e desenvolvimento. E sabemos que, muitas vezes, o governo, pressionado pelas necessidades e pressões políticas, não faz pesquisa e desenvolvimento para gerar as suas políticas públicas. Há um grupo importante de doadores que trabalha em um setor filantrópico que hoje tem claro que um dos papéis da filantropia é trabalhar na área de research and development de políticas públicas. O que comporta, para esse setor, um risco que o governo não tem condições de assumir. Então, você pode testar modelos de atendimento da criança de 0 a 3 anos, ou um programa de profissionalização de jovem, ou uma maneira de atender melhor as necessidades para a mãe, que tem que se desdobrar como uma profissional e como uma mãe, uma chefe de família. Nós temos chance de testar isso.

Voltando ao que a Viviane nos colocou na conversa de hoje, se nós não tivermos essa perspectiva de transformação social, nós temos grandes chances de estar operando no que ela chamou de uma filantropia de tipo artesanal. Nós fazemos os nossos projetos, e eles são desconectados da capacidade de ir à escala e transformar a sociedade. Agora, se eu me coloco como uma área de pesquisa e desenvolvimento para política pública, de saída eu tenho que fazer uma articulação com o governo, tenho que fazer uma articulação com outros membros da sociedade civil, etc. Estou dizendo isso porque nós estamos vivendo, nesse exato momento, um projeto em que estamos levando o cuidado para a primeira infância, 0 a 3 anos de idade, para o que se chama de Amazônia profunda. E nós estamos percebendo que mesmo o governo do Estado do Amazonas não tem uma política pública para essa população, que é dele. Então, nós estamos negociando exatamente com a Fundação Amazonas Sustentável para criar um piloto em que todos os riscos vão ser corridos pela filantropia, para desenhar, junto com a Secretaria, o que é possível estender para todo o Estado do Amazonas e, possivelmente, para a região Norte como um todo. Então, essa questão do risco é uma das que eu valorizo muito como uma característica da filantropia, deve ser valorizada, porque ela é parte do que a sociedade tem que investir para aprender.

Jacques Marcovitch: Penso que 2008, na questão do risco, trouxe uma variável nova. Acho que você tem toda razão, a filantropia deve ser o espaço em que a inovação ocorre, as novas formas ocorrem. Agora, o que aconteceu em 2008? Eu acho que 2008, em primeiro lugar, provocou, pouco a pouco, o desaparecimento do rendimento dos endowments. Um dos boards que eu ocupo é na Escola de Altos Estudos de Relações Internacionais, lá em Genebra. Junto com outros que eu integro aqui no Brasil, sempre são ações voluntárias. O que eu vejo lá é que há uma reserva em relação a receber recursos. É mais importantes receber prédios que podem ser alugados, do que recursos financeiros a serem aplicados. Porque hoje as aplicações, em certos países, geram um custo negativo, o juro é negativo. Portanto, para a estabilidade de uma instituição na área social ou na área educacional, é preciso, conforme você estava sugerindo, pesquisa e desenvolvimento, no sentido dos approaches aos problemas, mas também na perenidade dos projetos. E essa é uma questão, além dos outros dissabores que a crise de 2008 trouxe. O que nós percebemos, é que essa crise também trouxe novas fortunas – fortunas no sentido de sorte, mas também da competência e do trabalho de muitos –, o que oferece novas oportunidades de investimento. Mas é preciso fazer essa leitura dos últimos cinco anos, que são extremamente ricos em lições para a construção do futuro.

Marcos Kisil: Muito bom. Passando para as perguntas, eu vou juntar aqui duas que chegaram e que são perfeitamente coincidentes. Olhando uma sociedade ainda desequilibrada como a nossa, em que muitas vezes se entende desenvolvimento simplesmente como a prestação de serviços àqueles que não têm acesso a serviços, saúde, educação, saneamento, etc., a pergunta é: Como é que você vai, além de querer suprir, teoricamente, o papel que é do Estado, dar direito à cidadania de ter acesso a esses serviços básicos? E você vê muitos doadores que estão dando recursos para educação, saúde – foram citados alguns exemplos aqui. E uma coisa que tem mais dificuldade de aparecer, que foi objeto da segunda pergunta, é que, normalmente, entre os temas relevantes para o desenvolvimento, não aparecem direitos humanos. Sabemos a dificuldade que existe, entre as organizações que são dedicadas aos direitos humanos, de conseguir recursos não só para os seus projetos, mas para a própria sustentabilidade institucional. E sabemos muito bem que direitos humanos são críticos para desenvolver a cidadania e para desenvolver

a sociedade. Como é que vocês veem essa ausência, vamos dizer assim, da questão dos direitos humanos, como um foco ainda de difícil presença nessa nossa filantropia? Essa é uma questão que tem um aspecto brasileiro, mas saiu o tema de direitos humanos nas discussões de Bellagio.

Robert Garris: Eu vou começar com a questão de direitos humanos, que foi muito discutida na Bellagio Initiative. Há uma grande consciência de que a filantropia não se envolve frequentemente com questões de direitos humanos, salvo em notáveis exceções. Há uma tendência de se afastar dos direitos humanos. Isso estava ligado a duas grandes complexidades ao lidar com direitos humanos. Uma reflete a dinâmica recente em filantropia, pelo menos no contexto da América do Norte, que é muito ligada a tempo, baseada em métricas, e trabalhar com direitos humanos não é um problema que se resolve rapidamente em um ou dois anos. É um projeto de longo prazo e um investimento de longo prazo. E na medida em que fundações na Europa e nos Estados Unidos diminuíram seus prazos, parece menos provável que eles vão se engajar e falar de uma forma aberta sobre direitos humanos. Quando George Soros começou alguns dos seus trabalhos de liberdade de imprensa e direitos humanos, não havia um prazo para essas questões serem resolvidas. Não estava claro que 1989 seria o momento de mudança no Leste Europeu, ou quando a Primavera Árabe aconteceria. São investimentos de longo prazo. A minha perspectiva é que a filantropia deveria tirar vantagem da nossa capacidade de fazer investimento de longo prazo, e ter paciência. Mas não é tendência agora.

A segunda questão que realmente complica o trabalho com direitos humanos é que educação, eliminação de pobreza, saúde, são metas que todos no ecossistema partilham, podemos discordar na forma de chegar a tudo isso, mas não cria muita dissonância. Porém, quando você está falando de questões de direitos humanos, você está desafiando o poder, você tem que trabalhar num ambiente onde você depende da cooperação de pessoas no poder, mas está desafiando esse poder ao mesmo tempo. Não há respostas fáceis a isso, e dá para entender porque a filantropia e alguns filantropos simplesmente se afastam dessa complexidade. Os outros assuntos com os quais mais frequentemente lidamos, como educação, pobreza e saúde, não são simples de resolver, mas não criam o mesmo tipo de perigo imediato, óbvio e, por vezes, físico. Eu vou voltar para a questão de risco, porque é relevante à questão

de direitos humanos. Estávamos falando anteriormente sobre encorajar fundações a se arrisquem, a serem corajosas, mas quando falamos em assumir riscos, devemos sempre nos perguntar o que estamos arriscando. Uma perda financeira? Tudo bem para os filantropos. Estamos arriscando uma perda de reputação? Espero que sejamos corajosos o suficiente para arriscar uma perda de reputação. Mas jamais devemos arriscar as vidas dos outros. Muitas vezes, em direitos humanos, o filantropo oferece o dinheiro, mas o ativista está lá nas ruas e nas frentes, e temos que ter muito cuidado com a maneira como organizamos esse trabalho e o abordamos. E não transferir esse risco pessoal e político para os outros, enquanto estamos confortáveis em nossos escritórios, traçando estratégias.

Jacques Marcovitch: Eu acho que a resposta é uma das mais abrangentes. Eu só quero fazer uma nota de rodapé na perspectiva de um brasileiro. Eu vejo que, em primeiro lugar, se nós olharmos todas as organizações aqui que estão atuando, todas elas, implicitamente, estão se relacionando com as questões dos direitos humanos. Quando se trata de uma criança, quando se trata da saúde, quando se trata da educação, quando se trata do acesso a saneamento, nós vamos ver que, implicitamente, existe uma ação que procura assegurar acesso a direitos. Essa é a ação implícita. A ação explícita é aquela de uma instituição que eu conheço no Brasil, porque alguns ex-alunos nossos de Relações Internacionais trabalham lá, que é a Conectas, que olha a postura do Brasil em relação aos direitos humanos. Ela envia seus alunos, seus funcionários, seus integrantes, para Genebra, para acompanhar os votos do Brasil na área de direitos humanos. E monitora a atitude do Brasil, que é, às vezes, hipócrita, de não confrontar – voltamos à questão do poder – países que não praticam direitos humanos da forma que nós os praticamos no Brasil, por receio de conflito de interesses, comerciais ou outros interesses geoestratégicos. Essa nada mais é do que a nota de rodapé na perspectiva do Brasil.

Dito isso, com relação à observação que foi feita, há muito o que se fazer. E falta a indignação do que está acontecendo na região Norte, que o Marcos Kisil se referiu na região da Amazônia. Um livro que foi recentemente indicado, entre os dez, para o [Prêmio] Jabuti, é um chamado O Rio – Uma Viagem à Alma do Amazonas. E esse jovem repórter de O Estado de São Paulo, Leonêncio Nossa, desce do Peru até o Atlântico, vai viajando pela região Norte e observa. Da descrição que ele

faz, eu destaco dois momentos. De um lado, o pirarucu, que protege sua prole do predador na própria boca. E isso é algo que os biólogos confirmam, eu não vi isso, mas é confirmado, o pirarucu macho protege sua prole. Depois, ele vai descendo pelo rio para ver o abandono de crianças, a maternidade precoce de meninas de 9, 12 anos, a prostituição que aumenta em torno dos projetos de desenvolvimento na área de mineração. E essa indignação não é trazida por organizações de direitos humanos, só aparece em uma notícia ou outra, quando é algo que ocupa a manchete da primeira página. Mas não há uma ação filantrópica sistematizada para denunciar. Por causa do ponto que foi mencionado, porque existem estruturas de poder, e essas estruturas de poder não estão sendo confrontadas por ativistas que seriam financiados, apoiados, mantidos por iniciativas filantrópicas com vocação de direitos humanos.

Marcos Kisil: Isso me recorda uma das visitas que eu fiz quando foi lançado o Bolsa Família. Foram escolhidos dois municípios do Piauí onde iria ocorrer o início do projeto. Mais ou menos uns três anos depois do lançamento do programa, eu fiz uma visita com uma colega da Universidade Federal do Piauí a esses dois municípios. Encontrei duas situações que me chamaram a atenção. Primeiro, essa preocupação de se é possível tirar alguém de uma política assistencialista e criar incentivos para a pessoa sair do programa, e o programa, naquele momento, estava baseado na ideia de que o SEBRAE fizesse treinamento de pequenos negócios para ter saída laboral para o indivíduo não ter que depender da bolsa do governo. Em geral, os programas tinham falido. Primeiro, porque eram inadequados para o tipo de população que eles estavam atendendo; segundo, porque a população não tinha nenhuma vontade de sair da Bolsa Família. A segunda questão era mais séria: num determinado momento, foi definido que uma mulher de qualquer idade, com filho, constituía uma família e, portanto, a família que poderia receber o básico do Bolsa Família era uma mãe com um filho. O que estava acontecendo nesses municípios era uma incidência de incestos, porque o pai engravidava a filha para poder ter uma renda que superasse a que ele tinha com a própria família. Foi muito interessante, e isso era uma informação que não circulava. Um ou dois anos depois, o que começou a aparecer e pipocar no jornal foram os casos de incesto que estavam acontecendo nas regiões que recebiam o Bolsa Família, principalmente no Nordeste brasileiro. Então, onde estão os direitos

humanos que tínhamos de ter na própria política, no momento em que você chega a esse ponto de desarranjo social, desarranjo até antropológico? Enquanto o pirarucu estava protegendo, você aqui estava vendo a destruição. Então, são questões que aparecem no dia a dia, e que aparecem também como estímulo para pensar qual o papel que nós vamos jogar enquanto filantropos diante das políticas públicas. E essa é uma outra questão, porque eu penso o papel do filantropo fazendo research and development para as políticas públicas, mas qual é o papel nosso de análise, de crítica, de sugestão em relação a políticas públicas recentes, que até certo ponto não são aquelas que você imagina que podem ser as melhores para a sociedade? Essa é uma questão que está aí.

Eu queria fazer outra pergunta que chegou aqui e que é interessante. Diz o seguinte: no caso brasileiro, estamos vendo, progressivamente, inclusive pelo marco legal, uma participação cada vez maior de recursos que vêm de empresas sendo doadoras. Isso descaracteriza um pouco a presença do indivíduo como responsável e marca um pouco o espaço que, de certa maneira, também tem a sua resposta no marketing, no interesse comercial que as marcas podem eventualmente ganhar com a sua ação social. Diante dessa ideia, dessa possibilidade, também há ganhos. E um dos ganhos importantes foi o nível de profissionalização que começou a ocorrer no setor, por influência dos próprios doadores, que são corporativos, em que a preocupação com impacto e com processos eficientes e eficazes veio para o setor. Diante dessa realidade, e sabendo ainda o papel que a filantropia brasileira joga no mundo caritativo, principalmente através das diferentes denominações religiosas, essa presença da corporação, pensando um processo de desenvolvimento que vai mais além dela ser um agente econômico, e começa a ser um agente também de desenvolvimento social, cultural, de preservação do meio ambiente, etc., como é que vocês veem esse elemento empresa entrando na questão de pensar que a sua doação também faz parte de um esforço de desenvolvimento?

Jacques Marcovitch: Eu vou me permitir começar a olhar o Brasil de 2030, 2050, para responder a questão do papel das empresas. Elas, como doadoras diretamente – e isso já aconteceu no passado – ou elas criando instituições que militam profissionalmente na questão da filantropia. A minha conclusão é que, no segundo caso, deveria haver uma absoluta independência entre quem doa o recurso e quem gere o

recurso, para deixar claro quem decide o que fazer. Nós temos casos absolutamente meritosos na história do Brasil de empresários que foram, ao mesmo tempo, pioneiros econômicos, pioneiros sociais, pioneiros ambientais, como o caso do Samuel Benchimol, na Amazônia. É legítimo ele decidir o que quer fazer com o seu dinheiro. Mas se ele decide criar uma instituição que passa a ter um nome próprio, e esse nome próprio passa a gerir profissionalmente um recurso, deve-se tomar muito cuidado na interferência sobre essa gestão profissional. E no caso de alguns países, o caso dos Estados Unidos é típico, a isenção fiscal só ocorre quando não há essa interferência, porque existe um corpo profissional orientado por um conselho de representantes da sociedade, que vai decidir o melhor uso desses recursos dentro da missão que foi definida pelo doador. E aí nós temos uma distinção entre a doação e a gestão. Que ele participe de reuniões de conselho, pode até ocorrer. Mas se é para decidir o que vai fazer, mantenha isso então dentro da própria empresa ou crie um instrumento jurídico para que ele possa deixar claro quem são os tomadores de decisão.

Vamos um passo atrás, na questão do Brasil e das empresas. Se nós olharmos o Brasil de uma forma otimista, que depende da ação de todos nós, nós imagináramos um país que chegasse a 240 milhões de habitantes, que cresceria 5% ao ano e que ocuparia um lugar diferenciado na construção da nova geopolítica mundial. Isto é, um país que, aliás, gostaria de ter um papel mais presente nas decisões globais. Mas o que isso significa? Significa que, além da área ambiental, sobre a qual nós somos convidados para a mesa, nós devemos ter gente preparada na questão dos direitos humanos, para opinar sobre questões nossas e de outros países, na questão monetária, financeira, de comércio, na questão de segurança. E não basta o interesse comercial do Brasil se existem conexões que, hoje, estão impedindo tratar de forma humanitária a questão da Síria. O Brasil deve ter uma opinião, por mais complexo que seja o problema. A conexão Moscou-Teerã, que está apoiando o governo atual, e alguns países que estão reconhecendo a oposição, aumentando a militarização da região, mostra bem a ausência do Brasil nesse debate. Para o Brasil assumir essa posição geoestratégica, ele terá que desenvolver competências em várias áreas.

Nas empresas, nós estamos mais à frente. A prova é que nossas empresas globais já estão em vários países. O que acontece nas questões das empresas, e eu me permitirei voltar à questão do poder. Eu não tenho dúvidas de que os grandes grupos brasileiros que se internacionalizaram perceberam a importância que eles

têm na área da cultura, na área social e na área ambiental, além da área econômica, obviamente. O fato é que, quando essas prioridades não estão harmoniosamente relacionadas com os seus projetos, há um silêncio absoluto. Se nós olharmos toda a região de Rondônia, ou todos os grandes projetos que hoje estão ocorrendo na área hidrelétrica e na área mineral, nós vamos ver as condições sub-humanas em que os funcionários desses projetos estão trabalhando, os focos de prostituição que estão aumentando, e eu me refiro aqui a uma prostituição de menores, porque o responsável entende que a responsabilidade do projeto dele se limita à área da empresa. O que acontece fora não é uma corresponsabilidade da parte dele. E faltam exatamente as organizações de terceiro setor para prestar serviços e ajudar na criação de condições muito mais humanas nessa área.

Respondendo sua pergunta, e tem tudo a ver com o tema do desenvolvimento da filantropia, eu acho que, em primeiro lugar, quando falamos de desenvolvimento, dependemos de uma leitura de um Brasil mais desenvolvido de forma mais homogênea, intervenções na região Norte e na região Nordeste, desconcentrações urbanas, a possibilidade de criar uma responsabilidade ambiental muito maior do que aquela que nós temos. A partir disso, podemos então definir o papel das empresas, que, além de doar, terão que assumir projetos que integram todas essas dimensões no processo de desenvolvimento. Finalmente, se uma empresa entende que ela deve dissociar a sua ação empresarial da sua ação social, cultural, ambiental, profissionalize essa área e deixe esses profissionais trabalharem dentro dos parâmetros da filantropia propriamente dita.

Robert Garris: Eu concordo absolutamente com você, Jacques. Eu dou dois exemplos, um muito breve e um da Bellagio Initiative. Não um exemplo, mas uma declaração. Os colegas na Bellagio Initiative concordam absolutamente que é fundamental que doadores sejam separados das organizações filantrópicas, e que organizações filantrópicas sejam parceiras de organizações da sociedade civil. Essa independência é importante não só para a autonomia de cada instituição, mas também porque na tensão entre essas diversas partes da sociedade, você tem melhores resoluções de problema. Em vez de ter todo mundo alinhado com uma pessoa, com uma ideia e uma estratégia, há um diálogo em uma situação ideal, e no diálogo, criam-se melhores soluções para a saúde, a educação, ou seja lá qual for a questão em que se

trabalhe – direitos humanos, direitos de mulheres. Se me permitirem dar uma de historiador por um momento, e olhar para a Rockefeller Foundation, ela foi criada em 1913, por John D. Rockefeller. Ele queria promover o bem estar humano pelo mundo. O endowment foi investido totalmente nas ações da Standard Oil, a companhia dele. O conselho diretor era composto por membros da família Rockefeller e assessores próximos da Standard Oil. Muito do trabalho da Rockefeller Foundation nas décadas de 1910 e 1920, não só nos Estados Unidos, mas na China, no México, ao redor do mundo, foi feito por empregados da Rockefeller Foundation, com ações da Standard Oil e um conselho diretor de assessores da Standard Oil. Então era muito próximo, ainda que fosse legalmente uma entidade separada. No decorrer do tempo, isso se desenvolveu, e se desenvolveu de uma forma que fizemos parcerias com outras organizações, o conselho diretor se tornou mais independente. Isso demanda tempo e é bem complicado, não foi uma trajetória linear, e mesmo no primeiro modelo, a Fundação foi muito bem sucedida, teve alguns de seus maiores sucessos, a criação do campo da saúde pública ao redor do mundo surgiu dentro desse modelo mais centralizado. Mas, em última instância, a situação ideal é aquela em que há diversidade, tensão e a aprendizagem que vem da tensão, quando você tem uma sociedade civil ativa, um setor filantrópico ativo e um governo ativo atuando juntos para resolver os problemas.

Marcos Kisil: Uma informação: com o apoio da Rockefeller, nós vamos levar agora essas questões de desenvolvimento ao nível regional que você colocou, Jacques. E as duas primeiras regiões que nós vamos atender no próximo ano são a Norte e a Nordeste, onde temos essa grande dificuldade de ver o quanto esse processo de desenvolvimento de infraestrutura traz de regresso com relação às questões humanas, às questões de direitos humanos. Isso queremos fazer de tal maneira que atraia o doador local para ele entender esse processo de realidade que ele está vivendo, para ele descobrir qual é a melhor maneira de contribuir para alterar essa realidade.

ENCERRAMENTO

Participantes:

Marcos Kisil, diretor presidente do IDIS

Jane Wales, presidente e CEO do World Affairs Council e do Global Philanthropy Forum; vice-presidente do Aspen Institute

Jane Wales: Acabo de dar uma entrevista para a revista Veja, é quero mencionar a vocês duas perguntas que eu respondi.

A primeira pergunta que eles fizeram foi: "Qual a diferença entre caridade, filantropia e filantropia estratégica?". Eu dei como exemplo a tragédia provocada pelo Furacão Katrina, que aconteceu em 2005 no nosso país. O furacão passou, pontes e estradas foram quebradas, comunidades pobres foram destruídas. Foi extraordinário. Muitas mortes e destruição.

Minha resposta foi que a caridade foi o que proveu comida, roupas e alojamento para os afetados. Filantropia seria a construção de diques ou reconstruí-los para que não cedam da próxima vez. A filantropia estratégica teria sido entender as causas subjacentes da pobreza dessas comunidades. Por que elas são tão pobres e vulneráveis a esse tipo de acontecimento? E o estudo das extremidades climáticas que fazem com que os furacões aconteçam com mais frequência. E a minha visão é

de que os três são válidos. Caridade, filantropia e filantropia estratégica, os três são necessários, e a maioria de nós faz os três. Cada um tem o seu lugar, depende do problema que você está encarando.

A segunda pergunta foi "Por que o Brasil?". Se eu fosse brasileira, eu responderia "Por que não?". Mas como sou americana, a minha resposta é: "Essa é uma sociedade que está gerando ótimas riquezas. Está rejeitando as disparidades, está tendo uma visão ampla, inclusive do impacto da filantropia, experimentando com impacto de investimentos, compartilhamento de visões, com variedade de campos de financiamento de tendências sociais. Tem conhecimento para exportar, tem ideias para exportar. Esse conhecimento e essas ideias são necessários ao redor do mundo".

Mas o mais interessante, para mim, é esse otimismo para exportar. Deixe-me focar nesse ponto por um instante. Apesar de todas as nossas conversas sobre gerenciamento, approach científico, na verdade um dos ingredientes essenciais da filantropia é o otimismo – o senso de que o impossível não apenas é necessário, como pode ser feito. Então, por favor, se vocês exportarem tudo o que sabem, também exportem seu approach para todos nós.

Há uma questão que não foi perguntada. Jacques Marcovitch não perguntou quando será o próximo fórum, apenas deu um conselho. E o Marcos nunca disse "Qual é o próximo fórum?", mas certamente disse "Eu assumo o compromisso". Isso me diz que isto é uma comunidade. Há uma comunidade aqui, há uma comunidade a ser aprofundada, há uma comunidade para ser expandida e há uma comunidade com a qual o resto do mundo pode se conectar. Não é só um palestrante que assume uma posição a mais, é uma conversa sólida durante o almoço, que não dava para interromper, a atmosfera desta sala, a qualidade da conversa, a intensidade da conversa, os valores colocados nessas conversas. Isso é comunidade. Eu espero que vocês sejam parte da nossa comunidade global.

Agora, pensando nisso tudo, eu acho que quero fechar com um comentário. As comunidades têm muitas coisas, como compartilhar valores, muita partilha de experiências, e tem a cola que mantém as comunidades unidas, que faz você se sentir parte de alguma coisa, parte de alguma coisa duradoura. Não importa onde você esteja, vai se sentir parte disso.

Mas comunidade também é função. Um sentimento de avanço. A sensação de algo previsível e realizável nessa comunidade. E tudo isso para dizer, como Paula

Fabiani: "Só Deus sabe onde poderíamos estar". Então eu acho que só quero indicar para a Paula, indicar para o resto da equipe do IDIS, que a nossa gratidão não tem como ser completamente expressada. Vocês têm feito um trabalho extraordinário. Vocês fazem de todos nós muito mais inteligentes por tudo isso.

Marcos Kisil: Nós temos o desejo forte de que cada doador se transforme em um investidor social no Brasil. O próprio nome do instituto é uma preocupação muito grande de que, como investidor, nós temos um ideário. Esse ideário passa pelo seguinte: o doador tem de saber por que está investindo em algum lugar, tem que ter uma resposta, ele tem que ter uma teoria de mudança que ele queira aplicar para transformar o mundo. Nós acreditamos que o doador também tem que saber o que esperar do seu investimento. E, para ele saber o que esperar do seu investimento, tem que saber focar, tem que saber planejar, tem que saber administrar e tem que saber monitorar e avaliar e, principalmente, uma avaliação mais de impacto do que uma avaliação de processo e de produto. Ele tem que entender também uma coisa muito importante que apareceu hoje aqui durante o dia: o poder multiplicador da filantropia. E entender uma taxa de retorno, que não é uma taxa de retorno necessariamente sobre o dinheiro investido, mas é uma taxa de retorno que você consegue com que outros invistam no mesmo processo, no mesmo projeto, no mesmo programa que você tem.

Outra coisa interessante do social é que a gente tem que pensar no tempo de maturidade do investimento, porque o investimento social não dá respostas em curto prazo. Para você ver que diminuiu a chance de uma criança morrer no primeiro ano, porque a mãe estudou mais um ano, você tem que dar mais esse ano de educação para uma menina – para ela poder um dia virar mãe e você medir a taxa de mortalidade infantil e ver que aquela criança não morreu porque a mãe estudou mais. Esse tempo de maturidade do social trabalha com parâmetros que não são parâmetros de curto prazo. Não adianta a gente querer fazer milagre. Temos que acertar o caminho para fazer o milagre em alguns anos. Temos que a questão do risco é intrínseco, é proporcional à mudança que buscamos, é parte integrante do mundo filantrópico. Com isso, nosso dinheiro pode ser um elemento catalizador e provocador de reações mais rápidas na sociedade. Pode ter um papel alavancador para trazer outros recursos. Pode jogar um papel de inovação, mas sempre com a

necessidade de transformar a sociedade. Acho que essa é a grande ruptura com o modelo paternalista: é a nossa preocupação de transformar e dar chance para aqueles que não estão tendo chance para o seu desenvolvimento.

Em nome do IDIS, eu gostaria de, realmente, agradecer ao Global Philanthropy Forum pela vontade de fazer com que a gente pudesse estabelecer essa relação e pelo apoio que nós recebemos para poder conduzir esse evento. A experiência que acumularam e a quantidade de filantropos que conseguiram trazer em torno de temas pujantes.

Paula Fabiani: Estamos muito contentes com o sucesso do fórum. Eu queria agradecer imensamente aos nossos convidados da plenária de encerramento, e também ao Marcos e à Jane, que fecharam brilhantemente o 1º Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais. Eu aproveitei também para agradecer à equipe do Global Philanthropy Forum, sem a qual o evento de hoje não teria acontecido. Gostaria de agradecer muito à Suzy e ao Instituto Inhotim pelas maravilhosas fotos expostas no hall durante o fórum. À Carol Civita, pelo coquetel de lançamento do evento e pelo apoio. Aos voluntários, à equipe do IDIS e à equipe de apoio. Aos nossos parceiros e apoiadores: a Charities Aid Foundation (CAF), nosso parceiro institucional; a Rockefeller Foundation, nosso apoiador financeiro. E aos parceiros e financiadores: Instituto C&A, Fundação Banco do Brasil, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Vale, Bernard Van Leer Foundation, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Fundação Animax. E a todos vocês que passaram o dia aqui com a gente.

Esperamos revê-los no próximo Fórum, em 2013.

PALESTRANTES

ANA PAULA PADRÃO

■ Jornalista, atuou na área econômica e política, sendo correspondente internacional em Kosovo, Afeganistão, e a primeira repórter brasileira a entrar na Coreia do Norte. Âncora do Jornal da Globo, recriou o departamento de jornalismo do SBT. Em 2007, fundou a agência Touareg Conteúdo e lançou, em agosto de 2011, o projeto Tempo de Mulher, uma iniciativa multiplataforma que envolve eventos para e sobre as mulheres, pesquisas sobre comportamento e tendências de consumo feminino, educação à distância para o público da nova classe média brasileira e o portal que leva o nome do projeto. Atualmente, é âncora do Jornal da Record, principal telejornal da TV Record.

ANTONIO COUTINHO

■ Médico pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e doutor em Microbiologia Médica pelo Instituto Karolinska, Suécia. Liderou grupos de investigação, departamentos e institutos na Suécia, Suíça e França, em instituições públicas e privadas, com cargos universitários na Europa, Estados Unidos e Brasil. Pertence atualmente a vários conselhos científicos. Em 1998, regressou a Portugal para reestruturar o Instituto Gulbenkian de Ciência, onde lançou o primeiro programa de doutoramento do país (1993). É o cientista português com o maior número de citações na literatura científica internacional.

ANTONIO MORAES NETO

■ É sócio e cofundador da Vox Capital, a primeira empresa de capital empreendedor do Brasil com foco em negócios com soluções para a população de baixa renda. Anteriormente à Vox Capital, Antonio criou e presidiu o fundo familiar do Grupo Votorantim, o Geração de Impacto. É também coautor do documentário Setor Dois e Meio. Recebeu os prêmios Goldman Sachs Global

Leaders Award e Americas Business Council Leadership Award, e é membro do Global Agenda Council do World Economic Forum. Antonio tem formação em Administração Pública pela FGV – EAESP, com estudos pela Haas School of Business da UC Berkeley (CA, EUA) e pelo Babson College (Boston, EUA).

BEATRIZ JOHANNPETER

■ Vice-Presidente do Conselho e membro do Comitê Executivo do Instituto Gerdau. É membro do Conselho de Governança do Movimento Todos Pela Educação, do Conselho de Governança do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e do Conselho da Bienal do Mercosul, além de fundadora e membro do Conselho do Programa Geração Brasil Melhor (GBM). Na Governança da Família Gerdau Johannpeter, atua como conselheira desde a formação do Conselho Familiar, do qual exerceu papel de líder, nos anos 2010 e 2011. Beatriz é formada e pós-graduada em Arquitetura.

CELSO VARGA

■ Engenheiro mecânico formado pela Universidade Mackenzie, em São Paulo. Possui MBA em Finanças Corporativas pela FIA/USP e é presidente do Conselho Deliberativo do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). Foi presidente executivo e presidente do Conselho de Administração da Freios Varga. Atua pesquisando e implantando novos modelos de gestão, assim como novos desenhos no processo de negócios, buscando atingir alto nível de desempenho empresarial.

DANIELA CARRERA-MARQUIS

■ Daniela Carrera é representante no Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Gerenciou a Divisão de Mercados Financeiros do Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo, apoiando o desenvolvimento e consolidação de mercados financeiros sustentáveis na região. Também atuou como diretora sênior de investimentos com foco em transações de mercado de capitais. É bacharel em Ciências Políticas pela Universidade Central da Venezuela e mestre em Relações Internacionais e Economia pela Universidade John Hopkins, em Washington.

EDUARDO GIANNETTI

■ Eduardo Giannetti é professor do Insper São Paulo. É Bacharel em Economia (1978) e em Ciências Sociais (1980) pela Universidade de São Paulo, Doutor em Economia (1987) pela Universidade de Cambridge. Foi o Economista Eleito do Ano (2004) e duas vezes vencedor do Prêmio Jabuti, concedido pela Câmara Brasileira de Editores de Livro. É autor de inúmeros artigos e livros em português, espanhol e inglês.

EDUARDO MUSA

■ Engenheiro mecânico pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli – USP), tem MBA com ênfase Financeira pela Wharton School da Universidade da Pensilvânia. Sua carreira profissional inclui experiências de Management Consulting e Investment Banking, com ampla exposição internacional. É um dos principais acionistas da Caloi e membro do Conselho de Administração da empresa desde 1999. Assumiu a Presidência Executiva em 2004 e foi um dos principais responsáveis pelo redirecionamento estratégico da empresa. Eduardo é um ciclista convicto e praticante.

FERNANDO ROSSETTI

■ Secretário-geral do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) e chairman da Wings (Worldwide Initiatives for Grantmakers Support). Formado em Ciências Sociais pela Unicamp, atuou na Folha de S. Paulo de 1990 a 1999, como repórter de Educação e correspondente na África do Sul (1994-95). Tem especialização em Direitos Humanos pela Universidade Columbia (EUA, 1997). É comentarista do Canal Futura desde 1997, Synergos Senior Fellow e líder-parceiro Avina.

GUILHERME VIDIGAL A. GONÇALVES

■ Advogado, graduado pela PUC-SP com um MBA pela IESE Business School (Espanha). Atuou junto ao Banco Mercantil de São Paulo – Finasa, nas áreas de varejo, internacional e de crédito, e também como membro do seu Conselho de Administração. Hoje é diretor da UV Participações, Conselheiro da Cia. Nitro Química e presidente do Conselho de Curadores da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

HÉLIO CAMPOS MELLO

- Diretor de redação da revista Brasileiros, Hélio Campos Mello trabalhou na revista Veja, no jornal O Estado de S. Paulo e na Agência Estado. Dirigiu a revista Isto É (que, sob o seu comando, recebeu dez prêmios Esso) por 12 anos, até fevereiro de 2006, ano em que fundou a revista Brasileiros. Como correspondente de guerra, cobriu a invasão americana ao Panamá e, junto com William Waack, trabalhou na Guerra do Golfo, onde foi preso por tropas iraquianas.

HÉLIO NOGUEIRA DA CRUZ

- Vice-Reitor da Universidade de São Paulo, Mestre e Doutor em Economia pela FEA – USP; Pós-Doutorado pela Universidade de Yale/USA. É Presidente da Fundação para Vestibular da USP – FUVEST, membro do Conselho Curador e do Comitê de Investimentos da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e da Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP.

JACQUES MARCOVITCH

- Professor titular da Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), Ex-Reitor da Universidade de São Paulo (1997 a 2001) e Ex-Secretário do Planejamento do Estado de São Paulo. Autor de artigos científicos e livros, entre eles: Para mudar o futuro: mudanças climáticas, políticas públicas e estratégias empresariais. Membro de vários conselhos de empresas e de organizações da sociedade civil.

JANE WALES

- Presidente e CEO do World Affairs Council of Northern California e do Global Philanthropy Forum. É vice-presidente de Filantropia e Sociedade e diretora do Programa Filantropia e Inovação Social do Aspen Institute. De 2007 a 2008, foi CEO interina para o The Elders e, em 2008, foi responsável pela Poverty Alleviation Track da Clinton Global Initiative. Anteriormente, durante o governo Clinton, Jane foi assistente especial do presidente e diretora sênior do Conselho Nacional de Segurança. Simultaneamente, foi diretora associada de Políticas de Ciência e Tecnologia da Casa Branca. No setor de investimento social privado, dirigiu programas de segurança internacional na Carnegie

Corporation de Nova York e na W. Alton Jones Foundation, além do projeto World Security no Rockefeller Brothers Fund.. Foi também Diretora Executiva Nacional do Physicians for Social Responsibility.

JORGE ALFREDO STREIT

- Presidente da Fundação Banco do Brasil. Graduado em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (Unir) e mestre em Gestão Social e Trabalho (pela Universidade Federal de Brasília – UnB). Possui ainda MBA em Gestão Empresarial e é especialista em Controladoria Institucional e Ambiental. A Fundação tem forte atuação em identificação, sistematização e disseminação de tecnologias sociais, bem como programas de desenvolvimento local-regionais com apoio a cadeias produtivas de geração de renda orientadas às populações da base da pirâmide.

JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE

- Economista formado pela Universidade Católica de Santos, foi presidente e fundador da PRAGMA. É membro do Conselho da Promon e do Banco Tribanco. Participa do Conselho de Administração de várias companhias. É membro da Câmara Consultiva de Listagem da Bovespa Mais, do Comitê de Ética da IBRI e do Conselho Consultivo da ABERJE. Presidente do Conselho do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa de 2004 a 2008. Atuou como executivo em diversos bancos.

LUIZ CRUZ VILLARES

- Superintendente Administrativo Financeiro da Fundação Amazonas Sustentável – FAS. É formado em Administração de Empresas (PUC-SP) e tem Master in International Management "with distinction" (Thunderbird School of Global Management, USA). Desde 2001, trabalha na área ambiental e no terceiro setor. Como ambientalista, foi membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo, chefiou projeto de apoio a negócios sustentáveis em toda a Amazônia brasileira pela Amigos da Terra – Amazônia Brasileira e, no Instituto Peabiru (Belém, PA), foi Diretor de Projetos em 2007-08.

MARCOS KISIL

■ Diretor-presidente e fundador do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). Anteriormente, atuou como Diretor Regional para a América Latina e Caribe na Fundação W.K. Kellogg, sendo o responsável pelo desenvolvimento programático e estratégico da Fundação. Médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, com doutorado em Administração pela George Washington University, Washington-DC, EUA, exerce atividades acadêmicas como professor titular da Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública e membro de conselhos de organizações internacionais e nacionais ligadas ao campo da filantropia. É autor de artigos e livros, como Investimento Social Privado e Tendências do Investimento Social na América Latina.

MARCOS NISTI

■ Formado em Direito, com MBA em Economia do Setor Público pela FIPE/USP. Foi um dos criadores da marca Projeto Terra, pioneira no conceito de comércio solidário e fair trade no Brasil. Fundou o Instituto Cia. Athletica e atualmente é membro do Conselho do Greenpeace e sócio da Maria Farinha Filmes. Dirige o Instituto Alana, ONG familiar brasileira que tem como missão "Honrar a Criança".

MATIAS BENDERSKY

■ Especialista em Desenvolvimento de Novas Operações no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), onde é responsável pela identificação, desenvolvimento e expansão das alianças estratégicas do BID com os setores público e privado. Entre outras atividades, coordena todas as iniciativas de parcerias esportivas através da América Latina e Caribe (ALC). O BID é a organização líder na promoção de esportes para o desenvolvimento em toda a região. Matias possui um JD (Juris Doctor) da Universidade de Buenos Aires e mestrado conjunto pela Escola de Administração e Faculdade de Direito Kellogg, da Northwestern University Chicago, IL.

MAURO BERGSTEIN

■ Sócio da BC Capital e um dos fundadores e membros do Conselho Executivo do Movimento LiveWright. É ex-diretor administrativo do Credit Suisse, onde

era responsável pela operação brasileira da Divisão de Gestão de Ativos. Formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MIGUEL ANGELO LAPORTA NICOLELIS

■ Médico pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professor titular de Neurobiologia e codiretor do Centro de Neuroengenharia da Duke University – EUA. Ele também é o fundador e coordenador do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lily Safra, no Rio Grande do Norte. Apontado pela revista Scientific American como um dos 20 maiores cientistas da atualidade, tem advogado com paixão e sem reservas pelo fortalecimento da educação em ciência, tecnologia e inovação. Foi escolhido para presidir a "Comissão do Futuro da Ciência Brasileira". Suas pesquisas, ganhadoras de muitos prêmios, já foram publicadas nas revistas científicas Nature, Science e Scientific American.

NATALIA MOUHAPÉ

■ Gerente Sênior de Investimentos na Bamboo Finance desde novembro de 2009. Natalia está baseada em Buenos Aires e se dedica à região da América Latina. Ela é responsável pelo monitoramento da carteira do Fundo Oasis, para gerar novos fluxos de negócios, estruturar e executar transações. Natalia tem mais de 16 anos de experiência em transações de fusões e aquisições, é bacharel em Negócios e Contadora Certificada (CPA) pela Universidade Católica da Argentina, onde se formou com distinção. Natalia tem Mestrado pela Wharton School.

RICARDO PAES DE BARROS

■ Subsecretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR, com pós-doutorado pelo Centro de Crescimento Econômico, Yale University, 1989; pós-doutorado pelo Centro de Pesquisa em Economia, University of Chicago, 1988; e doutorado em Economia pela University of Chicago, 1987. Foi Diretor da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA e Professor Assistente de Economia no Economic Growth Center e Membro do Conselho de Estudos Latino Americano na Yale University.

ROBERT GARRIS

■ Robert Garris ingressou como Diretor Superintendente da Bellagio Programs da Rockefeller Foundation em 2009. Anteriormente, foi Reitor Adjunto Sênior na SIPA – School of International and Public Affairs (Escola de Negócios Públicos e Internacionais) da Universidade de Columbia. Também ocupou cargos de liderança na School of Advanced International Studies (Escola de Estudos Internacionais Avançados) da Universidade John Hopkins e na Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill. Possui PhD em História Europeia pela Universidade da Carolina do Norte.

SEAN MCKAUGHAN

■ CEO da Fundación Avina e membro do seu Conselho de Administração. A Avina é uma das maiores fundações privadas na América Latina, com operações em 15 países da região. Implantou as atividades da Avina no Brasil, que dirigiu até 2006, quando se tornou diretor de operações mundiais para a organização. Possui mestrado em Planejamento Urbano e em Estudos Latino-Americanos, ambos pela Universidade do Texas, em Austin.

STEPHANIE POOLE

■ Diretora de Investimento Social da Charities Aid Foundation (CAF) no Reino Unido, incluindo o inovador CAF Venturesome, que, nos últimos 10 anos, proporcionou investimentos no valor de £26 milhões para 300 instituições e organizações sociais. Ela também lidera o desenvolvimento de novos fundos e serviços de investimento social, incluindo o recém-lançado Fundo de Impacto Social da CAF. Tem participado ativamente na economia social desde o fim da década de 90 e ocupou cargos de nível de diretoria em várias organizações nacionais e internacionais de investimento social e cooperativas de crédito. Contadora e com mestrado em Mudança Técnica e Estratégia Industrial.

VIVIANE SENNA

■ Fundou o Instituto Ayrton Senna em 1994, que tem como missão a produção e a aplicação em escala de conhecimento e inovação em educação integral de crianças e jovens. É a única organização não governamental no mundo a

conquistar o título de Cátedra em Educação e Desenvolvimento Humano, da rede de cátedras da UNESCO. Viviane é membro dos seguintes Conselhos e Comitês: Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social (CDES); Conselho de Educação da CNI e FIESP; Energias do Brasil (EDP), ADVB, e Todos pela Educação. Nomeada um dos Líderes para o Novo Milênio (CNN/Revista Time); única brasileira membro do grupo "Amigos Adultos do Prêmio das Crianças do Mundo", ao lado da Rainha Silvia da Suécia, de Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul, e de José Ramos Horta, Prêmio Nobel da Paz.

WIEBE BOER

■ CEO da Tony Elumelu Foundation, organização cuja missão é impulsionar o desenvolvimento econômico da África através do incentivo à competitividade do setor privado africano. Ele também é diretor da Mtanga Farms, Tanzânia; conselheiro da Digital Divide Data (DDD), Kênia; e membro do Minister of Agriculture's Steering Committee for National Youth Employment in Agriculture da Nigéria. Anteriormente, foi diretor associado do Escritório Regional da Fundação Rockefeller na África, em Nairobi, do qual passou a fazer parte em 2008, após três anos como consultor da McKinsey & Company.

Banco de imagens



Pensamento ▲

Legenda para esta foto Inonon onono nonon nono nnononon o onono non on non o no



Opinião

■ Legenda para esta foto Inonon onono nonon nono nnononon o onono non on non o non onjho non onon on ononn onon oo no no.



Ativista ▲

Legenda para esta foto Inonon onono nonon nono nnononon o.



Jantar ▲

Legenda para esta foto Inonon onono noo nononon on ononn onon oo no no.



Debate ▲

Legenda para esta foto Inonon onono nonon noonon on ononn onon oo no no.



Militante ▲

Legenda para esta foto Inono non onon on ononn onon oo no no.



Palestrantes 1 ▲

Legenda para esta foto Inonon onono nonon nono nnononon o ono n



Palestrantes 2 ▲

Legenda para esta foto Inonon onono nonon nonon onon oo no no.



Palestrantes 3 ▲

Legenda para esta foto Inonon onono nonon nono nnononon o ono



Palestrantes 4 ▲

Legenda para esta foto Inonon onono nonon nonn onon oo no no.